



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

181ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 11 e 12 de agosto de 2010.

BRASÍLIA – DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

181ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 11 e 12 de agosto de 2010

Local: MDS, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108 – Brasília/DF

1 Aos onze dias do mês de julho de dois mil e dez teve início a Centésima Octogésima Primeira
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Carlos
5 Eduardo Ferrarri. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade:
6 Membros Titulares e Suplentes do CNAS: Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Associação para
7 Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos Santos
8 Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Brenda
9 Ferreira Silva, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira
10 Simone Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
11 Conselheira Maria Luiza Amaral Rizzotti, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
12 Fome – MDS; Conselheira Gisele de Cássia Tavares, Ministério do Desenvolvimento Social e
13 Combate à Fome – MDS; Conselheira Anna Cláudia Romano Pontes, Ministério do
14 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro Caio Nakashima, Ministério do
15 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz,
16 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Conselheira Lucia Elena Santos
17 Junqueira Rodrigues, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República –
18 SEDH/PR; Conselheira Fátima Aparecida Rampin, Ministério da Previdência Social – MPS;
19 Conselheiro José Ferreira Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
20 Conselheira Rita de Cássia Freitas Coelho, Ministério da Educação - MEC; Conselheira Marta de
21 Oliveira Sales, FONSEAS; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheira Marisa
22 Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e
23 Ensino – UBEE; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Fundação Orsa; Conselheiro Renato
24 Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação
25 Espírita Brasileira; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Maria do
26 Carmo Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo; Conselheira Maria Auxiliadora
27 Bezerra de Araujo, FENEIS; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa;
28 Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheiro Frederico
29 Jorge de Souza Leite, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheiro Antônio Pereira
30 Kbça da Silva Filho, FENATIBREF; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria,
31 CNTSS/CUT; Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, OAB; e, Conselheiro Carlos
32 Rogério de Carvalho Nunes, Central dos Trabalhadores do Brasil; **Convidados:** Maria Joaquina,
33 CEAS/GO; Laura Regina, CEAS/PB; Carine Alves, SEDET/GDF; Maria de Fátima. CEAS/AL;
34 Sheila Alves, CEAS/AL; Annemarie, CEAS/SP; Maria Cecília, CEAS/SC; Alessandra, DGSUAS;
35 Jaime, DGSUAS; Célia Maria, SNAS; Rosilene Magalhães, Gabinete do senador Flávio Arns;
36 Severino, CEAS/PB; e, Edilar Cruz, CEAS/RG e FONACEAS. **ABERTURA.** Aos onze dias do
37 mês de agosto de dois e dez, teve início a Centésima Octogésima Primeira Reunião Ordinária do
38 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do Presidente do Conselho
39 Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e

40 Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrarri, que solicitou à
41 Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro
42 Renato Paula, Conselheira Simone Albuquerque, Conselheiro Sérgio Wanderly, Conselheiro Pedro
43 Ost, Conselheira Maria do Carmo Tourinho, Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheiro Samuel
44 Rodrigues, Conselheiro Frederico Leite, Conselheira Maria Aparecida Godoy, Conselheira Lúcia
45 Helena, na titularidade e Conselheiro Renato Saidel, na titularidade. Conselheiros Suplentes:
46 Conselheira Rita de Cássia, Conselheira Marisa Rodrigues, Conselheiro Wagner Carneiro,
47 Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra, Conselheiro José Araújo,
48 Conselheiro Antônio Pereira Kibça e Conselheira Ana Carolina Pinheiro. A seguir, o senhor
49 Presidente passou ao Item **Aprovação da Ata da 180ª Reunião Ordinária, da II Extraordinária**
50 **e da pauta**, indagando se havia alguma ressalva. O Conselheiro Pedro Orst solicitou correções na
51 Ata da 180ª RO, encaminhada por e-mail, linha 12, substituindo “CNBB” por “UBEE”, e linha 70,
52 “*sérvio sócioassistencial*”, por “*serviço sócioassistencial*”, assim como outras alterações. O senhor
53 Presidente sugeriu que as retificações fossem encaminhadas para acerto, aprovando-se o documento
54 com as alterações propostas, com a concordância do Conselheiro José Araújo. A Conselheira Maria
55 Auxiliadora indagou sobre o prazo para recebimento de documentos e o envio de sugestões de
56 alteração, com a Secretária-Executiva informando os prazos correspondentes para entrega de
57 de gravação em até cinco dias e a ata em mais três, encaminhados aos Conselheiros em até sete dias
58 anteriores à reunião e, imediatamente, devolvidos para correções e aprovação final. No caso da
59 Reunião Extraordinária, o prazo não era definido, podendo ocorrer um dia antes de ser submetida à
60 aprovação, sendo normalmente acordada em Plenária a aprovação da ata e informando, nesse caso,
61 ter sido encaminhada com uma semana de antecedência. O Conselheiro Pedro Ost referiu-se a
62 outras correções que gostaria que fossem feitas: informar o nome do fórum citado, identificar o
63 Conselho Nacional referido e a correção de alguns erros de grafia, como “*sinformações*” e
64 “*ssituação*”, ao invés de “*informações*” e “*situação*”. A Conselheira Maria Aparecida esclareceu o
65 fato de ter informado à bancada que dificilmente poderia participar na reunião de julho por
66 participação em evento do Ministério da Saúde, o que não havia comunicado oficialmente e não
67 tendo aparecido nas justificativas. O senhor Presidente, observou que essa fala havia sido registrada,
68 e sua justificativa consignada na ata dessa reunião. O Conselheiro Pedro Orst fez mais algumas
69 considerações e indagações a respeito da confecção de atas, com explicações pelo senhor
70 Presidente. A seguir, o senhor Presidente solicitou que ao fazerem a leitura desses documentos, que
71 trouxessem suas contribuições para sua melhoria. Em não havendo mais nenhuma observação, o
72 senhor Presidente considerou aprovadas as atas da 180ª Reunião Ordinária e da II Extraordinária,
73 com as alterações propostas. O senhor Presidente informou a apresentação da Pauta para aprovação,
74 com a Secretária-Executiva atualizando o quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade:
75 Conselheira Marta, Conselheiro Carlos Rogério e Conselheira Maria Luiza Amaral Rizzotti.
76 Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Ferreira Crus. **Pauta: Dia 10/08/2010 – Manhã: 9h às**
77 **12h:** Reunião da Comissão de Conselhos. **Tarde. 14h às 18h:** Reunião da Comissão de Normas;
78 Reunião da Comissão de Financiamento; Reunião da Comissão de Política; **18h às 19h:** Presidência
79 Ampliada. **Dia 11/08/2010 – Manhã: 09h às 09h15min:** Aprovação da ata da 180ª Reunião
80 Ordinária, da II Extraordinária e da pauta; **09h15min às 10h:** Informes da Presidência/Secretaria
81 Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros; **10h às 11h:** Apresentação da estrutura do MDS/SNAS
82 (serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais); **11h às 12h:** Apresentação e
83 discussão da proposta da NOB/SUAS 2010; **14h às 17h30:** - Revisão das Metas da Gestão 2008-
84 2010; **17h30min às 18h:** Relato da Comissão Eleitoral. **Dia 12/08/2010: Manhã: 9h às 10h:** Relato
85 da Presidência Ampliada; **10h às 11h:** Relato da Comissão de Financiamento; **11h às 12h:** Relato
86 da Comissão de Política. **Tarde: 14h às 15h:** Relato da Comissão de Conselhos; **15h às 18h:** Relato
87 da Comissão de Normas – Regimento Interno. Após a apresentação da Pauta, a mesma foi aprovada
88 pelo Pleno. O senhor Presidente passou para o Item **Informes da Presidência/Secretaria**
89 **Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros**, com leitura pela Secretária-Executiva: “*Informes da*

90 *Presidência e Secretaria-Executiva: 1) Informes Gerais: 1. Ausências justificadas: - Conselheiro*
91 *Antônio Pereira Kbça Filho, dias 27, 28 e 29 de julho, no Encontro SUAS SINASE, por motivos*
92 *institucionais; - Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, dias 27, 28 e 29 de julho, no Encontro*
93 *SUAS SINASE, por motivos institucionais; - Conselheiro Antônio Pereira Kbça Filho, dia 10 de*
94 *agosto, na Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de participação na Reunião Intersetorial de*
95 *Acompanhamento do SINASE na Secretaria de Direitos Humanos; - Conselheiro Renato Saidel, dia*
96 *12 de agosto, na Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de compromissos institucionais; -*
97 *Conselheiro Samuel Rodrigues, dia 10 de agosto, na Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de*
98 *compromissos assumidos anteriormente; - Conselheiro Antônio Celso Pasquini, dias 11 e 12 de*
99 *agosto, na Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de consulta médica. II. E-mails enviados aos*
100 **Conselheiros:** - *Pauta da Reunião Extraordinária do CNAS; - Apresentação sobre a MUNIC 2009;*
101 *- Apresentação “Certificado e a Lei nº 12.101/2009” pela Diretora do Departamento da Rede*
102 *Socioassistencial Privada do SUAS, senhora Cláudia Sabóia, ocorrida na 180ª Reunião Ordinária*
103 *do CNAS; - Calendário de reuniões da CIT para os Conselheiros Renato Saidel e Clodoaldo de*
104 *Lima Leite; - Decreto 7.237/2010, que regulamenta a Lei 12.101/2009; - Ata da reunião da*
105 *Subcomissão de Habilitação no processo eleitoral da representação da Sociedade Civil no CNAS; -*
106 *Informes sobre a Capacitação de Conselheiros Municipais de Assistência Social e seus respectivos*
107 *Secretários-Executivos e Conselheiros das Instâncias de Controle do Programa Bolsa Família; -*
108 *Ata e degravação da 180ª Reunião Ordinária; - Ata e degravação da Reunião Extraordinária do*
109 *CNAS. III. Convocações: - Convocação para o Conselheiro Renato Saidel representar o CNAS na*
110 *96ª Reunião Ordinária da CIT, no dia 14 de julho de 2010, em Brasília/DE; - Convocação para o*
111 *Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite representar o CNAS na 96ª Reunião Ordinária da CIT, no*
112 *dia 14 de julho de 2010, em Brasília/DF; - Convocação para os Conselheiros (as) José Geraldo*
113 *França Diniz, Sérgio Wanderly, Luiza Fernandes Machado, Gisele de Cássia Tavares, Eutália*
114 *Barbosa Rodrigues, Lúcia Elena Santos Junqueira Rodrigues, Irmão Pedro Ost, Carlos Eduardo*
115 *Ferrari, Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria e Antonio Pereira Kbça da Silva Filho, para*
116 *participarem da Reunião Extraordinária da Comissão de Financiamento, nos dias 20 e 21 de julho*
117 *de 2010, em Brasília/DF; - Convocação para os Conselheiros Clodoaldo de Lima Leite, Samuel*
118 *Rodrigues, Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Renato Saidel Coelho, Maria Auxiliadora*
119 *Bezerra de Araújo, Antonio Pereira Kbça da Silva Filho, Maria Luiza Amaral Rizzotti, Renato*
120 *Francisco Santos de Paula; Fátima Aparecida Rampim, Brenda Ferreira Silva, José Ferreira da*
121 *Crus e Marisa Rodrigues da Silva participarem da Reunião Extraordinária da Comissão de*
122 *Conselhos, no dia 20 de julho de 2010, em Brasília/DF; - Convocação para os Conselheiros*
123 *Antônio Celso Pasquini, Wagner Carneiro de Santana, Samuel Rodrigues, Renato Saidel Coelho,*
124 *Carlos Rogério Carvalho Nunes, Ana Carolina de Barros Pinheiro Carrenho, Renato Francisco*
125 *dos Santos Paula, Brenda Ferreira Silva, Simone Aparecida Albuquerque, Mariana Menezes*
126 *Santarelli Roverse, Fátima Aparecida Rampim e Caio Nakashima participarem da Reunião*
127 *Extraordinária da Comissão de Normas, no dia 21 de julho de 2010, em Brasília/DF; -*
128 *Convocação para os Conselheiros Titulares e Suplentes participarem da II Reunião Extraordinária*
129 *do CNAS, no dia 21 de julho de 2010; - Convocação para o Conselheiro Antônio Celso Pasquini*
130 *representar o CNAS no Congresso Nacional de Educação Católica, nos dias 21, 22 e 23 de julho de*
131 *2010, em Brasília/DF; - Convocação para o Vice-Presidente Renato Francisco dos Santos Paula e*
132 *para os Conselheiros Maria Luiza Amaral Rizzotti, José Geraldo França Diniz, Antônio Celso*
133 *Pasquini e Frederico Jorge de Lima Leite participarem da Reunião Extraordinária da Presidência*
134 *Ampliada, no dia 21 julho de 2010; - Convocação para os Conselheiros Titulares e Suplentes*
135 *participarem desta Reunião Ordinária do CNAS, nos dias 10, 11 e 12 de agosto de 2010; -*
136 *Convocação para o Conselheiro Renato Saidel Coelho representar o CNAS na 97ª Reunião*
137 *Ordinária da CIT, no dia de 4 de agosto de 2010, em Brasília/DF; - Convocação para o*
138 *Conselheiro Antônio Pereira Kbça Filho representar este CNAS no Encontro SUAS/SINASE, nos*
139 *dias 27, 28 e 29 de julho no Município de Caeté/MG; - Convocação para a Conselheira Marisa*

140 *Rodrigues Silva representar este CNAS no Encontro SUAS/SINASE, nos dias 27, 28 e 29 de julho*
141 *no Município de Caeté/MG; - Convocação para os Conselheiros Renato Saidel, Wagner Santana e*
142 *Frederico Jorge Leite participarem do Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS 2010, -*
143 *Convocação para os Conselheiros Antônio Pereira Kbça da Silva Filho, Maria Aparecida do*
144 *Amaral Godoi de Faria, Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, Carlos Rogério de Carvalho*
145 *Nunes e Frederico Jorge Leite participarem da Reunião com a Presidência do CNAS, no dia 11 de*
146 *agosto de 2010; - Convocação para os Conselheiros Marisa Rodrigues da Silva e Clodoaldo de*
147 *Lima Leite participarem da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho - Benefícios Eventuais, no dia 16 de*
148 *agosto de 2010, em Brasília/DF. - Convocação para o Conselheiro Frederico Jorge Souza Leite*
149 *participar da Reunião da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Mundial sobre o*
150 *Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, no dia 24 de agosto de 2010. III.*
151 **Participação do CNAS** - *O Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite representou o CNAS na 96ª*
152 *Reunião Ordinária da CIT, no dia 14 de julho de 2010, em Brasília/DF; - O Conselheiro Antônio*
153 *Celso Pasquini representou o CNAS no Congresso Nacional de Educação Católica, nos dias 21, 22*
154 *e 23 de julho de 2010, em Brasília/DF; - O Presidente do CNAS representou o CNAS no Seminário*
155 *de Encerramento do Projeto “Apoio ao Sistema de Proteção Social no Brasil”; - O Conselheiro*
156 *Samuel Rodrigues participou do Seminário de Encerramento do Projeto “Apoio ao Sistema de*
157 *Proteção Social no Brasil”; - O presidente do CNAS representou o CNAS no lançamento da*
158 *“Cartilha Direitos do Morador de Rua, um guia na luta pela Dignidade e Cidadania”, no dia 09 de*
159 *agosto de 2010, em Belo Horizonte/MG”. A Secretária-Executiva, apesar de não constar nos*
160 *registros, comunicou que o Conselheiro Renato Saidel havia representado o CNAS na 97ª Reunião*
161 *Ordinária da CIT no dia 4 de agosto. “IV. Convites: - A Subsecretaria de Assistência Social e*
162 *Descentralização da Gestão da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do*
163 *Rio de Janeiro/RJ encaminhou convite para o Encontro Estadual de Secretários Municipais,*
164 *Conselheiros, Secretários Executivos dos Conselhos, no dia 23 de julho de 2010. (Recebido em 20*
165 *de julho) - Convite para lançamento da ‘Cartilha Direitos do Morador de Rua, um guia na luta*
166 *pela Dignidade e Cidadania’, no dia 09 de agosto de 2010, em Belo Horizonte/MG. (Recebido em*
167 *22/07/2010) - Convite do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Porto*
168 *Alegre para a 34ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos dias 11 e*
169 *12 de agosto, no Centro Cultural Almir Azeredo Ramos do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, em*
170 *Porto Alegre/RS. (Recebido dia 28/07/2010) - Convite do Conselho Municipal dos Direitos da*
171 *Criança e do Adolescente de Aquiraz/CE para participar do Fórum de Entidades, com o objetivo de*
172 *eleger uma (1) entidade para recompor o respectivo Conselho, no dia 04 de agosto de 2010*
173 *(Recebido dia 29/07/2010) - Convite da Ministra Nilcéa Freire para a cerimônia de posse das*
174 *Conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para o mandato 2010-2013 e de*
175 *celebração das realizações do mandato 2008-2010, no dia 4 de agosto, às 9h, no auditório da*
176 *Secretaria de Políticas para Mulheres/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. (Recebido dia*
177 *30/07/2010) - Convite para participar da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o*
178 *Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal, visando ao compartilhamento do Banco de*
179 *Dados do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça, no dia 06*
180 *de agosto de 2010, na Sala de Retratos — Palácio da Justiça em Brasília/DE. (Recebido dia*
181 *02/08/2010) V. Audiências Realizadas no CNAS - Procedimentos adotados pelo CNAS, em*
182 *04/08/2010 - Solicitante: Núria Cunili Grau — Assunto: Questionário do Ministério do*
183 *Planejamento e o Banco Mundial sobre a ‘Taxionomia dos Órgãos e Entidades’. Particiantes:*
184 *Núria Cunill Grau (Consultoria do Banco Mundial); Maria das Mercês Avelino de Carvalho -*
185 *(Secretária Executiva do CNAS); Maria Auxiliadora Pereira (Coordenadora de Política do CNAS)*
186 *e Carlos Eduardo Ferrari (Presidente do CNAS). Providências: Solicitar aos Conselheiros o*
187 *preenchimento do questionário e reafirmar a importância da pesquisa que está sendo realizada em*
188 *outros 4 (quatro) Conselhos Nacionais. VI. Comunicados - O Vice-Presidente do Conselho*
189 *Estadual de Assistência Social/RN enviou para o e-mail do CNAS, em 09 de julho de 2010,*

190 mensagem ao Presidente do CNAS reafirmando apoio à Gestão 2010- 2012. - A Secretária
191 Executiva do CEAS-CE, em nome no CEAS/CE, enviou para o e-mail do CNAS, em 07 de julho de
192 2010, mensagem felicitando a eleição da Mesa Diretora do CNAS; - O Conselheiro Clodoaldo de
193 Lima Leite encaminhou, em 18 de julho de 2010, informe da Sra. Regina Cohen do Núcleo Pró-
194 acesso/UFRJ sobre a acessibilidade em museus. - A Coordenação Colegiada do Fórum Nacional
195 de Assistência Social enviou para o e-mail do CNAS, em 22 de julho de 2010, mensagem
196 destacando a relevância da eleição do Presidente Carlos Ferrari com votos de sucesso e grandes
197 avanços. - O Coordenador-Geral do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso encaminhou para
198 conhecimento o Edital de Convocação para organizações da Sociedade Civil organizada de e
199 para os idosos concorrerem na Assembléia de Eleição das organizações não-governamentais que
200 integrarão o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso na Gestão 2010-2012. - A Secretaria
201 Executiva do CAS/DF encaminhou, por meio eletrônico, o ofício 127/2010 com a composição da
202 nova Mesa Diretora do CAS/DF, eleitos em 13/07/2010 para mandato de 13/07/2010 a 13/07/2011.
203 - O Presidente do CEAS-MG, Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, encaminhou ofício ao
204 Presidente e Vice-Presidente do CNAS parabenizando pela eleição e reconhecendo a trajetória de
205 cada um na defesa pela garantia dos direitos dos usuários e pela implementação da Política
206 Pública de Assistência Social. - A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
207 encaminhou ao CNAS os seguintes exemplares que farão parte de nosso acervo: • Gangues, Gênero
208 e Juventudes: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos (03 unidades) • Prêmio Sócio-educando — 3ª
209 edição — Práticas Promissoras — Garantindo Direitos e Políticas Públicas (02 unidades) •
210 SINASE — Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (02 unidades) **VII. Site:** Encontrava-
211 se em manutenção até 09 de agosto de 2010, mas já está devidamente atualizado. **“VIII —**
212 **Aniversariantes de Agosto: Carlos Rogério, 03; Simone Albuquerque, 07; Maria do Socorro**
213 **Mota, 14; Maria Luiza Rizzotti, 19; Antônio Celso Pasquini, 24; e, Marisa Rodrigues, 25”.** O
214 senhor Presidente acrescentou que a partir dessa Reunião Ordinária, de modo experimental, haviam
215 solicitado ao MDS, a disponibilização de acesso à internet através da rede wireless, com os
216 Conselheiros recebendo por e-mail login e senha para acesso. Lembrou que haviam recebido por e-
217 mail a senha do computador da sala dos Conselheiros e que a senha do wireless seria repassada
218 durante a manhã. **Informes do MDS.** A Conselheira Simone informou os resultados finais do Piso
219 Básico de Transição, recurso que financiava a Rede de Educação Infantil e que havia ido para o
220 MEC, tendo sido reordenados no Brasil inteiro com os serviços sócioassistenciais de Proteção
221 Básica. Discorreu sobre os dados apresentados, relatando que o Ministério havia suspenso os
222 recursos dos municípios que não haviam se pronunciado, até regularizarem sua situação. Informou
223 que a Câmara Técnica da CIT estava discutindo o Centro de Referência de Assistência Social –
224 CREAS, com uma reunião para fechar seu relato final e que seria trazido para apresentação e
225 discussão pelo CNAS. Colocou que o MDS estava em processo de implantação da nova política de
226 senha para a Rede SUAS, trazendo mais segurança, a partir do dia 30 de setembro, abrangendo
227 tanto para os gestores municipais e estaduais quanto para os Conselhos Municipais e Estaduais que
228 acessavam a senha do SUASweb, discorrendo sobre os procedimentos a serem tomados. Informou o
229 Encontro de Monitoramento do SUAS, nos dias 18, 19 e 20 de agosto, com a presença do Conselho,
230 relatando a importância de sua participação por fornecer ferramentas e instrumentos para
231 acompanhar e monitorar o controle social, assim como os Conselhos Municipais e Estaduais
232 estavam se organizando e atuando no Brasil. Registrou que o Ministério, através do Departamento
233 de Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social, estava iniciando em todo
234 Brasil uma campanha para que os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada fossem
235 cadastrados também no Cadastro Único, indicando o motivo desse baixo percentual de
236 cadastramento. Informou o curso de capacitação de Conselheiros, terminando-se uma parte de
237 capacitação no Brasil e abrindo o restante do Norte e do Nordeste, estando em fase de mobilização
238 para inscrição dos Conselheiros Municipais e os Secretários-Executivos. O Conselheiro José Crus
239 registrou a importância da Secretaria-Executiva do CNAS no acompanhamento da capacitação dos

240 Conselheiros Municipais, solicitando, também, maior apoio do Conselho, Secretaria-Executiva,
241 Coordenação de Acompanhando de Conselhos para continuar acompanhando *in loco* essa
242 capacitação, com o senhor Presidente manifestando ser um compromisso do CNAS. A Conselheira
243 Maria Luiza informou que o PL do orçamento da Assistência Social para o próximo ano, trazia
244 como orientação que os recursos não eram passíveis de contingenciamento, seguindo a mesma
245 lógica dos recursos obrigatórios. O Conselheiro Pedro Ost indagou se o encontro seria realizado em
246 Brasília, com confirmação pela Conselheira Simone. **Informes da Comissão Intergestores**
247 **Tripartite.** O Conselheiro Renato Saidel relatou sua participação na 97ª RO da CIT, com
248 apresentação feita pela Diretora Cláudia Sabóia a respeito das inovações do Decreto 7237/2010, que
249 regulamentava a Lei 12.101/2009 e prestação de contas dos processos que estavam em seu poder.
250 Informou que havia surgido uma demanda ao CNAS para que estimulasse os debates sobre o
251 Decreto com os Conselhos de Saúde e Educação nos estados e municípios. Falou sobre a revisão
252 cadastral dos beneficiários do Programa Bolsa Família, com uma apresentação explicando os
253 objetivos dessa revisão e suas fases. Registrou a apresentação do resultado final da implantação dos
254 serviços com o recurso do Piso de Básico de Transição, o PAIF - Serviços, com a questão da
255 Câmara Técnica do CREAS colocada pela Conselheira Simone, com uma explanação sobre a
256 formulação do relato final. Que havia sido solicitada pela Câmara Técnica a realização de mais uma
257 reunião para apresentação final do seu trabalho na CIT. Informou que a próxima reunião da
258 Comissão seria dia 1º de setembro em Belém, Pará, após a reunião do FONSEAS, dias 30 e 31 de
259 agosto na mesma cidade. O Conselheiro Renato Saidel informou sobre a consulta pública da NOB-
260 SUAS, iniciada em 4 de agosto e que estava acontecendo, relatando, também, o pequeno número de
261 cadastramento dos beneficiários do BPC no CADÚnico em 2010, apesar do aumento de 22% em
262 relação a 2009. Relatou a realização de apresentação do SisJovem, do Sistema de Monitoramento
263 do ProJovem, o Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS, que a Conselheira Simone já havia
264 tratado, e sobre o Censo SUAS 2010, onde havia sido apresentado o calendário para o
265 preenchimento. O Conselheiro Renato Saidel informou que essas datas seriam encaminhadas para o
266 CNAS, e posteriormente para os Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, para
267 atender o prazo de preenchimento do formulário. Concluindo, informou que nessa oportunidade
268 havia sido tratada a questão da política de senhas da Rede SUAS, com apresentação das
269 modificações ocorridas. O Conselheiro Pedro Ost inquiriu sobre a apresentação do SisJovem,
270 indagando se havia alguma senha ou como seria feito esse monitoramento do ProJovem, ou se
271 estaria apenas sendo estudado. A Conselheira Simone explicou que todas as entradas na Rede
272 SUAS eram realizadas pela senha do SUASweb, a qual havia sido renovada e que seria
273 disponibilizada para todos os Conselheiros Nacionais, considerando a mudança de gestão.
274 Esclareceu que com a senha atual poderiam olhar e acompanhar o Sistema, mas sem fazer nenhuma
275 alteração. **Informes dos Conselheiros.** O Conselheiro Renato Saidel relatou que havia participado
276 na cidade de Penápolis, na semana retrasada, representando sua instituição, de uma mesa de debates
277 sobre a Resolução 16, tendo abordado, também, o Decreto 7.237 que regulava a Lei 12.101. A
278 Conselheira Marisa comunicou dois informes do CONGEMAS: primeiro, dia 2 de agosto, reunião
279 do COEGEMAS, juntamente com a Presidente, Sra. Ieda, no Estado de Alagoas, aproveitando para
280 conversar com os municípios prejudicados pela chuva, relatando as providências adotadas pelo
281 MDS e pelo estado, que sairia dessa ação após seis meses, ficando com a gestão do CONGEMAS
282 que tinha a preocupação de não isolamento até a reconstrução das moradias; e, segundo, que no
283 Estado do Rio Grande do Norte havia sido instituída uma Promotora exclusivamente para o SUAS,
284 discorrendo sobre a questão e enfatizando a importância de contar com a visão desses promotores
285 para poder equalizar alguns entendimentos com relação à implementação do Sistema. Concluindo, a
286 Conselheira Marisa destacou considerar essa ação um ganho de alta importância e relevância para a
287 gestão da Política da Assistência Social no estado. O Conselheiro Clodoaldo registrou que no dia 23
288 de agosto, na sede da ACM, 1º andar, das 9h às 12 horas, em São Paulo, receberiam a ex-
289 Conselheira Edna Alegro, para falar sobre a Lei 12.101 e sua regulamentação. Esclareceu ser

290 também uma realização da Rede Brasileira do Terceiro Setor, com apoio da OAB. A Conselheira
291 Ana Carolina ratificou o encontro anunciado pelo Conselheiro Clodoaldo, lembrando que a
292 Comissão de Direito do Terceiro Setor vinha se reunindo para poder traçar algumas diretrizes em
293 relação à regulamentação da Lei 12.101. Informou que após o evento do dia 23, estariam reunindo
294 agentes do MDS, da Promotoria e alguns representantes da Secretaria da Receita e da Fazenda, para
295 que houvesse a participação dos três setores e, inclusive do setor privado. O Conselheiro José Crus
296 destacou o apoio técnico e financeiro dado pelo MDS aos Estados de Alagoas e Pernambuco,
297 relatando o aporte de mais recursos para equipamentos, reforma e construção de CRAS e CREAS
298 nos municípios prejudicados, assim como a implantação de 48 cozinhas, ação da SESAN, da
299 Segurança Alimentar e Nutricional, e da Secretaria Nacional de Assistência Social. O Conselheiro
300 Samuel informou o lançamento da Cartilha dos Direitos Humanos no dia 9 em Belo Horizonte, com
301 a presença do senhor Presidente do CNAS e outras autoridades, com distribuição para o acervo do
302 Conselho e para que todos os Conselheiros tivessem acesso a esse material. Lembrou que de 16 a 19
303 de agosto iniciaria a 9ª Edição do Festival Lixo e Cidadania, e no dia 24 de agosto, o Movimento
304 Nacional faria uma marcha em Brasília com uma agenda com o Presidente da República e com
305 alguns dos presidentes-chave. A Conselheira Leila informou que o Fórum Estadual de Assistência
306 Social Não-Governamental do Rio Grande do Sul havia realizado no dia 23 de julho, um seminário
307 sobre a Lei 12.10, além do Decreto e da Resolução 16 do CNAS, voltado aos Conselhos
308 Municipais, gestores municipais e às entidades, contando com o apoio da ex-Conselheira Edna
309 Alegro. Agradeceu à Secretaria Nacional de Assistência Social pela disponibilidade com que vinha
310 atendendo a todas as solicitações do Fórum, relatando a presença do Conselheiro José falando
311 sobre a tipificação da Assistência Social. O Conselheiro Pedro Ost informou a presença da ex-
312 Conselheira Edna na Associação Cristão dos Moços, com discussão sobre o novo Decreto,
313 relatando, também, a realização de outra reunião da ABRUC em Brasília, com outras instituições e
314 o Ministério da Educação, sobre o mesmo tema. O Conselheiro Sérgio Wanderly comunicou a
315 realização de reuniões regionais do COEGEMAS e da CIB no Mato Grosso do Sul, com discussões
316 sobre a NOB/SUAS 2010. Relatou a realização de reuniões regionais a cada bimestre, antes de
317 chegar na CIB e no COEGEMAS. O Conselheiro José Araújo informou que em julho haviam
318 participado em Curitiba, do 1ª Seminário do Povo de Rua, com alguns estados, contando com a
319 participação do Conselheiro Samuel. O senhor Presidente colocou que, além do lançamento da
320 Cartilha dos Direitos Humanos, havia participado do evento promovido pela MDS, representando o
321 CNAS, tendo sido feita uma avaliação referente aos cinco anos do empréstimo do BID, tendo sido
322 um encontro bastante produtivo, informando o quanto que se havia caminhado e que ainda se
323 poderia caminhar para o fortalecimento do SUAS. N sequencia, passou para o item **Apresentação**
324 **da estrutura do MDS/SNAS (serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais)**. A
325 Conselheira Simone discorreu sobre o MDS e sua estrutura, assim como as áreas que abrangia.
326 Relatou todo o trabalho realizado em prol do fortalecimento do MDS e dos programas sociais que
327 coordenava, a legislação que havia criado sua estrutura, as secretarias e demais organismos que o
328 compunham e as ações pelas quais eram responsáveis. Explanou sobre a Secretaria Nacional de
329 Assistência Social, cuja primeira estrutura havia sido baseada nas deliberações da IV Conferência
330 Nacional de Assistência Social, após a qual foi iniciado seu desenho com o objetivo de implantar o
331 Sistema Único de Assistência Social. Ponderou que o SUAS era um sistema que todos reconheciam
332 e que trazia um grau de grande complexidade, requerendo uma estrutura mais fortalecida para os
333 desafios que trazia, demonstrando os resultados alcançados pelo Sistema Único de Assistência
334 Social. Discorreu sobre a montagem da sua estrutura, objetivando dar visibilidade ao serviço,
335 monitorar, acompanhar, fiscalizar, publicizar e politizar os impactos na vida da população.
336 Prosseguindo, falou sobre o organograma em tela, indicando os setores responsáveis pelas diversas
337 funções e seus objetivos. Enfatizou a importância da formulação de instrumentos técnico-operativos
338 para acompanhar as condições concretas do cotidiano da vida dos usuários da Política de
339 Assistência Social. Destacou o Departamento de Gestão do SUAS, com a Coordenação da Política

340 de Recursos Humanos do SUAS, responsável pela implantação e coordenação da gestão do trabalho
341 no SUAS e da Rede SUAS, assim como a ênfase dada para o Fundo Nacional de Assistência Social,
342 aumentando o orçamento disponível para as ações da Política. Concluindo, a Conselheira Simone
343 falou sobre a institucionalização da Coordenação de Conselhos que trabalhava de modo informal. O
344 Conselheiro Renato Saidel, parabenizando a apresentação, considerou importante uma apresentação
345 sobre a estrutura da Secretaria-Executiva, principalmente para os novos Conselheiros. A
346 Conselheira Maria Luiza, dirigindo-se ao Conselheiro Renato Saidel, informou que a chefia de
347 gabinete já havia solicitado essa apresentação, para que inclusive houvesse maior contribuição com
348 os funcionários e servidores do Conselho, no sentido de apoiar suas ações e reordenamento. O
349 Conselheiro Renato Saidel encontrou interessante essa proposta, ao que o senhor Presidente
350 observou que se poderia pautar o assunto para o próximo Pleno. O Conselheiro Pedro Ost colocou
351 ser importante que os Conselheiros recebessem essa nova estrutura. O Conselheiro Frederico
352 manifestou sua preocupação por se tratar de ano eleitoral e como ficaria a Assistência Social nos
353 próximos anos. Destacou a caixinha da rede socioassistencial privada, podendo se trabalhar, como
354 na Saúde, a questão da complementaridade, discorrendo sobre a responsabilidade e tirando o
355 distanciamento existente entre a entidade pública e privada. Indagou como estava a questão dos
356 recursos humanos a nível de quantitativo dentro dos departamentos, solicitando correção da palavra
357 “*equipe*”, grafada como “*euquipe*”. A Conselheira Simone referiu-se às nomenclaturas, que seriam
358 adequadas conforme se fizesse necessário, e que traziam toda uma discussão de compreensão do
359 próprio governo, com o organograma sendo o que se havia conseguido traduzir para o governo nas
360 discussões com o Ministério do Planejamento, definindo algumas ações em seu trânsito pelos
361 diversos organismos. Após a aprovação da lei de criação da carreira do Ministério, o decreto havia
362 sido aprovado, aguardando-se, ainda nesse ano, a realização de concurso público para melhoria da
363 sua estrutura. Concluindo, a Conselheira Simone destacou a importância de continuar contando com
364 o apoio político do Conselho Nacional de Assistência Social para que se pudesse concretizar a
365 realização desse concurso. Em não havendo mais nenhuma inscrição nesse item, o senhor
366 Presidente passou para o próximo: **Apresentação e discussão da proposta da NOB/SUAS 2010.**
367 A Conselheira Maria Luiza, esclarecendo que a Conselheira Simone apresentaria o tema, destacou
368 que essa proposta visava aprimorar o SUAS, suprimindo e contemplando pontos que deveriam ser
369 reforçados, tais como a segurança e aprimoramento da gestão e da qualificação dos serviços.
370 Resultava, também, de uma ampla e importante discussão travada principalmente nos colegiados,
371 CIT e CIB, visando o aprimoramento do planejamento da Política de Assistência Social, tanto
372 municipal como estadual. Lembrou o debate ocorrido na CIT em 14 de maio sobre a questão, com a
373 realização de consulta pública a partir do dia 4 de agosto, informando que o documento estava à
374 disposição de todos e solicitando contribuições para seu aprimoramento. A Conselheira Simone
375 procedeu à apresentação das principais questões contidas no documento entregue aos Conselheiros,
376 discorrendo sobre o caráter da NOB/SUAS 2010 e o reconhecimento da importância histórica do
377 documento emitido em 2005 no seu processo de implantação. Falou sobre a capilaridade que o
378 SUAS havia adquirido através dos CREAS e da vinculação de entidades do campo
379 socioassistencial, assim como a necessidade de aprimoramento de sua gestão com o fortalecimento
380 do Conselho, Plano e Fundo Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social e da
381 proposição de estratégias para qualificação de suas ofertas e da relação federativa com pactuação de
382 responsabilidades compartilhadas. Explanou sobre os aspectos da NOB 2005 que permaneciam
383 atuais e continuavam sendo aplicados, assim como a revisão dos aspectos superados. Relatou os
384 principais aspectos da NOB/SUAS 2010, destacando, também, a instituição dos blocos de
385 financiamento para o cofinanciamento dos serviços de Proteção Social Básica e Especial e para a
386 gestão e investimento como incentivos e a articulação existente entre os processos de planejamento,
387 monitoramento e financiamento. Ressaltou que outro aspecto importante era o planejamento das
388 responsabilidades dos Conselhos de Assistência Social e, por fim, as regras de transição, requisitos
389 para aprimoramento da gestão do SUAS. A Conselheira Simone, indicando o material em tela,

390 discorreu sobre os instrumentos utilizados e a organização do planejamento por eixos para
391 aprimorar a gestão dos municípios e do Distrito Federal: planejamento, financiamento, informação,
392 monitoramento e avaliação, vigilância social e gestão do trabalho, com a rede de serviços da
393 proteção Básica qualificando os serviços e benefícios. Informou sobre as responsabilidades,
394 divididas em duas: obrigatórias e de aprimoramento da gestão e da qualificação do serviço,
395 conforme patamares pactuados nacionalmente. Discorreu sobre a necessidade de os municípios
396 contarem com Conselhos e o Fundo, com a necessidade de financiamento para participar das ações
397 da Assistência Social. Arrazoou sobre as responsabilidades cumpridas pelos municípios, estados e
398 Distrito Federal, que receberiam mais recursos conforme seu desempenho. Indicou o ponto sobre o
399 controle social na NOB/SUAS 2010, que tratava da participação dos usuários, Conferência de
400 Assistência Social, Conselho de Assistência Social, responsabilidade do ente federado com o
401 controle social, planejamento das responsabilidades dos Conselhos de Assistência Social e
402 Conselhos de Unidades Prestadoras de Serviços de Assistência Social, bem como a
403 responsabilidade do gestor com essa questão. Após mais algumas colocações sobre o tema,
404 apresentou o calendário de pactuação, com a NOB estando em consulta pública do dia 4 de agosto a
405 13 de setembro, com previsão da CIT de enviar em dezembro para que o CNAS pudesse apreciar e
406 avaliar as contribuições dos gestores para a NOB/SUAS 2010. Concluindo, a Conselheira Simone
407 chamou a atenção: primeiro, para o modelo de Norma Operacional Básica que nascia do
408 acompanhamento, do monitoramento, da discussão dos gestores, sendo determinação do Tribunal
409 de Contas que se cobrasse dos gestores o Plano Estadual do Distrito Federal e Municipal; e,
410 segundo que o Conselho Nacional decidiria e teria tempo disponível para discutir e aportar
411 sugestões para a NOB, sendo importante que o CNAS incentivasse o debate da NOB/SUAS,
412 principalmente respeito ao controle social nesse momento de consulta para os Conselhos
413 Municipais, Conselhos Estaduais e os demais Fóruns. O Conselheiro Sérgio Wanderly relatou os
414 encontros programados em todos os municípios com o COEGEMAS, Conselhos e CIB, indicando a
415 situação atual e colocando que esse documento dava fundamentação para essa Política que se
416 efetivava no CRAS, no CREAS, com a grande responsabilidade sendo dos municípios. Discorreu
417 sobre a questão do orçamento disponível e a preocupação, como estado, da questão do Pacto de
418 Aprimoramento de Gestão, sendo que no município o trabalho era levado à frente. O Conselheiro
419 Sérgio Wanderly, destacando a responsabilidade do CNAS quanto à capacitação, não sabia se o
420 Conselho poderia concluir esse estudo até dezembro. Que quanto mais se consolidasse e
421 institucionalizasse o assunto para o próximo ano, estariam ajudando os próximos governantes, que
422 assumiriam um processo que vinha se desenvolvendo havia bastante tempo e que contava com
423 pessoas capacitadas e concursadas, contribuindo ainda mais para seu desenvolvimento. Aparteando,
424 o senhor Presidente solicitou à Secretária-Executiva que informasse os convidados, para registro da
425 sua presença: Maria Joaquina, CEAS/GO; Laura Regina, CEAS/PB; Carine Alves, SEDET/GDF;
426 Maria de Fátima, CEAS/AL; Sheila Alves, CEAS/AL; Annemarie, CEAS/SP; Maria Cecília,
427 CEAS/SC; Alessandra, do DGSUAS; Jaime Adriano Rabelo, DGSUAS; Célia Maria, SNAS;
428 Rosilene Magalhães, Gabinete do senador Flávio Arns; Severino, CEAS/PB; e, Edilar Cruz,
429 CEAS/RG e FONACEAS. O senhor Presidente, parabenizando a apresentação e a importância do
430 assunto, indagou: primeiro, se havia sido discutida e incluída no capítulo de controle social a
431 questão dos portes. Se quando falavam sobre os Conselhos de Unidades Prestadoras de Serviços e a
432 paridade entre a rede privada e a estatal, haviam discutidos os entraves que dificultavam essa ação;
433 segundo, se fosse considerado que já havia um Conselho deliberativo nos órgãos constitutivos da
434 entidade, como ficaria essa figura, e se teria uma outra denominação, indagando como havia sido
435 realizado esse debate. Encontrava a idéia excelente, estimulando a participação do usuário, se
436 haviam aprofundado esse debate e como isso se daria na prática. O Conselheiro Pedro Ost,
437 considerando a existência do Conselho e indicando a criação de um novo Conselho de Unidade
438 Prestadora de Serviço, indagou como se daria a relação entre os dois organismos e que, sendo
439 deliberativos, o que seria de competência de cada um. Exemplificando, colocou que a paridade era

440 um problema muito sério, referindo-se, também, à captação de recursos e deliberação nas entidades
441 e CRAS. Indagou se o Conselho deliberaria sobre as ações e recursos que o Centro receberia,
442 citando o CREAS e qual o papel do Conselho Municipal. Concluindo, o Conselheiro Pedro Ost
443 observou não ter entendido muito bem a operacionalização desse novo Conselho e quais suas
444 prerrogativas. O Sr. Jaime, informando sua participação na elaboração dessa NOB, esclareceu ao
445 Conselheiro Sérgio Wanderly ser importante se reafirmar que nos diagnósticos para realização do
446 processo de planejamento colocados na NOB, o Ministério propunha disponibilizar aos municípios
447 informações que ajudassem nessa elaboração. Que a partir dos dados existentes no Cadastro Único
448 já era possível territorializar essas informações, identificando as áreas de maior vulnerabilidade e
449 risco, bem como a localização dos equipamentos e a disponibilização de ferramentas para ajudar no
450 diagnóstico e planejamento. Encontrava um bom procedimento a criação da figura do Conselho de
451 Unidade, sendo necessário debater seu papel e discutir o que de fato era deliberativo, sendo
452 importante que os Conselheiros tomassem conhecimento da norma, com debates para se criar
453 alguma forma de trazer e envolver o usuário no processo de definição da Política de Assistência
454 Social. A Conselheira Gisele destacou o importante papel desse Conselho na divulgação da consulta
455 pública, chegando-se a um documento que ajudasse no aprimoramento do processo de gestão da
456 Política de Assistência Social e avançar no que se havia construído com a NOB-2005. Falou sobre
457 as atividades realizadas durante sua construção, destacando a união entre o controle, a gestão e o
458 financiamento e as realizações que vinham dando resultado em outros organismos. Chamou a
459 atenção para os patamares que tinham uma ligação com a questão do financiamento e a necessidade
460 de sua identificação, ponto central da discussão dessa proposta de NOB, incluindo nessa discussão a
461 questão dos portes. O Conselheiro Frederico, informando que a Comissão de Política havia
462 agendado reunião para discussão do tema, chamou a atenção para a questão do Conselho de
463 Unidade, manifestando satisfação por sua concretização na ponta para se ter essa rede de controle
464 social. Ponderou que os obstáculos precisavam ser removidos, dentre eles a questão do
465 financiamento, com o controle social fazendo o enfrentamento com os gestores locais, inclusive na
466 área da saúde. Destacou a questão da configuração, que precisaria ser discutida também nas outras
467 instâncias do controle social, tendo-se a direção do protagonismo do usuário, que cada vez mais
468 deveria ser empoderado para entrar nesse processo de discussão. Concluindo, o Conselheiro
469 Frederico discorreu sobre a situação do trabalhador e a precarização das condições oferecidas,
470 devendo se realizar encontros com os Conselhos Estaduais para discutir o assunto de uma forma
471 madura, séria e transparente, trazendo as experiências da saúde, mas destacando a necessidade de
472 disponibilidade de orçamento para financiamento para o controle social e alcance dos objetivos
473 pretendidos. O Conselheiro Renato de Paula, citando as colocações do senhor Presidente e do
474 Conselheiro Pedro Ost sobre uma deliberação tirada na reunião passada, resgatou a memória desse
475 evento sobre uma das deliberações da VII Conferência, a respeito do Eixo 1, item 4, “*criar*
476 *Conselhos Gestores Locais e fortalecer nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e*
477 *nas entidades da rede socioassistencial espaços para mobilização e organização dos usuários*
478 *incentivando-os ao debate e ao encaminhamento de propostas, bem como participação nos*
479 *Conselhos Setoriais, ampliando a garantia de direitos e o controle social no SUAS, assegurando*
480 *acessibilidade para as pessoas com deficiência, conforme a legislação”. Ponderou que a norma*
481 *trazia essa deliberação de Conferência, tendo sido encaminhada na Plenária anterior que: “a*
482 *Coordenação de Conselhos, ao constatar que já há Conselhos sendo implementados, apontou a*
483 *necessidade de o CNAS definir os parâmetros nacionais para que não hajam interpretações*
484 *equivocadas acerca do papel a ser desempenhado por estes Conselhos Gestores”, tendo chamado*
485 *para si a responsabilidade de pensar nesse assunto. Destacou que o trabalho da Comissão de*
486 *Conselhos definiria a nomenclatura, os objetivos, a composição deste Conselho Gestor,*
487 *participação, mobilização, usuários e todas as questões a serem esclarecidas. Informou que haviam*
488 *encaminhado e aprovado: “1. Designar os Conselheiros Samuel Rodrigues, José Crus, Renato dos*
489 *Santos Paula e Antônio Pereira Kũa para discutir a proposta e apresentar à Comissão de*

490 *Conselhos esta proposta para apreciar para trazer depois à Plenária; 2. Verificar as legislações*
491 *existentes com relação a este assunto; 3. Fazer um levantamento dos municípios que já*
492 *implementaram este Conselho e apresentar experiências exitosas deste tipo de Conselho que já*
493 *existem”; e, “Ver outros Conselhos que têm esta experiência a respeito do Conselho de Saúde”.*
494 Informou que os Conselheiros citados e aprovados na reunião passada já haviam recebido da
495 Secretaria-Executiva a Portaria dos Conselhos Gestores de CRAS e de CREAS de Guarulhos, que
496 haviam iniciado a implementação da experiência, o documento da Saúde, citado pelo Conselheiro
497 Frederico, e o material de uma tese a respeito do tema. Informou que o grupo, aprovado na Plenária
498 anterior, já estava estudando o assunto e apresentaria uma proposta com todos os itens levantados
499 pelos Conselheiros. Enfatizou que era o CNAS dando sua contribuição para a formulação desse
500 documento, não tendo surgido apenas a partir da NOB/SUAS, porque a deliberação era de
501 Conferência, e o CNAS estava participando ativamente a partir do encaminhamento dado na
502 Plenária passada. O Conselheiro Carlos Rogério manifestou a importância dessa iniciativa, com o
503 segmento dos trabalhadores, participante das Centrais Sindicais, acompanhando e discutindo esse
504 processo de aperfeiçoamento e de melhores condições por parte do governo e do CNAS para
505 acompanhar a execução da Política Nacional de Assistência Social, assim como de outras políticas e
506 também do ponto de vista da própria legislação, que precisava cada vez mais ser aprimorada.
507 Discorreu sobre a questão do usuário, se estava ou não organizado, elementos que deveriam ser
508 aprofundados, realizando-se um debate entre todos os segmentos sobre todas as questões relativas
509 ao trabalho e sobre seus direitos socioassistenciais. Concluindo, o Conselheiro Carlos Rogério
510 inquiriu se haveria tempo para essa consulta ser aprovada, tendo que se trazer mais elementos,
511 sugerindo a realização de um seminário que aportasse mais subsídios aos trabalhadores e usuários
512 para debater essa proposta de NOB, assim como outros temas levantados. A Conselheira Maria
513 Luiza destacou o importante esforço da equipe DGSUAS associada a outros colaboradores para a
514 realização desse documento, sendo de responsabilidade do Estado, com a coparticipação desse
515 Conselho, em definir as regras gerais da Política. Ponderou que o mesmo não tinha uma
516 característica de ser apenas um ditador de regras, mas que trazia conceitos, debatia o tema de tal
517 modo que levava os gestores e executores a executar essa Política de acordo com as suas
518 orientações. Ponderou que esse documento, ainda em discussão, correspondia às expectativas,
519 aprimorando o que concernia ao controle social, enfatizando a importância da participação de todos
520 nesse processo. Discorreu sobre a necessidade de apoiar e orientar essas iniciativas de
521 aprimoramento da gestão participativa, tendo a clareza de que os Conselhos Gestores de Unidades
522 não substituíam a função deliberativa do Conselho Municipal. Que, ao contrário, garantiriam a
523 capilaridade e a representatividade no Conselho, principalmente da Sociedade Civil, com os
524 Conselhos Gestores tendo um espaço de diálogo, de ampliação da sua base de sustentação,
525 importante caminho para que a Política se tornasse cada vez mais participativa e mais democrática.
526 O Conselheiro Wagner manifestou preocupação sobre o prazo, ressaltando que a consulta pública
527 seria de 4 de agosto até 13 de setembro, sendo um tempo muito curto para se aprofundar em várias
528 questões, considerando ser fundamental a participação de todos nessa discussão. Discorreu sobre as
529 dificuldades de acesso às informações de alguns municípios, que talvez não conseguissem participar
530 desse debate, citando a baixa adesão. Sugeriu que o Conselho encaminhasse ao TCU uma
531 solicitação de prorrogação de prazo dessa consulta pública. O Sr. Jaime discorreu sobre a proposta
532 que trazia o aprimoramento da gestão para ofertar serviços de qualidade ao usuário, peça central
533 desse processo, procedendo à leitura de um trecho da NOB sobre a questão. Com relação às
534 questões dos portes, discorreu sobre o assunto, pontuando que o processo de planejamento deveria
535 estar estritamente casado com a realidade do município, com as responsabilidades exigidas de cada
536 um, levando em consideração na discussão do patamar o porte e as possibilidades do município. A
537 Conselheira Simone indicou duas importantes questões nessa NOB: o reconhecimento da
538 necessidade de melhoria da gestão do SUAS e o conceito de qualidade de serviço contido no
539 documento, que para ter qualidade, necessitava da participação dos usuários, discutindo a sua

540 oferta. Observou que outra importante questão era que essa Política pretendia fazer prevenção
541 desenvolvendo habilidades e potencialidades dos usuários, o que somente seria possível com a
542 participação do interessado. Pensava que se deveria discutir sobre o que já havia sido colocado de
543 um Conselho de Usuários, discorrendo sobre o assunto e observando haver diversos modelos que
544 poderiam ser debatidos, enfatizando a importância dos trabalhadores nesse processo. Encontrava
545 interessante a proposta do Conselheiro Carlos Rogério, sendo importante a participação dos
546 trabalhadores lutando pela defesa da qualidade dos serviços, mas também pela participação dos
547 usuários em toda a discussão da NOB. Relatou sua experiência, discorrendo sobre o CNAS e sua
548 independência da CIT, trabalho que se complementava. Explicou que a Comissão havia colocado a
549 NOB em consulta pública e o Conselho Nacional era maduro o suficiente para entender que se os
550 gestores não pactuassem uma norma operacional, o sistema não aconteceria, enfatizando a
551 importância da discussão de todos os organismos envolvidos. Informou a intenção do presidente de
552 se discutir a Norma Operacional Básica na Reunião Ampliada a se realizar em dezembro, com a
553 presença e participação do CNAS, que poderia agendar o número de reuniões que considerasse
554 necessário, exemplificando com o que havia acontecido com a tipificação. A Conselheira Simone
555 ponderou ser impossível que os gestores considerassem um modelo de pactuação que não tivesse o
556 referendo do CNAS. Concluindo, colocou-se à disposição, juntamente com a equipe, para o que o
557 Conselho Nacional decidisse e os debates que considerasse necessário, ressaltando a importância de
558 o SUAS ofertar serviços de qualidade e fazer a diferença na vida dos seus usuários. O Conselheiro
559 Pedro Ost concordou com a exiguidade do prazo para a consulta pública e com a realização de
560 seminário para discussão do tema, com todos os segmentos colocando-se à frente para avançar
561 nesse processo de desenvolvimento. Manifestou sua preocupação com relação às pequenas
562 entidades e como isso funcionaria na ponta, observando que se a Assistência Social era um direito,
563 seu financiamento era obrigação do estado. **ENCERRAMENTO.** O senhor Presidente encerrou a
564 reunião, convidando a todos para retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o senhor
565 Presidente solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na
566 titularidade: Conselheira Marta; Conselheira Ana Cláudia; Conselheiro Carlos Ferrari; Conselheiro
567 Renato de Paula; Conselheiro Pedro Ost; Conselheira Fátima Rampin; Conselheira Maria Aparecida
568 Godói; Conselheiro Clodoaldo; Conselheiro Samuel; e, Conselheiro Sérgio Wanderly. Conselheiros
569 Suplentes: Conselheiro Wagner; Conselheira Maria Auxiliadora; Conselheiro Antônio Pereira
570 Kbça; e, Conselheiro José Crus. A seguir, o senhor Presidente passou para o item **Revisão das**
571 **Metas da Gestão 2008-2010.** Iniciando sua apresentação, o Conselheiro Renato de Paula resgatou
572 o encaminhamento colocado na Reunião Extraordinária de julho sobre uma avaliação dessas metas.
573 Informou que a proposta era que se procederia a um breve histórico do planejamento anterior,
574 retomando os seus desafios e resultados esperados. Relatou a solicitação de um levantamento às
575 Coordenações das Comissões sobre o que havia sido realizado e o que faltava alcançar, concluindo-
576 se que várias ações ainda estavam em andamento no CNAS. Prosseguindo, discorreu sobre como
577 havia sido o trabalho no Planejamento anterior, indicando, no material em tela, os resultados
578 almejados, se haviam sido alcançados ou não, procedendo à leitura do *“Extrato do Planejamento*
579 *Estratégico. O processo de Planejamento Estratégico do CNAS se desenvolveu em duas etapas*
580 *realizadas em Brasília, a primeira ocorreu nos dias 3 e 4 e fevereiro de 2009, na Escola Nacional*
581 *de Iniciação Pública - ENAP, e a segunda no dia 10 de março nas dependências do CNAS! A*
582 *oficina de fevereiro contou com trinta e cinco pessoas, das quais 24 Conselheiros e 11 servidores*
583 *do CNAS. Neste momento foi possível: a) redefinir a missão do CNAS; b) definir os desafios para o*
584 *biênio 2009/2010 e; c) delimitar os resultados esperados para cada desafio. Então, como eu disse,*
585 *nós trabalhamos com grandes desafios, que foram três, e trabalhamos os resultados esperados*
586 *para cada um deles. Em março a oficina contou com 31 pessoas, das quais 21 Conselheiros e 10*
587 *servidores do CNAS. Neste encontro foram elaboradas as macro-ações para os resultados*
588 *esperados, definidos na etapa anterior. Bom, então, no planejamento nós reformulamos a missão*
589 *do Conselho, que é promover o Controle Social sobre a Política Pública de Assistência Social,*

590 contribuir para o seu permanente aprimoramento, em consonância com as necessidades da
591 população brasileira. E os desafios propostos foram estes três: 1) Fortalecer o exercício do
592 Controle Social e da PNAS nas três esferas de Governo; 2) Contribuir para a consolidação do
593 SUAS no país e; 3) Defender os recursos para o financiamento da Política Pública da Assistência
594 Social. Aí, na folha seguinte tem aí um organograma, onde os três resultados, ou melhor, os três
595 desafios, e abaixo dos desafios os resultados esperados. Então, para o desafio 1, que é fortalecer o
596 exercício do controle social e da política pública da assistência nas três esferas, nós tivemos sete
597 resultados esperados. Então, como eu disse, os senhores reparem que vai estar no tempo futuro. O
598 CNAS acompanhou e participou do processo de transição da nova regulamentação da certificação
599 dos Conselhos Municipais de Assistência Social. 2) O CNAS normatizou o processo de inscrição de
600 entidades de Assistência Social nos Conselhos Municipais de Assistência Social. 3) O CNAS
601 subsidiou os Conselhos de Assistência Social a estimular o protagonismo e autonomia dos usuários
602 da Assistência Social. 4) O CNAS realizou a 7ª Conferência de Assistência Social. 5) O CNAS
603 implantou e manteve a sua política permanente de comunicação. 6) O CNAS reviu a natureza das
604 reuniões ampliadas e descentralizadas, em vistas de qualificar o exercício do controle social e; 7)
605 O CNAS promoveu o seu re-ordenamento funcional, operacional e institucional, otimizando a
606 participação qualificada, quantitativa e paritária de seus membros. Aí o II, só um parênteses aqui,
607 vamos, a gente faz a leitura com o olhar daquela conjuntura, que os seus dados têm a ver com
608 aquela conjuntura. Contribuir com a consolidação do SUAS no país, então, para este desafio os
609 resultados, primeiro, todos os Conselheiros do CNAS tem domínio do SUAS, segundo, o CNAS
610 deliberou sobre aspectos para implantação da NOB RH, terceiro, o CNAS mobilizou diversos
611 atores, políticos e sociais, para apoio à aprovação do PL SUAS no Congresso; 4) O CNAS avaliou
612 o Plano Decenal na sua Conferência Nacional; 5) O CNAS realizou a primeira avaliação do Pacto
613 de Aprimoramento de Gestão Estadual do SUAS e; 6) O CNAS aprovou normas e procedimentos
614 para o vínculo SUAS e, 7) O CNAS instituiu instrumento para avaliação do cumprimento do
615 decálogo dos direitos sócio-assistenciais. Aí, para o desafio três, que é defender os recursos para o
616 financiamento da Política Pública de Assistência Social, o primeiro resultado é que o CNAS
617 realizou encontros com a área econômica do Congresso Nacional e com o Governo Federal, para
618 sensibilização da importância da Assistência Social; 2) O CNAS mobilizou os Conselhos Estaduais,
619 Municipais e do DF para assessorar a área econômica do Governo Federal e o Poder Legislativo,
620 visando a garantia dos recursos para a política pública de Assistência Social; 3) Municípios,
621 estados e DF, mobilizados para ampliação do financiamento na área da Assistência Social, junto
622 com o PPA e; 4) O CNAS retomou a discussão sobre a vinculação de recursos para a Assistência
623 Social. Bom, a segunda etapa da oficina de planejamento teve por objetivo então a construção das
624 macro-ações discutidas na segunda etapa! Aí, podemos ir para o quadro então? Aí, no quadro que
625 os senhores têm e mãos, temos o desafio um, com os resultados esperados e, como eu disse, na
626 primeira coluna uma informação a respeito do alcance do cumprimento da meta, do resultado ou
627 não, não é, o que é a informação do que foi feito, e nas outras duas colunas, as propostas que
628 surgiram a partir do levantamento que foi feito nas Comissões. Então, vamos lá, desafio um, que é
629 fortalecer o controle social da política pública de assistência social nas três esferas, então, par ao
630 primeiro resultado, o CNAS acompanhou e participou do processo de transição da nova
631 regulamentação da certificação das entidades. O resultado alcançado é a Lei 12.101, o Decreto
632 7237, os GTs, a Resolução 44, a 108, e a Resolução 09. Do resultado 2. O CNAS normatizou o
633 processo de inscrição de entidades de Assistência Social nos Conselhos Municipais de Assistência
634 Social, não é? O Resultado alcançado é a Resolução 16, e aí tem uma proposta, de que a Comissão
635 pretende apresentar uma proposta de implementação e de detalhamento desta Resolução, não é,
636 uma proposta da Comissão que vai surgir no relato, de fazer um manual, cartilhas, etc., enfim, de
637 construir coisas que auxiliem a implementação da Resolução 16. Terceiro, o CNAS subsidiou os
638 Conselhos de Assistência a estimularem o protagonismo e autonomia dos usuários, não é? O
639 resultado alcançado foi a publicação “participação e controle social no SUAS” e, também as

640 *Comissões levantaram que durante todo o ano de 2009 a discussão dos usuários foi tema das*
641 *Conferências, então houve um fomento à esta discussão, mas ainda assim há uma proposta no*
642 *Plano de Ação da Comissão de Conselhos, com relação ao aprimoramento desta ação. Item quatro.*
643 *O CNAS realizou a VII Conferência Nacional e o resultado foi alcançado. Item cinco. O CNAS*
644 *implantou e manteve a sua política permanente de comunicação. A ação foi iniciada, porém não foi*
645 *concluída, da Política de Comunicação, e aí também há uma proposta no Plano de Ação da*
646 *Comissão de Conselhos, de que a política de comunicação deva ser socializada com os*
647 *Conselheiros, e de que deva ser traçada a partir desta política um plano de comunicação ampliado,*
648 *para além do plano que está em vigência, aprimoramento do foco no aprimoramento da*
649 *comunicação com os demais Conselhos e outras questões, então também tem uma proposta da*
650 *Comissão de Conselhos com relação a isto aqui. O item seis. O CNAS reviu a natureza das*
651 *reuniões ampliadas e descentralizadas em vistas de qualificar o exercício do Controle Social. É*
652 *uma ação não concluída que está pautada na Comissão de Conselhos também! Desafio dois. O*
653 *sete. O CNAS promoveu o seu re-ordenamento funcional, operacional e institucional, otimizando a*
654 *participação qualificada, quantitativa e paritária. É uma ação que não foi concluída, e que existe*
655 *uma proposta de se discutir esta ação e a evolução dela em consonância à discussão que está*
656 *sendo feita na Comissão de Normas, que será apresentada ao Pleno e tudo mais, a respeito do*
657 *Regimento Interno do CNAS, que tem a ver com a saída da certificação, enfim, estas questões*
658 *todas! Então, este resultado a Comissão de Normas e de Conselhos também sugeriu que seja feita*
659 *esta discussão junto à discussão do Regimento. Desafio dois, contribuir para a consolidação do*
660 *SUAS no país, não é? O primeiro resultado: todos os Conselheiros tem domínio do SUAS, e aqui só*
661 *abrindo um parênteses, de que naquele planejamento discutiu-se a necessidade da capacitação*
662 *continuada e permanente, e tudo mais, mas, enfim, se constatou naquele momento que ainda*
663 *faltavam certos domínios do SUAS por parte de um conjunto significativo de Conselheiros, de*
664 *detalhes da operacionalização do sistema e tudo mais, não é? Este resultado nós achamos que ele*
665 *não tem muito como ser aferido, não é? Enfim, não tem uma aferição objetiva, de dizer se o*
666 *Conselheiro tem ou não domínio do Sistema Único, do que ele sabe em relação à política, o que ele*
667 *conhece. Não tem, não é um resultado que possa ser aferido desta forma. No entanto isto não*
668 *inviabiliza, quer dizer, nos outros dois quadros tem aí as propostas de promover a participação dos*
669 *Conselheiros Nacionais nas capacitações e cursos vindouros, que é algo em andamento, e tem uma*
670 *proposta que também, duas propostas que surgiram da Comissão de Política, que não*
671 *necessariamente tem uma relação linear com este resultado mas, enfim, a gente não achou melhor*
672 *lugar para colocar, então entrou aí, que é acompanhar as discussões junto à SNAS e ao MDS, da*
673 *NOB SUAS 2010, que é algo que está em andamento, aprovar a definição das tipificações dos*
674 *serviços de assessoramento e de defesa de direitos, e dos programas e projetos sócio-assistenciais,*
675 *o que já é pauta da Comissão de Política. O item dois. O CNAS deliberou sobre aspectos para*
676 *implementação da NOB RH. Do jeito que está aí, quando a gente viu este resultado nós pensamos*
677 *que do jeito que está escrito aqui, o CNAS deliberou sobre aspectos e não falar sobre quais*
678 *aspectos, e não fala sobre a NOB RH inteira, então, nos parece que qualquer aspecto que o CNAS*
679 *tenha deliberado sobre a NOB RH, cumpre o resultado! Não é? Quer dizer, ele deliberou sobre*
680 *aspectos não especificados, então, de alguma forma o CNAS alcançou, aprovou as propostas de*
681 *capacitação, que foram tanto as propostas das capacitações que foram concluídas, das em curso,*
682 *todas elas foram apresentadas aos Conselhos, discutidas, enfim, compartilhadas com o Conselho,*
683 *então, sobre este aspecto o CNAS deliberou, acompanhou e tomou ciência das pesquisas que o*
684 *MDS tem feito, em especial as pesquisas que informam sobre a questão dos recursos humanos na*
685 *assistência, como a Monique, e outros aspectos do SUAS. Aí tem uma proposta, uma pauta na*
686 *Comissão de Política, que é coordenar juntamente com o MDS, e potencializar um processo de*
687 *debate democrático e participativo com os trabalhadores que integram o SUAS para posterior*
688 *aprovação no CNAS, da Resolução que define estes trabalhadores. Não é? Então, já é uma pauta*
689 *da Comissão de Política, que tem a ver inclusive com os encontros que estão sendo organizados,*

690 *enfim, os encontros dos trabalhadores no SUAS. O três, o CNAS mobilizou os diversos atores*
691 *políticos e sociais para aprovação do PL SUAS no Congresso. Aí entendemos que este resultado,*
692 *por mais que o CNAS tenha feito a mobilização de esforços, como o PL não foi aprovado ainda,*
693 *então ele é resultado alcançado parcialmente. No processo de Conferências em 2009, fizemos a*
694 *coleta de assinaturas, fechamos com mais de 40 mil assinaturas ano passado, que foram*
695 *encaminhada inclusive para o Congresso, e aí tem uma proposta inter-comissões, que surgiu de*
696 *várias Comissões, de intensificar as ações políticas do CNAS com vistas à aprovação do PL SUAS.*
697 *O item quatro, o CNAS avaliou o Plano Decenal da Assistência na VII Conferência. O resultado foi*
698 *alcançado. O Plano Decenal foi discutido e avaliado sobre o ponto de vista do Controle Social, que*
699 *foi o tema das Conferências do ano passado. Aí tem propostas que surgiram nas comissões, de que*
700 *elas deveriam propor então formas do acompanhamento do cumprimento das metas do plano*
701 *decenal, e me parece que algumas Comissões têm de forma mais detalhada isto e, tem também*
702 *pautas, me parece que estas duas são da Comissão de Política também, que é imprimir cartilha*
703 *específica sobre participação e controle social com base nas metas do Plano Decenal, definir uma*
704 *pauta propositiva da Comissão de Política, com a previsão periódica de avaliação dos ganhos*
705 *sociais, dos programas, projetos, serviços e benefícios, bem como da rede sócio-assistencial do*
706 *SUAS, tendo como referencial as deliberações da VII Conferência Nacional de Assistência Social,*
707 *o Plano Decenal de Assistência Social, avaliações e Relatórios de Gestão do MDS, que é uma*
708 *pauta da Comissão de Política. Aí o quinto resultado, de que o CNAS realizou uma avaliação do*
709 *pacto de aprimoramento da gestão estadual do SUAS. O resultado foi alcançado, foi feito a*
710 *avaliação do pacto no segundo semestre de 2009, o CNAS esteve lá e acompanhou. Em 2009, após*
711 *a apresentação pela SNAS da avaliação do pacto de gestão do SUAS, o CNAS solicitou aos*
712 *Conselhos Estaduais informações sobre o acompanhamento do pacto e solicitou que os mesmos,*
713 *que os Conselhos Estaduais mantivessem o CNAS informado. Também a Comissão de Política*
714 *informou aqui que o CNAS solicitou à SNAS, em pactuação entre os estados e o MDS, que está em*
715 *fase de construção. Aí, o seis. O CNAS aprovou normas e procedimentos para o vínculo. O*
716 *resultado é parcial, a Resolução nº 16, de alguma forma responde por uma parte deste assunto,*
717 *mas não todo e, na época se aguardava a aprovação do PL 3021, que virou a Lei 12.101 e do*
718 *Decreto, que é o Decreto 7.237. Não é? E o resultado completo da ação, quer dizer, para que seja*
719 *um resultado completo mesmo, depende também da aprovação do PL SUAS, independente de*
720 *outras ações que possam ser incluídas aí nestes dois quadros, que possam ser pautadas pelas*
721 *Comissões. O resultado sete, o CNAS instituiu instrumento para avaliação do cumprimento do*
722 *decálogo dos direitos sócio-assistenciais. O resultado também foi alcançado parcialmente, porque*
723 *houve a publicação de dois cadernos de textos, e os textos destes cadernos trouxeram discussão*
724 *sobre o decálogo sócio-assistencial, mas não há ainda um instrumento sistemático, periódico,*
725 *enfim, normatizado pelo CNAS, que acompanha o cumprimento dos dez direitos. Aí tem uma*
726 *proposta da Comissão de Política também, me parece, que está na pauta da Comissão, que é*
727 *definir uma agenda inter-setorial com os Conselhos de Defesa de Direitos, para tratar de temas*
728 *prioritários na efetivação do SUAS, como saúde, idoso, habilitação e reabilitação da pessoa com*
729 *deficiência, criança e adolescente, entre outros temas. Está na pauta da Comissão de Política. Aí o*
730 *item três, que é o desafio três, defender os resultados para o financiamento da política pública de*
731 *Assistência Social, que o resultado é que o CNAS realizou encontros com a área econômica do*
732 *Governo Federal e o Congresso Nacional, para sensibilização da importância da SNAS. Tem um*
733 *ofício do CNAS, ofício nº 16 e 25, que tratam desta articulação política junto ao Congresso e ao*
734 *Legislativo. Foi realizado encontro com o relator geral do PLOA 2010, com a presidência do*
735 *CNAS à época, a coordenadora de financiamento, representante do fundo, e da Assessoria*
736 *Parlamentar do MDS. Também tem a resolução 59, de 2009, e aí tem uma observação aqui que*
737 *veio da Comissão de Financiamento àquela época: observar o cronograma do PLOA 2010, que foi*
738 *apresentado, e foi proposta uma alteração da Resolução 78, adequando o cronograma do PLOA*
739 *2010. No artigo segundo, onde se lê junho de cada ano, lê-se julho de cada ano, e alterar o artigo*

740 *quarto, onde se lê até a plenária do mês de agosto, lê-se até o dia 31 de julho, que foi o*
741 *encaminhamento que foi dado na Comissão de Financiamento à época, para facilitar a tramitação*
742 *do fluxo orçamentário. O outro resultado, o CNAS mobilizou os Conselhos Estaduais, os*
743 *municipais e o Conselho de Assistência do DF, para gestionar a área econômica do Governo*
744 *Federal, e o Poder Legislativo, visando à garantia de recursos para a política pública de*
745 *Assistência Social. Não veio nenhuma observação das Comissões, e também não conseguimos*
746 *aferir se este resultado foi alcançado ou não. Bom, então, foram estes os levantamentos que*
747 *conseguimos fazer a respeito do Planejamento anterior e, como eu disse, há muitas ações que já*
748 *estão sendo discutidas nas Comissões e, com certeza, temos certeza de que tem coisas que estão*
749 *sendo discutidas nas Comissões, que não entraram aqui, que muito provavelmente ficaram de fora,*
750 *então teríamos que fazer esta avaliação para saber se a nossa impressão ao fazer este trabalho é*
751 *de que temos muito mais coisas pautadas do que é possível propor aqui.”* O Conselheiro José Crus
752 destacou o item um, com o resultado a ser obtido sendo o fortalecimento do controle social, com as
753 providências esperadas sendo tomadas ao longo do tempo pelo CNAS, visando alcançar um
754 determinado objetivo que era fortalecer o Controle Social da Política Pública de Assistência Social
755 em todo país, o Sistema Único que estava sendo implantado. Indicou outros resultados alcançados
756 no item 1.1. no segundo quadro, 09/2010, acreditando que fosse a tipificação e que se tratava da
757 Resolução 109 de 2010. O Conselheiro Pedro Ost, com relação aos resultados esperados, somente
758 havia sido colocado o acompanhamento da participação do processo de transição da nova
759 regulamentação apenas da certificação, observando que a lei não tratava somente dessa questão,
760 mas também de isenções de contribuições e da seguridade, indagando se havia alguma razão para
761 que isso fosse feito. O Conselheiro Clodoaldo observando os resultados colocados, o
762 acompanhamento da participação no processo de transição da nova regulamentação e os demais
763 registros, manifestou ter sentido a necessidade de complementação, indagando se não deveria ter
764 sido colocada a nova proposta. O Conselheiro Renato de Paula discorreu sobre a dinâmica do
765 trabalho apresentado, com a possibilidade de alguma informação não ter sido inserida nesse
766 quadro. Esclareceu que se houvesse algum indicativo de alguma Comissão, de que determinado
767 assunto estivesse sendo encaminhado, se alguma pauta tivesse ficado fora, seria trazida e colocada
768 novamente, para que todos os Conselheiros pudessem ter uma visão completa desse Planejamento.
769 A seguir, o senhor Presidente destacou o item 1.7, sobre o reordenamento funcional, operacional e
770 institucional, sendo que um dos caminhos para isso era o Regimento Interno e que estava na
771 Comissão de Normas. Arrazoou que esse debate não se esgotava apenas nessa norma, mas passava
772 pelas atribuições das Comissões e também por uma concepção do CNAS, relatando um fato
773 acontecido e que integrava o CNAS ao MDS, destacando a necessidade de se pensar e discutir a
774 autonomia do Conselho Nacional. Prosseguindo, passou para o item. 2.2., ao que o Conselheiro
775 Renato de Paula aparteu, observando que nada impedia que comesçassem a fazer indicativos para o
776 trabalho prático das Comissões, observando que a Comissão de Normas estava fazendo a discussão
777 do Regimento. Sugeriu que as demais Comissões informassem o que estavam colocando em suas
778 pautas, ademais dos temas que já estivessem resolvidos. O Conselheiro José Crus concordou com
779 essas colocações, ponderando que havia que aproveitar esse momento para que pudessem contribuir
780 em algumas questões. Com relação ao ponto três, valia um destaque à NOB SUAS 2010,
781 encontrando que o seu eixo era a qualidade da oferta do serviço, conforme já havia sido colocado,
782 com a inclusão dos usuários nos serviços e o incentivo à sua participação social. Esclareceu ser uma
783 proposta da próxima Comissão de Política o aprofundamento do debate da NOB SUAS,
784 encontrando ser um indicativo para incluir nesse quadro da nova proposta. A Conselheira Simone se
785 referiu aos itens 2.3, 2.4 e 2.5. No 2.3, pensava que para promover sua aprovação, o PL SUAS teria
786 que ganhar uma prioridade mais estratégica no CNAS. Para isso, deveria organizar imediatamente o
787 trabalhador, CONSEAS, CONGEMAS, entidades que compunham o CNAS, bancada dos
788 trabalhadores, usuários e entidades, indo à Comissão de Constituição e Justiça para conversar com o
789 Deputado Genoíno, para se pensar com o presidente da Comissão uma estratégia para dar quorum,

790 considerando a importância da aprovação do PL SUAS. Observando que em 2011 teria o PPA, e
791 como haviam feito um Plano Decenal com metas do governo federal para dois Planos, seria
792 importante que o Conselho pudesse ter condições técnicas de discussão das metas federais por
793 Plano Decenal, incorporadas ao mesmo. Sugeriu, citando o Conselheiro Caio Nakashima, da SAGI,
794 que o Conselho Nacional conversasse com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação para
795 já deixar encaminhada uma pesquisa, discutindo as diretrizes para o próximo PPA com os
796 organismos correspondentes. Ponderou não ter entendido muito bem a discussão colocada pelo
797 Presidente com relação à maior autonomia do Conselho Nacional com relação ao MDS, solicitando
798 esclarecimentos sobre o assunto. Prosseguindo, a Conselheira Simone informou que o FONSEAS
799 ainda não havia encaminhado oficialmente para o Ministério, para o debate público, sua proposta de
800 readequação do pacto de aprimoramento da gestão estadual, após o que seria encaminhada ao
801 CNAS. O senhor Presidente arrazoou que suas reflexões haviam sido feitas no sentido macro e
802 amplo de pensar essa relação de Conselho Nacional e Ministério, destacando o momento favorável
803 e o fato de a Ministra ter sido Conselheira do CNAS, tendo todo entendimento da importância do
804 controle social. Esclarecendo não ter colocado nenhuma crítica, discorreu sobre a necessidade de
805 gestores e Conselho debater essa questão, assim como outras, para aprimoramento e para se ter esse
806 desenho bem definido para os próximos anos. O Conselheiro José Crus informou que a Comissão
807 de Política tinha uma agenda definida de discussão intersetorial, relatando os encontros realizados
808 com outros setores, com algumas questões podendo ser incluídas nesse quadro. Observou que a
809 Secretaria-Executiva poderia trazer para esses três grandes eixos as metas do Plano Decenal, o que
810 muito contribuiria com futuras discussões sobre planejamento. O senhor Presidente passou a
811 palavra para a Conselheira Simone que solicitou que fosse submetida ao Pleno sua proposta de se
812 pautar, ainda nessa reunião, as estratégias sobre a atuação que o Conselho teria para aprovação do
813 PL SUAS, solicitando destaque nessa pauta. O Conselheiro Clodoaldo solicitou esclarecimentos,
814 informando o acompanhamento do PL SUAS e tendo conhecimento de que era suficiente o
815 deputado Genoíno prosseguir com as ações, indagando se o empecilho era o quorum. A Conselheira
816 Simone esclareceu a necessidade de ter quorum na Comissão, sendo preciso ter cinco sessões da
817 Comissão, após o que poderia apresentar o seu relatório, com esse encontro sendo realizado para
818 acompanhar os acontecimentos. Prosseguindo, o Conselheiro Clodoaldo ponderou ser essa uma
819 questão pacífica nesse Conselho, com esse contato podendo ser viabilizado pela Presidência
820 Ampliada. O senhor Presidente ponderou que essa questão merecia uma discussão específica,
821 assunto sobre o qual se retornaria, após esgotar o tema do Planejamento de revisão das metas. A
822 Conselheira Marisa informou que o CONGEMAS juntamente com o FONSEAS, estava vendo a
823 possibilidade de uma articulação maior para que todos participassem desse encontro. O Conselheiro
824 Renato de Pau relatou os apontamentos feitos pelo Pleno, propondo que esse quadro voltasse para
825 as Comissões para complementação e retorno à Secretaria-Executiva que, por sua vez, encaminharia
826 para os interessados, para que todos tivessem uma visão de todas as inclusões. Após essa
827 socialização, retornaria para a Presidência Ampliada para análise, dando um retorno na Plenária
828 subsequente. O senhor Presidente indagou se todos estavam se acordo com esse encaminhamento,
829 com a aprovação do Pleno. Prosseguindo, sugeriu esgotar os temas da pauta, e após o que se
830 discutiria a estratégia proposta pela Conselheira Simone sobre o PL SUAS. A seguir, solicitou à
831 Secretária-Executiva a atualização do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira
832 Simone, Conselheiro Frederico, Conselheiro Carlos Rogério, e Conselheiro Renato Saidel.
833 Conselheiros Suplentes: Conselheira Brenda; Conselheira Marisa; e, Conselheira Ana Carolina. O
834 senhor Presidente passou para o item **Relato da Comissão Eleitoral**. A Conselheira Ana Carolina
835 informou a distribuição de um kit contendo a memória da reunião da Comissão Eleitoral, a proposta
836 de Regimento Interno e o cronograma de atividades. A seguir passou ao relato da “*COMISSÃO*
837 *ELEITORAL CNAS GESTÃO 2010/2012 - Data: 13 de julho de 2010. Local: CNAS. Horário: 10h*
838 *às 18h. Conselheiros presentes: Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho; Frederico Jorge de*
839 *Sousa Leite; Samuel Rodrigues. Ausência Justificada: Renato Saidel Coelho. Apoio da Secretaria-*

840 **Executiva:** Liliane Neves; Rosana Alves. 1. ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE DA COMISSÃO
841 ELEITORAL. Atendendo ao disposto no §8º do art. 24 do Regimento Interno do CNAS, quem quiser
842 acompanhar está até com o Regimento em mãos, foram eleitos os Conselheiros Renato Saidel
843 Coelho como Presidente da Comissão Eleitoral e a Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro
844 Carrenho como Vice-presidente da Comissão. 2. DEFINIÇÃO DOS MEMBROS DAS
845 SUBCOMISSÕES DE HABILITAÇÃO E DE RECURSOS. Atendendo ao disposto da Resolução
846 CNAS nº 06/2010, os membros da Comissão Eleitoral se subdividiram em Subcomissão de
847 Habilitação, composta pelos Conselheiros Frederico Jorge de Sousa Leite e Samuel Rodrigues; e,
848 Subcomissão de Recursos pelos Conselheiros Renato Saidel Coelho e Ana Carolina Barros
849 Pinheiro Carrenho. 3. DEFINIR PROCESSO DE TRABALHO E A AGENDA PARA ANÁLISE DOS
850 PEDIDOS DE HABILITAÇÃO E PARECER DAS SUBCOMISSÕES DE HABILITAÇÃO E DE
851 RECURSOS. A Comissão Eleitoral, tendo em vista o cronograma de atividades desenvolvidas pela
852 Comissão no outro processo, definiu a seguinte agenda: Junho/Julho: Divulgação do Kit Eleição e
853 da Resolução CNAS nº 6/2010 para todos os órgãos e entidades definidos em Plenária, a saber:
854 Entidades e organizações com assento no CNAS; Conselheiros Nacionais; Conselhos de
855 Assistência Social; FONACEAS; Fóruns de Assistência Social (estaduais e nacional); Fóruns de
856 Usuários da Assistência Social; MDS; Gestores municipais; MDS; Conselho Nacional de
857 Assistência Social, gestores municipais e estaduais de Assistência Social (CRAS e CREAS);
858 FONSEAS; CONGEMAS; Conselhos Setoriais de Políticas Públicas e de Defesa de Direitos; Mala
859 direta dos Delegados e Delegadas, Convidados e observadores da VII Conferência Nacional de
860 Assistência Social. • Divulgação das entidades habilitadas e não habilitadas e publicação no
861 Diário Oficial da União DOU. • 20 de julho: reunião da Subcomissão de Habilitação.
862 Julho/Agosto: • 23 de julho a 02 de agosto (conforme Edital CNAS nº 02/2010): prazo para entrega
863 de recurso ou manifestações contrárias quanto à decisão da Subcomissão de Habilitação. • 09 de
864 agosto: reunião da Subcomissão de Recursos para análise dos pedidos de recursos e manifestações
865 contrárias. • 13 de agosto: publicação do Ato de Homologação. • 19 de agosto: reunião da
866 Comissão Eleitoral para preparação do material a ser utilizado na Assembléia de Eleição. • 20 de
867 agosto: A Assembléia de Eleição ocorrerá no auditório do CNAS, conforme o Edital de
868 convocação. • 25 de agosto: data para o envio dos nomes para a nomeação dos representantes das
869 entidades ou organizações de usuários eleitas. 4. MINUTA DE PROGRAMAÇÃO DA
870 ASSEMBLÉIA DE ELEIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO À PLENÁRIA DE AGOSTO. (Esclareceu
871 que os Conselheiros haviam recebido o calendário, sendo apenas um resumo). 4. MINUTA DE
872 PROGRAMAÇÃO DA ASSEMBLÉIA DE ELEIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO À PLENÁRIA DE
873 AGOSTO. A Comissão Eleitoral, considerando o pequeno número de entidades/organizações que
874 solicitaram habilitação para participação no processo eleitoral, sugere alteração no período da
875 realização da Assembléia de Eleição. Encaminhamos para apreciação dessa plenária a minuta
876 abaixo. Data: 20 de agosto de 2010. Horário: 9h às 15h. Local: Auditório do Conselho Nacional
877 de Assistência Social. Anexo do Bloco F, Ala A, 1º andar sala 108, Brasília - DF. 9h às 12h
878 Credenciamento - 10h às 11h30. - Instalação da Assembléia de Eleição. - Composição da Mesa
879 Coordenadora da Assembléia de Eleição. - Leitura e aprovação do Regimento Interno. 11h30 às
880 12h. - Composição das Mesas de Recepção e Apuração. 12h às 13h. - Apresentação das
881 entidades/organizações candidatas. 13h às 14h - - Almoço. 14h - Instalação das Mesas Receptoras.
882 14h30: Encerramento da votação e início da apuração; Instalação da Mesa Apuradora; Leitura e
883 aprovação da Ata contendo o resultado das eleições.” A Conselheira Ana Carolina esclareceu que
884 com a minuta, teriam que avaliar o documento entregue, observando que seria interessante colher a
885 manifestação favorável ou não em relação à proposta de funcionamento para que pudesse ser feita a
886 proposta de Regimento, o que constituía duas situações diferenciadas. O Conselheiro Antônio
887 Kbeça ponderou que pelo apontamento feito, eram poucas as instituições e entidades inscritas para
888 participar do processo, podendo se diminuir o horário proposto, ao que a Conselheira Ana Carolina
889 esclareceu que essa redução já havia sido feita. Continuando, o Conselheiro Antônio Kbeça indagou

890 sobre o número de instituições que participariam, encontrando que o horário de credenciamento,
891 marcado de 09 às 12h, encerraria às 10h, propondo a redução de duas horas em todos os
892 procedimentos. O Conselheiro Renato Saidel ressaltou o problema existente quanto ao
893 deslocamento das pessoas, contemplando algum eventual atraso e possibilitando a participação de
894 todas as entidades, propondo que o prazo fosse maior e que essa proposta fosse submetida à
895 votação, com o Conselheiro Frederico concordando com a dificuldade de acesso a Brasília existente
896 atualmente. O senhor Presidente procedeu à votação desse primeiro ponto, prosseguindo com a
897 segunda parte. A Conselheira Ana Carolina, passou para o item 5: “MINUTA DE REGIMENTO
898 INTERNO DA ASSEMBLÉIA DE ELEIÇÃO PARA APRESENTAR À PLENÁRIA DE AGOSTO. A
899 *Comissão Eleitoral, tendo em vista que o processo eleitoral, ora em vigor, trata-se de contemplar*
900 *os cargos de suplência para os segmentos de usuários e trabalhadores, apresentamos as alterações*
901 *no Regimento Interno da Assembléia. O artigo segundo teve uma alteração, passando a vigorar da*
902 *seguinte maneira: Artigo 2º. O credenciamento de representantes para a participação na*
903 *Assembléia terá início às 9h na entrada do auditório e término às 14h. Sugestão da Comissão*
904 *Eleitoral: alterar prazo para credenciamento de 9h as 14 para de 9h às 12h. Então esta é a*
905 *alteração do § 2º. Parágrafo Único - Considera-se encerrado o processo de votação de cada*
906 *segmento, após o voto de todos os credenciados para votar, até no máximo às 17h. Sendo que,*
907 *anteriormente, o prazo era às 15 horas. Perdão, o horário anteriormente era até às 17 horas, e*
908 *agora tem a redução das duas horas, que está sendo sucessivo. Sugestão da Comissão Eleitoral:*
909 *alterar prazo para 15h. Art. 6º A Presidência da Mesa abrirá espaço para apresentação das*
910 *candidatas ao pleito, cabendo a cada uma até 2 (dois) minutos. Sugestão da Comissão Eleitoral:*
911 *aumentar o prazo para 03 minutos. Art. 10 O processo de votação ocorrerá em 3 (três) espaços*
912 *distintos, separados por segmentos sob a coordenação das Mesas Receptoras e Apuradoras.*
913 *Sugestão de alteração feita pela Comissão Eleitoral: o processo de votação ocorrerá em dois*
914 *espaços distintos. § 2º Cada eleitor (a) poderá votar em até três candidatas, em seu próprio*
915 *segmento, devendo ser assinalada a intenção do voto com um “x” ou uma marca que identifique a*
916 *intenção do voto na respectiva cédula. Sugestão de alteração feita pela Comissão Eleitoral: cada*
917 *eleitor poderá votar em uma candidata de seu próprio segmento. Estava repetido o §2º, do art. 10º.*
918 *Está errado? É sugestão de modificação? § 2º As 3 (três) candidatas mais votadas, em cada*
919 *segmento, será considerada a eleita para o respectivo cargo de suplente em vacância. Sugestão de*
920 *alteração feita pela Comissão Eleitoral: A candidata mais votada, em cada segmento, será*
921 *considerada a eleita para o respectivo cargo de suplente em vacância. Sugestão de acréscimo da*
922 *Comissão Eleitoral: § 1º do Art. 13: Será encaminhado novo procedimento de votação para*
923 *desempate somente entre os dois candidatos mais votados. Sugestão de alteração da Comissão*
924 *Eleitoral: § 2º do Art. 13: Permanecendo o empate de votos entre candidatas eleitas, será*
925 *considerada, para efeito de classificação, aquela cuja data de registro do estatuto em cartório,*
926 *complementarmente, para os representantes dos usuários a comprovação se dará nos termos do*
927 *inciso II do § 3º do artigo 5º da Resolução CNAS nº 6/2010, considerando a mais antiga. Sugestão*
928 *de supressão da Comissão Eleitoral: § 4º do Art. 13: Na hipótese de empate na votação entre*
929 *candidatas do mesmo segmento, as eleitoras do referido segmento, que estiverem presentes*
930 *efetuarão nova votação para desempate. § 1º do Art. 14: A ata aprovada, contendo o resultado das*
931 *eleições, com suplentes eleitos nos cargos de vacância, registrando inclusive a presença do*
932 *Ministério Público Federal do Distrito Federal, será assinada pelos componentes da Mesa*
933 *Coordenadora e encaminhada, à Presidência do CNAS para publicação no Diário Oficial da*
934 *União até o dia 27 de agosto de 2010. Sugestão de supressão da Comissão Eleitoral: retirar a*
935 *palavra titulares, que foi o que foi feito como taxado, no texto. Sugestão de acréscimo da Comissão*
936 *Eleitoral: § 2º do Art. 14: Uma via da ata será encaminhada à Ministra de Estado de*
937 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando providências para a posse dos representantes*
938 *da sociedade civil no CNAS - gestão 2010/2012, dos cargos de terceira suplência dos segmentos*
939 *dos trabalhadores e usuários, de acordo com o Edital CNAS nº 2, de 28 de junho de 2010. Sugestão*

940 *de alteração da Comissão Eleitoral: Art. 15 As entidades e organizações da sociedade civil eleitas*
941 *deverão indicar seus representantes até o dia 25 de agosto de 2010 na forma prevista no § 4º e § 5º*
942 *do artigo 4º da Resolução CNAS nº 6/2010.” O senhor Presidente indagou se havia alguma*
943 *inscrição, com o Conselheiro José Crus manifestou-se contemplado, sendo que sua dúvida se referia*
944 *ao reajustamento do Regimento Interno. Em não havendo mais nenhuma manifestação sobre o item,*
945 *o senhor Presidente procedeu à votação do Regimento Interno, sendo aprovado pelo Pleno. Na*
946 *sequencia, passou para o item **Memória da Comissão Eleitoral**, passando a palavra para o*
947 *Conselheiro Frederico, para transmitir o informe da Subcomissão de Habilitação: “MEMÓRIA DE*
948 *REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORAL / SUBCOMISSÃO DE HABILITAÇÃO. Data: 14 e 21 de*
949 *julho de 2010 - Local: sala 102 CNAS. Conselheiros presentes: Frederico Jorge de Souza Leite;*
950 *Samuel Rodrigues. Apoio: Liliane Neves do Carmo. 1.COORDENACÃO DA SUBCOMISSÃO DE*
951 *HABILITACÃO. Atendendo ao disposto no § 40 do artigo 10 da Resolução CNAS no 06/20 10, o*
952 *conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite coordenará essa subcomissão. 2. PROCESSO DE*
953 *HABILITACÃO DAS ENTIDADES/ORGANIZACÕES. A Secretaria-Executiva do CNAS recebeu 14*
954 *(quatorze) pedidos de habilitação, sendo todos encaminhados à Subcomissão de Habilitação para*
955 *análise e parecer. Todos os pedidos entregues, tempestivamente, ao CNAS foram analisados de*
956 *acordo com a Resolução CNAS nº 06/2010. A Subcomissão tem a informar que: 1. Dos pedidos*
957 *recebidos por segmentos: Candidata/Eleitora (Total: 07): - 02 indicaram ser organizações ou*
958 *representantes de usuários da Assistência Social; - 04 indicaram ser entidade ou organização de*
959 *trabalhadores da Assistência Social. - 01 não indicou segmento. Eleitora (Total: 06): - 01 indicou*
960 *ser organização ou representante de usuários da Assistência Social; - 05 indicaram ser entidade ou*
961 *organização de trabalhadores da Assistência Social; e- 01 Não informou a condição de eleitora ou*
962 *eleitora/candidata e nem o segmento. 3. Das entidades/organizações habilitadas (Total: 05):*
963 *Candidata/Eleitora (Total: 02): - 01 indicou ser organizações ou representantes de usuários da*
964 *Assistência Social; - 01 indicou ser entidade ou organização de trabalhadores da Assistência*
965 *Social. Eleitora (Total: 03): - 01 indicou ser organização ou representante de usuários da*
966 *Assistência Social; - 02 indicaram ser entidades ou organizações de trabalhadores da Assistência*
967 *Social. 4. Das entidades/organizações não habilitadas (Total: 09): Candidata/Eleitora (Total: 05):*
968 *- 01 indicou ser organização ou representante de usuários da Assistência Social; - 03 indicaram*
969 *ser entidade ou organização de trabalhadores da Assistência Social. - 01 não indicou o segmento;*
970 *Eleitora (Total: 03): - 03 indicaram ser entidade ou organização de trabalhadores da Assistência*
971 *Social. - Não informou a Condição de candidata/eleitora ou eleitora: 01 5. CONSIDERACÕES DA*
972 *SUBCOMISSÃO DE HABILITACÃO. 5.1 Do processo de análise: Os trabalhos realizados*
973 *seguiram as orientações da legislação em vigor a partir da Resolução CNAS o 06/2010. Importante*
974 *ressaltar que a citada Resolução traduziu, em seus atos, as exigências descritas nas legislações,*
975 *tais como: - Lei Orgânica de Assistência Social; - Decreto nº 6.308/2007 e Resolução CNAS*
976 *nº191/2005 que trata da definição das entidades e organizações de Assistência Social; - Resolução*
977 *CNAS nº 109/20 10 que Tipifica os Serviços Socioassistenciais. - Resolução CNAS no 145/2004 que*
978 *define a Política Nacional de Assistência Social; - Resolução CNAS nº 130/2005 que define da*
979 *Norma Operacional de Assistência Social; - Resolução CNAS nº 23/2006 que trata da definição do*
980 *segmento de trabalhadores da Assistência Social; - Resolução CNAS no 24/2006 que trata da*
981 *definição do segmento de organização e representantes de usuários da Assistência Social; -*
982 *Resolução CNAS no 269/2006 que define a Norma Operacional de Recursos Humanos. Frederico*
983 *Jorge de Souza Leite e Samuel Rodrigues, Subcomissão de Habilitação.” O Conselheiro Carlos*
984 *Rogério indagou sobre a possibilidade de conhecer o nome das entidades que haviam sido*
985 *desabilitadas a partir dessa legislação, sendo que apenas sua quantidade estava registrada. O*
986 *Conselheiro Frederico esclareceu que todas as entidades haviam sido elencadas no Diário Oficial da*
987 *União, tendo sido encaminhado por e-mail essa informação. O Conselheiro Carlos Rogério*
988 *comunicou ter recebido o primeiro Diário Oficial, mas não o segundo, ao que o Conselheiro*
989 *Frederico informou ser um relato da Subcomissão de Recursos e que ainda não havia sido*

990 publicizado. Prosseguindo, o Conselheiro Carlos Rogério solicitou que os Conselheiros do CNAS
991 tivessem acesso a essas informações. O senhor Presidente explicou que os recursos estavam em
992 análise, com o prazo previsto para o dia 13, com a publicação saindo no DOU no dia 14. Tendo
993 encerrado os temas da pauta, a Conselheira Simone solicitou um registro, cumprimentando a
994 categoria dos advogados em nome da Conselheira Ana Carolina, falando publicamente no Conselho
995 Nacional de Assistência Social e parabenizando os advogados que ajudavam a colocar no mundo
996 jurídico esse difícil e conturbado direito socioassistencial. Esperava que pudessem continuar
997 contando com esses valiosos serviços, agradecendo em nome do Ministério a importante
998 contribuição dessa categoria a todos os profissionais. A Conselheira Ana Carolina agradeceu essas
999 palavras e informou o contato mantido com a Dra. Laíz Figueiredo, que havia organizado o evento
1000 do MDS e a discussão sobre como aproximar mais a Ordem dos Advogados da função social.
1001 Destacou seu comprometimento profissional e pessoal, não apenas para a defesa da Constituição,
1002 mas também no aprendizado e na construção de efetivas Políticas Públicas. O Conselheiro Renato
1003 Saidel comunicou que a Câmara Municipal do Município de São Paulo havia instituído o dia
1004 Municipal da Assistência Social, a ser comemorado no dia 13 de novembro, mas que se realizaria
1005 no dia 12, no espaço Terra da Câmara Municipal, das 10 às 13 horas, solicitando o uso de camisa
1006 branca no evento. Relatou a presença do Conselho Municipal de Assistência, Conselho Municipal
1007 dos Direitos da Criança e Adolescente, Fórum de Assistência Social do Segundo Setor,
1008 Representantes da Sociedade Civil. Que a instituição desse dia era um importante ganho para o
1009 Município de São Paulo, sendo uma sinalização de que o município estava dando alguns passos na
1010 participação efetiva junto ao SUAS. O senhor Presidente ressaltou a proposta da Conselheira
1011 Simone em se pensar uma estratégia visando a aprovação do PL SUAS. Informou que o
1012 Conselheiro Clodoaldo havia indicado, como encaminhamento, que o assunto fosse tratado via
1013 Presidência Ampliada, indagando se havia mais algum encaminhamento e se essa proposta seria
1014 acolhida pelo Pleno. A Conselheira Marisa incorporou a sugestão do dia “d”, que o CONGEMAS e
1015 o FONSEAS vinham articulando, podendo entrar em contato e encaminhar para a Presidência. O
1016 senhor Presidente indagou a data do encontro, ao que a Conselheira Lúcia Elena informou que
1017 fariam a consulta à Presidente, que havia estado com o CONSEAS. A Conselheira Simone
1018 ponderou que a Comissão Ampliada só se reuniria no próximo Pleno, sugerindo que no dia seguinte
1019 uma comitiva do CNAS, com convite à Ministra, Secretária Nacional e o Presidente da Frente
1020 Parlamentar, realizasse uma visita ao Congresso para conversar com o Presidente José Genoíno.
1021 Encontrava interessante a idéia do CONGEMAS de um dia de mobilização, propondo para essa
1022 visita, os dias 18, 19 e 20, no encontro de monitoramento, quando estariam presentes vários
1023 organismos. O senhor Presidente, como encaminhamento, propôs o dia 19, acatando a sugestão de
1024 tentar uma agenda com o Deputado Genoíno para a semana, comprometendo-se a verificar com a
1025 Secretaria-Executiva e com a Secretária Nacional, e trazer uma resposta nesse Pleno. O Conselheiro
1026 José Crus observou que já se poderia sair com um posicionamento do Conselho Nacional assinado
1027 por todas as entidades representadas, com um ofício reforçando essa estratégia e somando esforços
1028 para agilizar esse processo. O Conselheiro Carlos Rogério informou a distribuição da revista da
1029 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, discorrendo sobre seu conteúdo e o aporte que
1030 poderia dar para o debate da PNAS no Conselho. O Conselheiro Renato Saidel solicitou que os
1031 membros da Sociedade Civil permanecessem no recinto, para realização de uma reunião, ao que o
1032 senhor Presidente solicitou que após esse encontro, os trabalhadores permanecessem para outra
1033 reunião de trabalho. **ENCERRAMENTO.** Em não havendo mais nenhum assunto a tratar e
1034 esgotada a pauta do dia, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião. **ABERTURA.** Dando
1035 início à 181ª RO do Conselho Nacional de Assistência Social no dia 12 de agosto de 2010, o senhor
1036 Presidente solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na
1037 titularidade: Conselheiro Renato de Paula, Conselheira Simone Albuquerque, Conselheiro José
1038 Geraldo Diniz, Conselheira Fátima Rampin, Conselheira Gisele de Cássia, Conselheiro Sérgio
1039 Wanderly, Conselheiro Pedro Ost, Conselheira Maria do Carmo Tourinho, Conselheiro Carlos

1040 Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Leite, Conselheiro Carlos
1041 Rogério. Conselheiros Suplentes: Conselheira Lúcia Helena, Conselheiro José Crus, Conselheira
1042 Rita de Cássia, Conselheira Marisa Silva, Conselheiro Wagner Santana, Conselheira Leila Pizzato,
1043 Conselheira Maria Auxiliadora de Araújo, Conselheiro José da Silva, Conselheiro Antônio Pereira
1044 Kbça, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira Ana Carolina Carrenho. Registrou, também, a
1045 presença do Dr. Douglas, da Consultoria Jurídica do MDS. O senhor Presidente passou para o item
1046 **Relato da Presidência Ampliada**, com o Conselheiro Renato de Paula procedendo à leitura da
1047 “*MEMÓRIA DA REUNIÃO DA PRESIDÊNCIA AMPLIADA DE AGOSTO DE 2010 - DATA:*
1048 *0/08/2010. HORÁRIO: 18h - Conselheiros (as): Carlos Eduardo Ferrari — Presidente; Renato*
1049 *Francisco dos Santos Paula — Vice-Presidente; Antonio Celso Pasquini - Coordenador da*
1050 *Comissão de Normas; Frederico Jorge de Souza Leite — Coordenador de Política; José Geraldo*
1051 *França Diniz — Coordenador da Comissão de Financiamento; Fátima Aparecida Rampin —*
1052 *membro da Comissão de Conselhos. DATA: 11/08/2010. HORÁRIO: 13h . Conselheiros (as):*
1053 *Carlos Eduardo Ferrari — Presidente; Renato Francisco dos Santos Paula — Vice-Presidente;*
1054 *Frederico Jorge de Souza Leite — Coordenador de Política; Maria Luiza Rizzotti — Coordenadora*
1055 *da Comissão de Conselhos; Sérgio Wanderly Silva — Coordenador Adjunto da Comissão de*
1056 *Financiamento; Fátima Aparecida Rampin — membro da Comissão de Conselhos. Apoio: Maria*
1057 *das Mercês - Secretária Executiva; Silvani Souza - Gabinete CNAS. Conselho Nacional de*
1058 *Assistência Social - CNAS - Presidência Ampliada. Agosto de 2010. 1. PROPOSTA DE AGENDA*
1059 **DO CNAS PARA 02º SEMESTRE 2010. Agosto_10, 11 e 12 - Reunião Ordinária do CNAS**
1060 *(Comissões e Plenária) ; 20 - Assembléia de Eleição Sociedade Civil. 31 - Reunião de Trabalho dos*
1061 *Articuladores Estaduais/Regionais para Processo de Discussão dos Trabalhadores do SUAS.*
1062 **Setembro: 13 - Encontro com Conselhos Estaduais de Assistência Social e 14 - Encontro com os**
1063 *Presidenciáveis; 14, 15 e 16 - Reunião Ordinária CNAS ; 22 e 23 - Encontro Regional com os*
1064 *trabalhadores do SUAS — Centro- Oeste (Cuiabá); 28 e 29 - Encontro Regional com os*
1065 *trabalhadores do SUAS — Sudeste (São Paulo). Outubro: 05,06,07 - Reunião Ordinária CNAS*
1066 *(Comissões e Plenária). Novembro: 04 e 05 - Encontro Regional com os Trabalhadores do SUAS*
1067 *— Sul (Curitiba); 08 e 09 - Oficina com TCU; 10, 11 e 12 - Reunião Ordinária CNAS (Comissões e*
1068 *Pleno); 18 e 19 - Encontro Regional com os Trabalhadores do SUAS — Nordeste (Fortaleza); 25 e*
1069 *26 - Encontro Regional com os Trabalhadores do SUAS — Norte (Belém). Dezembro: 07,08 e 09 -*
1070 *Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS; 16 e 17 - Encontro Nacional com os*
1071 *Trabalhadores do SUAS (Belo Horizonte). 1.1 PAUTA DA 182ª REUNIÃO ORDINÁRIA 13,14,15*
1072 **E 16 DE SETEMBRO DE 2010: 13/09/2010 — segunda-feira: 13h às 18h - Reunião com os**
1073 *Conselhos Estaduais de Assistência Social; 14/09/2010 — terça-feira - 9h às 12h: - Encontro com*
1074 *os candidatos à Presidência da República; 14h às 18h: - Reunião da Comissão de Normas; -*
1075 *Reunião da Comissão de Financiamento; - Reunião da Comissão de Política; 18h às 19h: -*
1076 *Reunião da Presidência Ampliada. 15/09/2010 — quarta-feira: 09h às 09h15 : - Aprovação da ata*
1077 *da 181ª Reunião Ordinária e da pauta; 09h15 às 10h: - Informes da Presidência/Secretaria*
1078 *Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros; 10h às 11h: - Posse dos conselheiros eleitos para*
1079 *vacância (usuários e trabalhadores); 11h às 12h: - Avaliação e encaminhamentos das reuniões*
1080 *com os CEAS e presidenciáveis; 14h às 16h: - Apresentação sobre a Implementação e*
1081 *Funcionamento da Rede SUAS; 16h às 18h ; -Continuação da Revisão das Metas da Gestão 2008-*
1082 *2010. 16/09/2010 — quinta-feira: 9h às 10h: - Relato da Presidência Ampliada; 10h às 11h: -*
1083 *Relato da Comissão Eleitoral; 11h às 12h: - Relato da Comissão de Conselhos; 14h às 15h30min: -*
1084 *Relato da Comissão de Política; 15h30min às 16h30min: - Relato da Comissão de Financiamento;*
1085 *16h30min às 18h - Relato da Comissão de Normas. 2. ENCONTRO COM OS CANDIDATOS À*
1086 **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.** *A Secretaria Executiva fez contato por telefone e por e-mail*
1087 *com os assessores dos nove candidatos à Presidência da República para convidá-los para*
1088 *apresentar as propostas de governo de cada um para a Assistência Social. Foi solicitado que o*
1089 *CNAS encaminhasse a programação preliminar, temas, público alvo, previsão de data e o formato*

1090 da apresentação. A Presidência encaminhou por e-mail ofício nominal, programação preliminar e
1091 lista nominal do público alvo do encontro: Conselheiros Nacionais, Conselheiros Estaduais de
1092 Assistência Social e do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. **2.1 PERGUNTAS**
1093 **PARA NORTEAR O ENCONTRO COM OS PRESIDENCIÁVEIS.** Serão enviadas 7 (sete)
1094 perguntas aos representantes dos candidatos à Presidência da República sobre os temas:
1095 intersectorialidade, Política Pública, Financiamento, Controle Social e locus da Política de
1096 Assistência Social, que nortearão o encontro, conforme cópia anexa. **3. MONITORAMENTO DAS**
1097 **DELIBERAÇÕES DA VII CONFERÊNCIA.** A Presidência Ampliada sugere a criação de um
1098 grupo para monitorar as deliberações da VII Conferência Nacional de Assistência Social. Em um
1099 primeiro momento, esse grupo deverá fazer o levantamento das deliberações que já foram
1100 atendidas e das que ainda não foram cumpridas. Após isso, deve-se propor uma metodologia de
1101 trabalho para acompanhar as ações que ainda estão pendentes, inclusive com a finalidade de
1102 subsidiar a VIII Conferência Nacional de Assistência Social. **4. RECOMPOSIÇÃO DA**
1103 **COMISSÃO DE ÉTICA .** Os Conselheiros da Sociedade Civil e do Governo deverão indicar três
1104 membros de cada representação para compor a referida Comissão. **5. CONVITES:** 5.1 O
1105 Departamento de Proteção Social Básica do MDS realizará Oficina de Acompanhamento da
1106 Proteção Social Básica no dia 9 e 10 de setembro de 2010 em Brasília. Sendo assim, solicita a
1107 indicação de um representante do CNAS para participar do evento, contribuindo inclusive na mesa
1108 de abertura que ocorrerá no dia 9 de setembro pela manhã. A Presidência Ampliada indicou o
1109 Presidente Carlos Ferrari. 5.2 Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS 2010, de 18 a 20 de
1110 agosto de 2010 em Brasília Foram indicados para representar o CNAS: • Presidente Carlos
1111 Eduardo Ferrari; • Conselheiro Renato Saidel; • Conselheiro Wagner Santana e • Conselheiro
1112 Frederico Jorge de Souza Leite. 5.3 Seminário sobre a Resolução de nº 109/2009 - Tipificação dos
1113 Serviços Socioassistenciais, no dia 02 de setembro de 2010, em Osasco/SP. A Presidência
1114 Ampliada indicou o Presidente Carlos Ferrari. 5.4 A Coordenação Geral dos Direitos do Idoso
1115 vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República convida para o
1116 “Seminário Nacional “Avanços e Desafios dos Direitos das Pessoas Idosas” - dias 24, 25 e 26 de
1117 agosto de 2010, em Brasília. A Presidência Ampliada propôs cumprimentar a Coordenação Geral
1118 dos Direitos do Idoso e agradecer-los pelo convite. 5.5 V Seminário Nacional Adolescente em
1119 Conflito com a Lei, no dia 20 de agosto de 2010, na Universidade Bandeirante — UNIBAN/SP, que
1120 tem como objetivo prestar HOMENAGEM ESPECIAL AOS REDATORES DO ECA. A Presidência
1121 Ampliada propôs enviar agradecimento às organizadoras do Seminário. 5.6 1ª Conferência
1122 Municipal de Convivência Familiar e Comunitária para Crianças e Adolescentes de Canoas/RS,
1123 nos dias 26 e 27 de agosto de 2010. A Presidência Ampliada sugeriu enviar agradecimento à
1124 Secretária de Desenvolvimento Social de Canoas/RS. 5.7 Seminário para Atualização dos
1125 Conselheiros sobre o Sistema de Controle Social e a Política Nacional de Assistência Social, no dia
1126 31 de agosto de 2010, em Recife/PE. O representante do CNAS deverá dissertar sobre o tema
1127 ‘Orientações Gerais do Conselho Nacional de Assistência Social para Adequação da Lei de
1128 Criação dos Conselhos às Normativas Vigentes e ao Exercício do Controle Social no SUAS’. A
1129 Presidência Ampliada submete o convite à Plenária para indicação de um representante. **6.**
1130 **OUTROS ASSUNTOS.** 6.1 Resposta à Moção de Reivindicação aprovada na VII Conferência
1131 Nacional sobre acessibilidade de audiodescrição, que foi encaminhada ao Ministério das
1132 Comunicações. O Ministério das Comunicações por meio do Ofício nº 1185/2010, de 23 de julho
1133 de 2010, reporta-se a moção de reivindicação que o CNAS enviou em 14 de janeiro de 2010,
1134 aprovada na VII Conferência Nacional de Assistência Social, cujo teor versa sobre o recurso de
1135 acessibilidade de audiodescrição a ser inserido na programação das entidades prestadoras de
1136 serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, para informar que foi
1137 emitida a Norma Complementar nº 1, de 2006, aprovada pela Portaria nº 310/2006 e
1138 posteriormente alterada pela Portaria nº 188/2010, de 24 de março de 2010, relativas ao serviço
1139 de radiodifusão, visando tornar a programação transmitida ou retransmitida acessível para

1140 *peças com deficiência. Além da audiodescrição, são tratados na referida Norma os recursos de*
1141 *acessibilidade da legenda oculta e da dublagem. Destacou-se ainda no que concerne aos prazos*
1142 *para que os recursos venham a ser veiculados na programação, houve alteração da norma por*
1143 *intermédio da já referida nº 188/2010. Assim, os prazos pertinentes aos recursos de legenda oculta*
1144 *e de dublagem continuam regidos pelo item 7.1 da Norma, ao passo que os de audiodescrição*
1145 *passaram a serem regidos pelos novos subitens 7.2.1 e 7.2.2 com a redação atribuída pela*
1146 *mencionada Portaria nº 88/2010. 6.2 O CONANDA solicita audiência com o CNAS para*
1147 *apresentação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes,*
1148 *bem como convida o CNAS para ser signatário juntamente com o CONANDA da aprovação e*
1149 *encaminhamento desse documento ao chefe do Poder Executivo Federal. Solicitar ao CONANDA a*
1150 *Política e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes para socializar com*
1151 *os Conselheiros do CNAS. Propor ao CONANDA a apresentação do documento na Plenária do*
1152 *mês de outubro de 2010. 6.3 O Fórum Nacional de Assistência Social informa que o Encontro*
1153 *Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social, com o tema Sociedade Civil e*
1154 *Controle Social, será realizado no dia 17 de setembro de 2010, de 9h às 17h, em Brasília. 6.4*
1155 *Demanda do Conselho Estadual de Assistência Social do Maranhão — CEAS/MA, por meio do*
1156 *OFÍCIO Nº 78/2010 — CEAS/MA, recebida neste CNAS, por e-mail, em 20 de julho de 2010, a*
1157 *qual refere-se ao processo eleitoral dos representantes da sociedade civil para a gestão 2010/2012*
1158 *naquele Conselho. A Presidência Ampliada acolheu a demanda e propôs uma visita in loco no*
1159 *CEAS/MA por uma equipe do CNAS formada pelo Presidente, Vice-Presidente e os quatro*
1160 *Coordenadores das Comissões Temáticas. Carlos Eduardo Ferrari - Presidente do CNAS.” A*
1161 *seguir passou à leitura das perguntas: “***Sugestões de perguntas para os representantes dos**
1162 **candidatos a presidente da República: 1. Que ações o/a candidato/a a Presidente da República**
1163 **priorizaria para promover a intersetorialidade entre os órgãos que executam as políticas sociais,**
1164 **visando a convergência de esforços, a efetividade das políticas e a racionalidade do uso do recurso**
1165 **público na área social? 2. Qual a sua proposta de financiamento para a Política de Assistência**
1166 **Social? • Qual o posicionamento do candidato/a sobre a fixação de percentual de destinação**
1167 **orçamentária para assegurar co- financiamento e co-responsabilidade da assistência social nas**
1168 **três esferas governamentais? 3. Qual a opinião do/a candidato/a sobre o controle social da política**
1169 **de assistência social? 4. Quais as formas defendidas pelo/a candidato/a para a participação da**
1170 **sociedade civil na formulação, execução, acompanhamento e fiscalização da Política de**
1171 **Assistência Social? 5. Qual a opinião do/a candidato/a sobre as emendas parlamentares estarem**
1172 **vinculadas aos serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais? 6. Qual a posição dos/as**
1173 **senhores/as acerca do financiamento indireto, quer por imunidade ou isenção de contribuições**
1174 **patronais destinadas às entidades beneficentes de assistência social? Como os/as senhores/as**
1175 **avaliam o marco legal hoje vigente sobre esta matéria? 7. Em uma possível reforma ministerial**
1176 **como seria, em seu governo, o espaço destinado à gestão federal da Assistência Social? Secretaria**
1177 **Nacional ou Ministério próprio?”** A Conselheira Simone sugeriu, referindo-se à agenda de
1178 setembro, que o encontro com os Conselhos Estaduais e o encontro com os presidenciais fosse
1179 realizado em um dia único, considerando o menor tempo ocupado nas últimas reuniões, com a
1180 reunião ordinária começasse no dia 14, ao invés do dia 13. O Conselheiro Frederico discorreu sobre
1181 a extensa carga de trabalho, discordando que o encontro com os presidenciais e com os Conselhos
1182 Estaduais fosse realizado no mesmo dia. O Conselheiro José Crus relatou a proposta feita na
1183 reunião da Comissão de Conselhos, de trazer o encontro dos Conselhos Estaduais para a oficina do
1184 Acórdão do TCU no dias 8 e 9, considerando a presença dos Conselheiros Estaduais nesse evento,
1185 acrescentando mais um dia para otimizar esse encontro e diminuindo a agenda de quase 13 dias do
1186 CNAS no mês de setembro. Inquiriu o fato de tal proposta não ter passado pela Presidência
1187 Ampliada e não ter um retorno, destacando que gostaria de se inscrever novamente, considerando
1188 que nas perguntas para os presidenciais não estava incluído o Sistema Único, ignorando-se todos
1189 os avanços alcançados em 5 anos de implantação do SUAS. O senhor Presidente esclareceu que

1190 havia defendido na Presidência Ampliada a manutenção da reunião com os Conselhos Estaduais,
1191 ponderando que o Pleno poderia acatar ou não sua realização em setembro. Destacou que esse
1192 Conselho estava iniciando, uma nova gestão, precisando, antes de qualquer outra ação, se apresentar
1193 para os Conselhos Estaduais e com alguns importantes temas a serem discutidos. Encontrava ser
1194 totalmente legítimo e de competência da Comissão de Conselhos o desenvolvimento de uma pauta
1195 de trabalho com os Conselhos Estaduais, mas entendendo que as demais Comissões também
1196 precisavam realizar esse contato. Relatou, para registro em ata, que no dia anterior, havia falado na
1197 reunião da Sociedade Civil e repetia nesse Pleno, com relação ao desdobramento das metas,
1198 parecendo que tudo seria feito pelo CNAS e pela Comissão de Conselhos, estando muito
1199 preocupado com as outras Comissões. Encontrava que a reunião de 13 de setembro era muito
1200 importante, posicionamento que poderia ser questionado pelo Pleno. O senhor Presidente explicou
1201 que a Presidência Ampliada não havia afrontado a Comissão de Conselhos, não tendo
1202 desconsiderado o encaminhamento, o qual estava sendo colocado nesse Pleno, que tinha
1203 legitimidade para votar pela realização ou não da reunião dos Presidentes dos Conselhos Estaduais.
1204 A Conselheira Simone concordou com a reunião com os Conselhos Estaduais, apenas sugerindo que
1205 no dia 14 de setembro se realizassem os dois encontros que nos 15 e 16 se realizasse a Reunião
1206 Ordinária, relatando as experiências anteriores sobre tais ações. O senhor Presidente indicou as duas
1207 propostas, uma, com a reunião iniciando no dia 13 e outra, da Conselheira Simone, no dia 14,
1208 indagando a necessidade de votação ou se a Plenária chegaria a algum consenso. Destacou que o
1209 Conselheiro Frederico defendia a manutenção do dia 13, o qual mantinha sua proposta. A
1210 Conselheira Gisele encontrava pertinente a presença dos Conselheiros Estaduais durante o debate
1211 com os presidenciáveis, concordando com a proposta da Conselheira Simone. Indagou se havia uma
1212 proposta de conteúdo para o debate a ser mantido com os Conselheiros Estaduais em setembro e
1213 que seria realizado durante o dia todo. Referiu-se ao colocado pelo senhor Presidente, com a
1214 necessidade de contato de todas as Comissões com os Conselhos Estaduais, o que não havia sido
1215 pautado nas suas reuniões, parecendo uma fragilidade da programação. O senhor Presidente
1216 ponderou ser fundamental a participação dos Conselheiros Estaduais no debate com os
1217 presidenciáveis, o que havia sido considerado ao se marcar as datas para esses encontros. Informou
1218 que a agenda de 13h às 18 horas no dia 13 seria mais a apresentação dessa gestão, colocando os
1219 pontos e se ouvindo os Conselhos Estaduais, o que não era feito na maioria dos encontros.
1220 Resgatando o teor da discussão da Presidência Ampliada, esclareceu que quando a Comissão de
1221 Conselhos havia proposto, conforme o colocado pelo Conselheiro José Crus, fazer o encontro junto
1222 com a oficina do TCU, uma das preocupações havia sido o fato de se contar com uma pauta mais
1223 elaborada, a partir das demandas colocadas para a Comissão de Conselhos e que seria apresentada
1224 ao Pleno. Que frente a essa preocupação, a Comissão havia proposto que o encontro fosse realizado
1225 em novembro, junto com o encontro do Acórdão do TCU. O senhor Presidente observou que ao se
1226 trazer a discussão para a Presidência Ampliada se havia considerado a nova gestão e a necessidade
1227 de interlocução mais próxima e efetiva com os Conselhos Estaduais e a sua presença no debate com
1228 os presidenciáveis, com a proposição de construção de uma pauta com a participação dos
1229 Coordenadores e responsabilidade de outras Comissões, ademais da Comissão de Conselhos, com
1230 os temas que precisariam ser discutidos em setembro, não podendo ficar para novembro. O
1231 Conselheiro José Crus discorreu sobre o que havia sido pensado com relação à oficina do TCU,
1232 com a participação dos Conselhos e gestores, sugerindo chamar também as CIB's, ampliando esse
1233 encontro, tendo se manifestado sobre a necessidade de um retorno dessa proposta da Comissão de
1234 Conselhos. Observando que se o Conselho encontrasse serem dois momentos, concordava com as
1235 Conselheiras Simone e Gisele sobre a indicação do dia 14 ser indicado para a presença dos
1236 Conselheiros Estaduais no debate com os presidenciáveis. Destacou que deveria se repensar se
1237 mantinham todos os Conselhos Estaduais na oficina, conforme a proposta inicial. O senhor
1238 Presidente colocou em votação a proposta da Presidência Ampliada e a da Conselheira Simone, de
1239 encontro com os Conselheiros Estaduais e o debate com os presidenciáveis ocorrendo no dia 14,

1240 vencendo a proposta da Conselheira Simone, com uma abstenção. O senhor Presidente lembrou a
1241 necessidade de se fazer um reordenamento da pauta, a ser apresentado ainda nessa oportunidade. A
1242 Conselheira Fátima Rampin esclareceu seu voto, por ter participado na Presidência Ampliada e ter
1243 votado na proposta da Conselheira Simone, com os mesmos esclarecimentos pelo Conselheiro José
1244 Geraldo. O senhor Presidente passou ao item 2, **Encontro dos candidatos presidenciais.** A
1245 Conselheira Marisa indagou se o Pleno poderia encaminhar algumas sugestões para acrescentar
1246 nesse bloco de questões, sentindo falta de uma discussão mais elaborada com relação ao
1247 pensamento desses presidenciais respeito ao Sistema Único de Assistência Social e cujo
1248 posicionamento era importante conhecerem. O senhor Presidente respondeu positivamente,
1249 lembrando o tempo disponível de quinze minutos para cada candidato, não podendo colocar um
1250 maior número de questões. Ressaltou a importância desse encontro para o CNAS e para a Política
1251 Nacional de Assistência, solicitando aos Conselheiros uma participação efetiva e que todos
1252 pudessem falar com autoridade sobre a Política. O Conselheiro Pedro Ost questionou a pergunta
1253 seis, cujo significado não havia entendido e, caso permanecesse, deveria ser complementada com
1254 outra: “Qual a posição de vocês, presidenciais, sobre o orçamento que hoje nós temos de apenas
1255 dois bilhões e trezentos e setenta e três mil e quarenta e cinco de investimento direto e de 37 bilhões
1256 de transferência de renda?”. Esclareceu sua complementação, considerando que o governo investia
1257 tão pouco em um Fundo direto e qual seria a intenção dessa pergunta, colocando a péssima situação
1258 vivida pela Sociedade Civil. A Conselheira Simone concordou com a rediscussão da pergunta,
1259 discorrendo sobre o valor apresentado que era do orçamento direto do Fundo Nacional, sem o
1260 chamado financiamento indireto, reafirmando a importância de se gastar com transferência de renda
1261 e também com a oferta de serviços, tema sobre os quais era importante que os candidatos se
1262 posicionassem, assim como sobre outros assuntos. Concordou com a Conselheira Marisa sobre a
1263 importância de gestão compartilhada do Governo Federal com estados e municípios, sendo
1264 necessário que os candidatos se posicionassem sobre a pactuação existente, negociação e apoio
1265 técnico e financeiro aos municípios, assim como manter o recurso do incentivo à gestão
1266 descentralizada ao IGD. A Conselheira Simone observou que o Conselho Nacional tinha que
1267 reafirmar as conquistas alcançadas e também solicitar o posicionamento com relação a algumas
1268 questões polêmicas, principalmente sobre o controle social e a construção que vinham fazendo da
1269 vinculação das entidades do campo socioassistencial ao SUAS. A Conselheira Gisele colocou que o
1270 tema sobre a vinculação de recursos para a Assistência Social vinha sendo discutido fazia bastante
1271 tempo, encontrando que essa pergunta já estaria colocada. Com relação ao indicado pelo
1272 Conselheiro Pedro Ost, lembrou de alguns debates que haviam feito em Conferências Nacionais
1273 anteriores, onde a fala era “*vamos garantir tantos por cento para além do BPC*”, com essa questão
1274 tendo que ser destacada, mas tomando-se cuidado para não deixar de lado os benefícios da Proteção
1275 Social. O Conselheiro Renato de Paula ponderou que todas as colocações feitas eram bastante
1276 pertinentes com relação às questões, mas solicitando maior atenção ao se confeccionar os relatos,
1277 deixando algumas questões de fora. Esclareceu ter sido solicitado à Secretaria-Executiva que se
1278 fizesse um apanhado das perguntas feitas aos candidatos na eleição passada, debate que já era
1279 tradição no CNAS. Observou que algumas das questões colocadas nesse Pleno haviam ficado de
1280 fora, devendo ser pensar um outro processo metodológico para realizar as perguntas, discutindo-se
1281 na Plenária quais seriam os eixos principais para se elaborar os questionamentos. Propôs a eleição
1282 de quatro ou cinco temas, cada um correspondendo a uma pergunta com relação a um assunto
1283 específico para que todos ficassem contemplados. O Conselheiro Clodoaldo relatou uma
1284 experiência com debates com vários partidos políticos sobre a luta da pessoa com deficiência, tendo
1285 acontecido um ato simbólico, que também poderia ser feito nessa oportunidade. Esclareceu que
1286 haviam estabelecido bandeiras de luta e aqueles candidatos assinavam um termo de compromisso
1287 registrado em cartório, resultando em maior compromisso e citando as questões de interesse do
1288 CNAS. A Conselheira Maria Auxiliadora referiu-se ao colocado pelo Conselheiro Renato de Paula,
1289 sobre as diferentes Comissões que poderiam se reunir e criar perguntas, que seriam colocadas em

1290 Plenária para discussão. A Conselheira Leila Pizzato endossou a proposta do Conselheiro Renato de
1291 Paula, elegendo-se os eixos prioritários de temas a ser discutido imediatamente, ponderando que
1292 não havia tempo hábil para se fazer esse processo na próxima reunião, conforme a proposta da
1293 Conselheira Maria Auxiliadora. O senhor Presidente indagou ao Conselheiro Clodoaldo se seria
1294 uma carta compromisso, com proposta para esse Conselho ou cada um traria a sua, que esclareceu
1295 que seria definido pelo CNAS com os pontos fundamentais, almejados pelos militantes na área da
1296 Assistência Social, considerados como bandeiras e com o compromisso desses candidatos com as
1297 mesmas. O senhor Presidente observou que estava pensando como se encaminharia, encontrando
1298 bastante interessante a proposta do Vice-Presidente, com sua construção a partir de eixos. Com
1299 relação à carta, não sabia que haveria tempo hábil para fazer um texto, submetendo à Plenária se
1300 acatariam a proposta do Conselheiro Renato de Paula, de elencar seis eixos para poder reconstruir
1301 as perguntas. A Conselheira Simone discorrendo sobre as questões já colocadas, não via
1302 discordância, apenas a adequação de algumas perguntas, colocando-se à disposição e observando
1303 também, a falta de tempo para redigir essa carta compromisso. A Conselheira Gisele sugeriu que
1304 fosse feito um texto introdutório com algumas questões importantes que o CNAS tivesse a
1305 competência de tratar e para as ações que se esperava ter o apoio de quem estivesse à frente do
1306 governo. O senhor Presidente concordou com essa colocação, com o grupo sendo composto pelos
1307 Conselheiros Renato de Paula, Simone, Marisa, Clodoaldo, Pedro Ost e Ana. A seguir, passou para
1308 o item três, com o Conselheiro Renato de Paula esclarecendo tratar-se de uma demanda para a
1309 Presidência Ampliada vinda de diversas Comissões, com relação ao monitoramento das
1310 deliberações da VII Conferência. Informou que havia sido sugerido o envio de um grupo que fizesse
1311 o acompanhamento e monitoramento do que já havia sido realizado e do que faltava por concretizar.
1312 Relatou que a novidade nesse sentido da proposta era que se começaria a pensar a VIII Conferência,
1313 incorporando-se algo novo ao seu processo: Pensar a estruturação das Conferências de modo em
1314 que ao seu final já se tivesse a metodologia de acompanhamento das suas próprias deliberações.
1315 Discorreu sobre o trabalho desse grupo de acompanhamento e que subsidiaria a futura Comissão
1316 Organizadora da VIII Conferência no sentido de já incluir no seu desenho a proposta de
1317 monitoramento e acompanhamento das deliberações que surgiriam na Conferência posterior. A
1318 Conselheira Rita de Cássia indagou se isso não seria competência da Comissão de Política, ao que o
1319 Conselheiro Renato de Paula esclareceu tratar-se de pauta dessa Comissão. Que havia deliberações
1320 da Conferência que extrapolavam a Comissão de Política, mas que teria a função de organizar esse
1321 processo. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu que essa proposta havia surgido nesse sentido,
1322 mas não sabendo se na pauta dos membros da Comissão de Política constaria outro
1323 encaminhamento. O Conselheiro Frederico esclareceu ter sido colocada essa questão como missão
1324 na Comissão, mas tendo sido dito que seria uma pauta mais da Presidência Ampliada para que
1325 começasse a fazer o processo de monitoramento e essa interlocução com as outras Comissões. O
1326 Conselheiro Wagner concordou com essa colocação e, caso fosse necessário, se faria reunião
1327 conjunta das Comissões para essa discussão. Como sugestão, sugeriu o encaminhamento das
1328 deliberações da VII Conferência para cada Coordenador de Comissão para que o trabalho de cada
1329 uma fosse discutido em conjunto. A Conselheira Gisele manifestou sua concordância, podendo ser
1330 um trabalho integrado da Comissão de Política e da Presidência Ampliada, demandando-se às
1331 outras Comissões, com cada trabalho específico sendo encaminhado à Plenária, à Comissão de
1332 Políticas e Presidência Ampliada. A Conselheira Rita de Cássia justificou o entendimento da
1333 competência da Comissão de Política, com cada uma sugerindo como faria o acompanhamento das
1334 deliberações, implicando em um trabalho conjunto com a Presidência Ampliada. Destacou que se
1335 fragilizava a concepção de Política quando se criava um grupo para monitorar o que era a grande
1336 Política, com a Comissão ficando com a de encaminhamento e de execução e não com a questão de
1337 acompanhar a formulação, lembrando que o papel dessa Comissão era subsidiar o Conselho, que
1338 acompanhava a Política. O Conselheiro Renato de Paula, como encaminhamento, colocou que
1339 estava sendo proposto que a Comissão de Política, como era de sua competência, pautasse o assunto

1340 e propusesse a metodologia de acompanhamento, que deveria envolver outras Comissões quando
1341 necessário. O senhor Presidente ponderou que o grande tesouro do controle social era as
1342 deliberações de Conferência e que cada vez mais precisavam ser aperfeiçoadas. Que o CNAS podia
1343 se orgulhar de ter um sistema de sistematização de Conferências que era referência, discorrendo
1344 sobre seu procedimento. Ressalvou que se enviassem à Comissão de Política aumentariam seu
1345 volume de trabalho, tendo sido colocado na última reunião, no seu último relato, a necessidade da
1346 conversar com outros Conselhos, pautando a intersectorialidade da Política da Assistência, de estar à
1347 frente de um desafio enorme que eram os encontros dos trabalhadores. O senhor Presidente
1348 ressaltou que defendia a proposta de um grupo específico para tratar das deliberações da
1349 Conferência, pensando-se em uma metodologia. Colocou para a Plenária as duas propostas: que se
1350 remetesse à Comissão de Política para conduzir esse debate; e, sua proposta de um grupo específico
1351 para tratar do assunto. O Conselheiro Clodoaldo observou ter um corpo operacional no CNAS,
1352 apesar de ter sido esvaziado, mas que poderia ser reativado e que faria o levantamento não só dessa
1353 Conferência, mas de todas as demais, indagando se o que havia sido colocado havia sido
1354 contemplado ou não. Encontrava não ser papel da Comissão fazer um trabalho que era do
1355 operacional do próprio Conselho com a Secretaria-Executiva, o que facilitaria esse procedimento,
1356 estando a par dos resultados das ações. O Conselheiro José Crus concordou com as falas dos
1357 Conselheiros Rita de Cássia, Simone, Wagner e Clodoaldo, que a Comissão de Política tinha uma
1358 função precípua de pautar, discutir o que havia sido deliberado e que estava no Plano Decenal,
1359 sendo essa sua função. Ressaltou que a Comissão já vinha pautando e realizando ações
1360 intersectoriais, não havendo necessidade de criar um grupo, com a Secretaria-Executiva podendo
1361 subsidiar esse trabalho. O Conselheiro Renato de Paula observou que o encaminhamento havia sido
1362 sobre as deliberações da VII e não de todas as Conferências, entendendo não ser um trabalho
1363 operacional dos servidores desse Conselho. Que talvez fosse interessante se fazer outro
1364 encaminhamento, resgatando as deliberações desde a primeira Conferência, para o que teria que se
1365 contratar uma consultoria. A Conselheira Maria Aparecida pensava na mesma linha do Conselheiro
1366 Renato de Paula, pois para se pensar a VIII Conferência, era necessário ter claro todas as demais
1367 Conferências, com uma avaliação sobre suas deliberações e resultados. Encontrava que essa
1368 avaliação mesmo que tivesse que ser feita coletivamente, teria que ser um olhar político, devendo
1369 ser elaborada pelos membros do Conselho. Concordava com o senhor Presidente em instituir uma
1370 Comissão, podendo se pensar em dois representantes de cada segmento ou das Comissões, tendo
1371 um período determinado para se levantar todos os encaminhamentos e deliberações das
1372 Conferências. Posteriormente se faria uma avaliação coletiva sobre o que se havia alcançado,
1373 acertado ou não, com a avaliação do CNAS sendo política e não técnica, sendo necessário começar
1374 a agir, tendo um grande trabalho pela frente, para se pensar em uma Conferência que atendesse a
1375 esses anseios e aos desafios colocados para todos. O Conselheiro Clodoaldo destacou que havia que
1376 ter muito bem definido qual o papel de cada Comissão, quais eram as prioridades desse Conselho,
1377 para não se ficar criando grupos desnecessariamente. A Conselheira Rita de Cássia indagou se era
1378 viável para o trabalho do Conselho a cada demanda criar um Grupo de Trabalho, indagando qual
1379 era a concepção de Política, quando se criava um grupo para acompanhar as deliberações da
1380 Conferência e não se colocava como uma competência da Comissão de Política, discorrendo sobre
1381 suas funções. O senhor Presidente, após todas as colocações, refletiu que a maioria do Pleno
1382 defendia que esse monitoramento fosse acompanhado e que fosse proposta uma metodologia a
1383 partir da Comissão de Política, fechando o item com essa proposição. Citou o Item quatro:
1384 **Recomposição da Comissão de Ética.** Esclareceu que essa Comissão, regimentalmente, deveria se
1385 reunir duas vezes ao ano, com seus membros não tendo sido indicados pela nova gestão, propondo
1386 sua escolha nesse momento, com a Sociedade Civil e o Governo fazendo suas indicações. Com
1387 relação ao item cinco, sobre os convites, indicou a Oficina de Acompanhamento da Proteção Social
1388 Básica, com a Presidência Ampliada designando o nome do senhor Presidente, não havendo
1389 nenhuma ressalva. Respeito a essa atividade e ao item 5.2, **Encontro Nacional de Monitoramento**

1390 **do SUAS**, o Conselheiro Carlos Rogério informou ter recebido um e-mail do senhor Presidente
1391 sobre o assunto, e respondido tempestivamente, manifestando seu interesse sobre esse tema no dia
1392 23, não tendo sido contemplado. O senhor Presidente esclareceu a urgência da situação, com o
1393 MDS cedendo as quatro vagas para a Sociedade Civil, tendo sido feito o indicativo com base nessa
1394 situação. A Conselheira Simone destacou, se o Conselho não se importasse, que não haveria
1395 problema de o Conselheiro Carlos Rogério participar no Seminário de Monitoramento, com a
1396 concordância do senhor Presidente. O Conselheiro José Araújo informou também ter se inscrito,
1397 havendo condicionado sua participação à disponibilidade de melhores representantes. Que não fazia
1398 nenhuma reivindicação, mas solicitava que quando houvesse tais questões fosse feito um retorno,
1399 para não se ficar aguardando e poder assumir outros compromissos. O senhor Presidente explicou
1400 não ter recebido essa comunicação, com o assunto tendo sido tratado no âmbito do e-groups da
1401 Sociedade Civil, registrando que jamais teria condição de visualizar em alguém condição melhor do
1402 que em outro membro. Encontrava excelente a possibilidade que a Conselheira Simone estava
1403 abrindo de se ter outras participações, submetendo ao Conselho o interesse do Conselheiro Carlos
1404 Rogério e do Conselheiro José Araújo em participar. O Conselheiro Clodoaldo manifestou-se
1405 contemplado com essa fala, encaminhando, também, o nome do Conselheiro José Araújo. Com
1406 relação ao item 5.3, o Conselheiro Wagner indagou se o senhor Presidente estaria presente no
1407 evento da Regional, que submeteu ao Conselho o nome do Conselheiro Renato Saidel para
1408 participar em sua representação. A Conselheira Fátima observou que teria que ser a participação do
1409 senhor Presidente, com a concordância do Conselheiro Wagner, que também estaria presente nesse
1410 evento. No item 5.4, a Conselheira Rita de Cássia destacou a importância da participação nesse
1411 Seminário, informando que no dia anterior haviam tirado um importante encaminhamento em
1412 relação ao Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Idosa. O senhor Presidente indicou, como
1413 representantes do Conselho a Conselheira Simone, o Conselheiro José Araújo e a Conselheira Maria
1414 Auxiliadora. Prosseguindo, destacou os seguintes itens: 5.5: Homenagem aos relatores do ECA,
1415 enviando agradecimentos pelo convite; e, Conferência Municipal de Convivência Familiar; 5.6,
1416 Conferência Municipal; 5.7, relatou a relevância desse evento, abrindo para o Pleno a importância
1417 da participação do CNAS, por ter uma fala sobre uma temática bastante cara ao Conselho, mas com
1418 a data chocando com a do encontro dos trabalhadores. A Conselheira Simone sugeriu a Sra. Liliane
1419 Neves para representar o CNAS nesse seminário, com o senhor Presidente encontrando necessária a
1420 presença de um Conselheiro e indagando se havia alguma inscrição, mas permanecendo a
1421 participação da Sra. Liliane. A Conselheira Maria Auxiliadora indagou sobre o item 5.5, se haveria
1422 a participação de algum membro, com o senhor Presidente esclarecendo que seria enviado um
1423 ofício de agradecimento. No Item 6.2, o CONANDA pedia um espaço para falar no CNAS, com o
1424 Conselho solicitando que fosse encaminhada a Política e fazendo um indicativo para que fosse
1425 apresentado na Plenária do mês de outubro; item 6.1: resposta do Ministério das Comunicações
1426 referente ao recurso de áudio descrição, articulação da Organização Nacional de Cegos do Brasil na
1427 Conferência. Que tendo em vista o posicionamento contrário do Ministério, a Organização Nacional
1428 de Cegos do Brasil faria nos próximos dias uma denúncia ao Comitê Internacional de
1429 Monitoramento da Convenção Internacional da ONU, denunciando o Brasil por não cumprir uma
1430 demanda básica de acessibilidade, já atendida em todo mundo. O Conselheiro José Araújo observou
1431 ser uma demanda para a Comissão de Política por ser da VII Conferência, devendo se fazer um
1432 encaminhamento, considerando a não aceitação dessa situação. O senhor Presidente sugeriu enviar à
1433 Comissão de Política para acompanhar essa denúncia ao Comitê de Monitoramento. O Conselheiro
1434 Clodoaldo reforçou a fala do Conselheiro José Araújo, com o CNAS tendo assinado um Termo de
1435 Acessibilidade com o CONADE, lhe competindo fazer pressão sobre a questão. O senhor
1436 Presidente citou o Item 6.3: Comunicação do Fórum a ser divulgado nessa Plenária sobre o encontro
1437 que seria realizado no dia 17/09, com a presença dos Conselheiros. No Item 6.4, o Conselheiro José
1438 Crus indagou se essa seria uma prática do CNAS, tendo em vista a eleição em todos os Conselhos
1439 Estaduais, com a presença do Presidente, Vice e Coordenadores das quatro Comissões. Que se essa

1440 prática fosse instituída, seria para todos os Conselhos, sugerindo o envio de um ofício
1441 parabenizando pela nova diretoria e pela nova composição do Conselho, convidando, também, para
1442 participar na oficina do TCU no dia 14. O senhor Presidente esclareceu tratar-se de uma demanda
1443 pelo processo eleitoral, que não havia sido muito tranquilo, com a ocorrência de uma denúncia.
1444 Esclareceu que no caso de denúncias remetidas pelos Conselhos Municipais, o CNAS as
1445 encaminhava aos Conselhos Estaduais, com a Presidência Ampliada entendendo que em sendo uma
1446 denúncia de um Conselho Estadual o Conselho Nacional deveria estar presente, verificando e
1447 acompanhando o fato. O Conselheiro José Crus sugeriu que o Conselho deliberasse para que o
1448 Coordenador da Comissão de Conselhos estivesse presente e acompanhasse o ocorrido, dando um
1449 retorno ao Pleno. A Conselheira Simone observou que por tratar-se de uma denúncia talvez se
1450 tivesse que conhecer os procedimentos a serem tomados, tendo-se mais informações antes dessa
1451 visita. Concordava que a Comissão de Conselhos teria que acompanhar as denúncias de Conselhos,
1452 visto ser uma de suas competências. A Conselheira Gisele observou que havia que perguntar ao
1453 Ministério Público do Estado sobre a situação ocorrida no Conselho Estadual, por ter a prerrogativa
1454 de acompanhamento dessas questões. Que independente de quem fosse designado e remetido à
1455 Comissão de Conselhos, também sugeriria que houvesse um suporte para o Conselheiro que
1456 representasse a Coordenação de Conselhos, tendo que haver uma conjunção dos esforços do
1457 Conselheiro com a Coordenação para acompanhamento dessas situações, com cuja fala o
1458 Conselheiro Clodoaldo manifestou-se contemplado. O Conselheiro Frederico concordou com
1459 alguns encaminhamentos, mas observando que o Ministério Público poderia ser parceiro nesse
1460 processo de acompanhamento, mas com a ativa participação do CNAS. O Conselheiro José Araújo
1461 observou que não tinham nenhum documento em mãos, entendendo ser uma visita de cortesia, mas
1462 ressaltando que as principais figuras do Conselho não deveriam participar de uma situação crítica
1463 como essa, solicitando maiores informações a respeito desse processo para poder ter um
1464 pronunciamento correspondente. O senhor Presidente informou ter recebido dois e-mail sobre o
1465 assunto, tendo respondido ao Conselho Estadual que tratariam disso no CNAS pela Comissão de
1466 Acompanhamento de Conselhos. Informou que não haviam conseguido dar conta da demanda
1467 encaminhada, voltando para a Presidência Ampliada a qual, considerando ser importante, pautou o
1468 assunto nessa reunião. O Conselheiro José Crus informou não ter sido pauta da reunião de
1469 Conselhos, ao que o senhor Presidente explicou que o pedido do Presidente não havia sido acatado,
1470 tendo que se verificar o porquê, tendo voltado para a Presidência Ampliada, onde havia sido
1471 debatida a importância da participação do Conselho Nacional *in loco*. O Conselheiro Wagner
1472 indicou existir a Resolução nº 11, de 11 de março de 2010, que estabelecia os procedimentos
1473 aplicáveis às denúncias recebidas no CNAS, sendo importante ser analisada, com o Conselheiro
1474 José Geraldo manifestando-se contemplado. O senhor Presidente observou que essa denúncia tinha
1475 um caráter bastante político, não sendo a primeira nem a última vez que o Conselho seria
1476 demandado, com os Conselheiros podendo, individualmente, ter acesso aos e-mail. Ponderou que
1477 quando o CNAS era demandado por um Conselho Municipal respeitando a ordem federativa,
1478 demandava ao Conselho Estadual que se posicionasse e, quando um Conselho Estadual demandava
1479 ao Conselho Nacional o mesmo precisava se posicionar. Manifestou seu espanto por não ter sido
1480 pautado na Comissão de Acompanhamento de Conselhos, tendo sido esse o pedido feito. Ponderou
1481 ter recebido em julho, comprometendo-se a se posicionar em agosto e ter um indicativo da
1482 Presidência Ampliada, submetendo à Plenária se acatavam esse indicativo ou se havia outro a ser
1483 feito. A Conselheira Leila informou outro indicativo, de que antes que se fosse nessa Comissão, os
1484 fatos fossem apurados mais efetivamente. Encontrava serem dois encaminhamentos, um da
1485 Presidência Ampliada e outro proposto pelos Conselheiros José Crus, Simone e outros. A
1486 Conselheira Simone ponderou que deveria ficar claro tratar-se de uma denúncia que não estava
1487 registrada e que todos os procedimentos haviam sido tomados, mas que, diante dos fatos, o senhor
1488 Presidente, o Vice-Presidente ou dois membros da Presidência Ampliada deveriam participar. Após
1489 mais algumas colocações, o senhor Presidente informou que as denúncias eram afetas ao controle

1490 social, solicitando que fosse encaminhada para o Conselheiro José Crus e que o assunto já havia
1491 sido encaminhado à Comissão de Conselhos. O Conselheiro Wagner referiu-se ao encaminhamento
1492 que havia feito no dia anterior sobre a consulta pública da NOB/SUAS e da urgência de sua
1493 discussão pelo Conselho, solicitando prorrogação do prazo para consulta pública e aguardando a
1494 posição do CNAS. A Conselheira Marisa colocou a preocupação do CONGEMAS em viabilizar a
1495 possibilidade na CIT que havia pactuado essa questão. Sugeriu que o CNAS fizesse um
1496 levantamento junto aos Conselhos Estaduais, quais os Conselhos que poderiam atender o prazo até
1497 13 de maio e aqueles que não o conseguiriam. Que a Presidente do CONGEMAS havia sugerido
1498 que na próxima reunião, proporia para que se fizesse uma avaliação junto aos Estaduais e demais
1499 segmentos para ver a possibilidade de uma proposta de se encaminhar a alteração desse prazo.
1500 Aproveitando a oportunidade, haviam falado com relação ao PL SUAS, colocando a data sugerida
1501 do dia 19, com o CONGEMAS estando à disposição para que a Comissão fosse ao Congresso
1502 Nacional, reafirmando essa articulação para o dia 19. O Conselheiro Pedro Ost, reforçando a
1503 preocupação do Conselheiro Wagner, encontrava exíguo o prazo de 13 de setembro, conforme
1504 proposto pela CIT, ressaltando a necessidade de discutir o assunto. Informou que na reunião da
1505 Sociedade Civil, no dia anterior, havia sido colocada outra proposta, sendo importante que fosse
1506 apresentada. O Conselheiro Wagner discorreu sobre as cidades com um número pequeno de
1507 habitantes e de difícil acesso e que ficariam de fora. Que para enfrentar essa dificuldade e levar o
1508 SUAS a pelo menos 5 mil municípios, havia que encaminhar, se a Plenária compreendesse, junto à
1509 Presidência Ampliada, a prorrogação desse debate de âmbito nacional na consulta pública em pelo
1510 menos 60 dias. A Conselheira Maria Aparecida, além dessas dificuldades informou o complicado
1511 acesso ao link para a consulta pública, o que dificultava a participação dos municípios, colocando
1512 algumas sugestões a respeito, com um link de fácil acesso com orientações de como participar e
1513 encaminhar suas sugestões. Considerando a dificuldade de acesso de todos os membros dos
1514 Conselhos, era fundamental importância para que o controle social pudesse contribuir, com o prazo
1515 sendo estendido até o dia 13 de outubro. A Conselheira Rita de Cássia indagou se o prazo não
1516 estaria relacionado a um Acórdão do TCU, que havia recomendado a aprovação até dezembro desse
1517 ano. A Conselheira Simone esclareceu a determinação do Conselho, com o compromisso de,
1518 pactuar até dezembro de 2010, mas não significando que não se poderia falar com o TCU e
1519 recolocar a questão, e com essa recomendação sendo levada à CIT. Observou a impossibilidade de
1520 marcar 60 dias a partir de 13 de setembro, solicitando ao Conselho Nacional um pouco de
1521 flexibilidade, mas sendo necessário determinar qual seria a proposta definitiva. O Conselheiro
1522 Renato de Paula, Presidente em exercício, ponderou sobre o prazo determinado, com o calendário
1523 apresentado sendo para os gestores poderem pactuar e cumprir os seus prazos e que, além do
1524 Acórdão do TCU havia a preocupação de não perder a discussão na possível troca de gestões. Após
1525 mais colocações pelos Conselheiros, o senhor Presidente indicou o encaminhamento: levar à CIT, o
1526 pedido de prorrogação até dia 11 de outubro. Fechando o relato da Presidência Ampliada, informou
1527 que o Estado do Rio Grande do Sul havia declinado a possibilidade de receber a Descentralizada
1528 nesse ano, colocando à disposição para o próximo. Resgatando o que já havia sido colocando na
1529 outra reunião, o Conselheiro Frederico lembrou a indicação de um estado do Norte, com o senhor
1530 Presidente elencando o Estado do Ceará e depois o Norte do Brasil, o que se encontrava registrado
1531 em ata. **ENCERRAMENTO.** Encerrando a reunião para o almoço, o senhor Presidente solicitou o
1532 retorno dos Conselheiros às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o senhor Presidente
1533 solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade:
1534 Conselheiro Renato de Paula; Conselheira Simone Albuquerque; Conselheira Ana Cláudia Pontes;
1535 Conselheiro José Geraldo; Conselheira Fátima Rampin; Conselheiro Sérgio Wanderly; Conselheiro
1536 Pedro Ost; Conselheiro Clodoaldo Leite; Conselheira Maria do Carmo Ribeiro; Conselheiro Carlos
1537 Eduardo Ferrari; Conselheiro Samuel Rodrigues; Conselheiro Carlos Rogério; Conselheira Gisele
1538 de Cássia Tavares; e, Conselheira Rita de Cássia. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Caio
1539 Nakashima; Conselheiro Wagner Santana; Conselheira Leila Pizzato; Conselheira Maria

1540 Auxiliadora de Araújo; Conselheiro José Araújo da Silva; e, Conselheiro Antônio Pereira Kbça
1541 Filho. O senhor Presidente passou para o item **Relato da Comissão de Financiamento**, com leitura
1542 pelo Conselheiro José Geraldo: “*MEMÓRIA DE REUNIÃO - NOME: Reunião da Comissão de*
1543 *Financiamento da Assistência Social. LOCAL: Sala 111 do CNAS. Data: 10/08/2010. Conselheiros*
1544 **Presentes:** *Carlos Eduardo Ferrari; José Geraldo França Diniz; Sérgio Wanderly; Irmão Pedro*
1545 *Ost; Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Antônio Pereira Kbça da Silva Filho; Gisele de*
1546 *Cássia Tavares; Brenda Ferreira Silva. Ausência justificada: Eutália Barbosa Rodrigues.*
1547 *Convidados: Valéria Maria de Massarani Gonelli - Secretária Nacional de Assistência Social*
1548 *Adjunta do MDS; Laurimara de Almeida Campos — DEFNAS/SNAS. Apoio: Jamile Calado; Ana*
1549 *Julia Siqueira. 1) Reunião conjunta com a Comissão de Política. Das 14 às 17hrs foi realizada*
1550 *reunião conjunta da Comissão de Financiamento com a Comissão de Política para tratar sobre o*
1551 *Fundo Nacional do Idoso. O relato dessa reunião será apresentado na Memória da Comissão de*
1552 *Política. 2) Alterações na PLOA 2011. A Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta,*
1553 *Valéria Gonelli, apresentou as seguintes alterações e justificativas à proposta orçamentária da*
1554 *Assistência Social de 2011, já aprovada aqui neste Pleno através da Resolução nº 23, de 21 de*
1555 *julho de 2010. 2.1) Ação 2060 - Ações Socioeducativas para crianças em situação de trabalho.*
1556 *Inicialmente esta ação não apareceu na Resolução, mas ela constava com o limite inicial de 276*
1557 *milhões, tendo como base orçamentária este limite de 276 milhões e uma solicitação de extrabase*
1558 *de 230 milhões, perfazendo um total de 506 milhões e uma meta de 920 mil crianças e*
1559 *adolescentes. A nova proposta, os 230 mil saem de extrabase, porque não é de manutenção, é para*
1560 *expansão e, vai para a expansão, com o valor um pouco maior, vai para 274 milhões, totalizando*
1561 *550 milhões e um público de 1 milhão de crianças e adolescentes. Justificativa da alteração da*
1562 **Expansão:** *A base de cálculo refere-se a uma margem para ampliação da cobertura para 1 milhão*
1563 *de crianças e adolescentes em 2011, considerando os compromissos do governo brasileiro com a*
1564 *erradicação do trabalho infantil, bem como a recomposição do valor de referência transferido*
1565 *mensalmente aos municípios para a oferta do serviço (de R\$ 500,00 para R\$ 1000,00 por grupo de*
1566 *20 crianças e adolescentes), tendo em vista que o valor atual está fixado em um patamar muito*
1567 *inferior ao dos demais serviços, constituindo-se em um entrave adicional à sua qualificação, o que*
1568 *tem sido verificado junto aos diversos setores diretamente envolvidos no enfrentamento do trabalho*
1569 *infantil no país. Aí ela apresenta uma memória de calculo, que é o número de núcleos, versus valor*
1570 *mensal, versus número de meses para chegar aos 274 milhões. 2.2) Ação 2B30 - Estruturação da*
1571 *Rede de Serviços de Proteção Social Básica. Tinha um limite de três milhões na proposta aprovada*
1572 *por este Pleno, uma base orçamentária de três milhões e uma solicitação de expansão de treze*
1573 *milhões, totalizando 16 milhões e, atendendo 73 unidades, estruturando 73 unidades. A nova*
1574 *proposta altera a expansão para 30 milhões, perfazendo-se um total de 33 milhões e com uma meta*
1575 *de estruturação de 200 unidades. Justificativa para alteração da Expansão: A ampliação de*
1576 *recursos para a estruturação da rede de serviços de proteção social básica torna-se necessária*
1577 *devido ao cenário atual de estrutura física dos CRAS. Segundo o Censo CRAS 2009, realizado pelo*
1578 *MDS/SNAS, apenas 44% das 4.300 unidades então existentes funcionavam em imóveis próprios das*
1579 *prefeituras. Além disso, 35% dos CRAS apresentam estrutura física insuficiente/inadequada para o*
1580 *desenvolvimento de suas atividades. Desta forma, a ampliação do aporte de recursos nesta ação é*
1581 *imprescindível para o início do processo de cofinanciamento para estruturação dessa rede, visando*
1582 *a melhoria da qualidade dos serviços ofertados nos CRAS. 2.3) Ação 2B31 - Estruturação da Rede*
1583 *de Serviços de Proteção Social Especial. O limite inicial é de cinco milhões seiscentos e sessenta e*
1584 *cinco, com base orçamentária de 5.675 milhões. Uma expansão de 8 milhões, perfazendo o total de*
1585 *13 milhões seiscentos e setenta e cinco mil, e uma meta de 80 unidades estruturadas. Nova posição:*
1586 *a expansão sai de oito milhões e vai para 27.350 milhões, perfazendo-se um total para esta ação de*
1587 *33 milhões e vinte e cinco mil reais, e com uma meta de estruturação de unidade de 200 unidades.*
1588 *Justificativa para expansão: Tem por finalidade promover a estruturação da rede dos serviços de*
1589 *média e alta complexidade, por meio de construção, ampliação e aquisição de equipamentos, de*

1590 modo a assegurar que as unidades públicas estatais garantam acessibilidade e ofertem serviços de
1591 qualidade a seus usuários. O censo CREAS-2009, realizado pelo MDS/SNAS, revela que grande
1592 parte dos CREAS funciona em imóveis alugados e não oferece acessibilidade, o mesmo ocorrendo
1593 nas unidades públicas que prestam serviços de acolhimento. Nesse sentido, projeta-se para 2011 a
1594 construção, ampliação e aquisição de equipamentos para cerca de 150 unidades nos diversos
1595 municípios. **Encaminhamento:** A Comissão de Financiamento sugere: - Aprovar as alterações
1596 apresentadas pela SNAS/MDS para a proposta orçamentária da assistência social de 2011,
1597 resolução anexa. 3) Construção da agenda de assuntos a serem discutidos na Comissão de
1598 Financiamento.” O Conselheiro José Geraldo indagou se faria a leitura da Resolução, porque o item
1599 três era outro assunto. Informou que durante a reunião da Comissão de Financiamento havia duas
1600 alternativas para atender à proposta de alteração e que não constava do relatório: editar outra
1601 Resolução alterando a Resolução 23, ou a sua revogação, com uma nova Resolução aprovando essa
1602 nova proposta orçamentária. Que os Conselheiros entendiam que a melhor alternativa seria a
1603 alteração da Resolução nº 23, mas após a reunião foram esclarecidos pela Secretária-Executiva de
1604 que o melhor instrumento seria a revogação da atual e a edição de uma nova norma, o que havia
1605 sido acatado. A seguir, passou à leitura da “**RESOLUÇÃO N° , DE 10 DE AGOSTO DE 2010. A**
1606 **Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em reunião ordinária realizada nos**
1607 **dias 10, 11 e 12 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV**
1608 **do artigo 18 da Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social**
1609 **(LOAS). Considerando o disposto na Resolução CNAS nº 59, de 17 de junho de 2009;**
1610 **Considerando a Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício de 2011, apresentada pela**
1611 **Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do Desenvolvimento Social e**
1612 **Combate à Fome (MDS); Considerando a rede instalada em 2010 que exige aporte maior de**
1613 **recursos em 2011 para manutenção e qualificação dos serviços ofertados. Além disso, para**
1614 **efetivamente, se projetar a universalização da cobertura dessa política pública, para que alcance,**
1615 **de fato, a quem dela necessitar, cumprindo o disposto no art. 203 da Constituição Federal de 1988,**
1616 **há a necessidade da garantia da destinação de maior volume de recursos na Assistência Social**
1617 **para viabilizar a ampliação do cofinanciamento Federal dos programas, projetos e serviços do**
1618 **SUAS. Considerando ser necessário, para a execução, no exercício de 2011, dos serviços,**
1619 **programas, projetos e benefícios operados em 2010, além da manutenção dos recursos do PLOA**
1620 **2010, a ampliação de recursos para as despesas “extra base” (manutenção da rede instalada em**
1621 **2010) e para a expansão. Considerando a ampliação da cobertura para 1 milhão de crianças e**
1622 **adolescentes em 2011, os compromissos do governo brasileiro com a erradicação do trabalho**
1623 **infantil, bem como a recomposição do valor de referência transferido mensalmente aos municípios.**
1624 **Considerando a ampliação de recursos para a estruturação da rede de serviços de proteção social**
1625 **básica. Considerando promover a estruturação da rede dos serviços de média e alta complexidade,**
1626 **por meio de construção, ampliação e aquisição de equipamentos, de modo a assegurar que as**
1627 **unidades públicas estatais garantam acessibilidade e ofertem serviços de qualidade a seus**
1628 **usuários. Resolve: Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício de**
1629 **2011, anexa, no valor total de R\$ 27.381.519.830 (vinte e sete bilhões, trezentos e oitenta e um**
1630 **milhões, quinhentos e dezenove mil, oitocentos e trinta reais), contemplando o Fundo Nacional de**
1631 **Assistência Social e a Administração Direta sob gestão da Secretaria Nacional de Assistência**
1632 **Social, assegurando recursos necessários a manutenção da rede instalada em 2010 (base e**
1633 **extrabase), bem como a expansão nas ações indicadas: • BPC Pessoa Idosa. • BPC Pessoa com**
1634 **Deficiência • RMV por invalidez • Serviço de Processamento de Dados do BPC e RMV • Avaliação**
1635 **e Operacionalização do BPC (revisão do BPC) e manutenção da RMV • Serviço de Proteção Social**
1636 **Básica às Famílias. • Serviço Específicos da Proteção Social Básica. • Estruturação da Rede de**
1637 **Serv. Prot. Soc. Básica. • Serviços Específicos de Proteção Social Especial. • Estruturação da Rede**
1638 **de Serviços da Proteção Social Especial. • Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. •**
1639 **Apoio à Organização e Gestão do SUAS. • Serviço de Vigilância Social no Território. • Gestão e**

1640 *Administração do Programa 8034 (Programa Nacional de Inclusão de Jovens — PROJovem). •*
1641 *Ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho Art. 2º Revogar a Resolução CNAS*
1642 *nº 23, de 21 de julho de 2010, publicada no DOU de 28 de julho de 2010, que trata sobre a*
1643 *proposta do orçamento da assistência social de 2011. Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na*
1644 *data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari. Presidente do CNAS”. Complementando, a*
1645 *minuta de Resolução ora proposta é, em termos de valor, aproximadamente, difere da anterior com*
1646 *o acréscimo de aproximadamente 80 milhões de reais. 3) Construção da agenda de assuntos a*
1647 *serem discutidos na Comissão de Financiamento: Foram definidas as seguintes pautas para os*
1648 *meses de setembro e outubro: **Justificativa da alteração da Expansão:** 3.1) Mês de setembro: -*
1649 *Apresentação a ser realizada pelo Conselheiro José Geraldo sobre elaboração e acompanhamento*
1650 *orçamentário; - Relatório de gestão 2009 do CNAS; - Consolidado acerca das normativas que*
1651 *tratam do financiamento da assistência social; - Encontro com o FONSEAS sobre o repasse*
1652 *“fundo-a-fundo” e da construção junto ao COEGEMAS de uma carta de compromisso com a*
1653 *política de assistência social; 3.2) Mês de outubro: - Análise do relatório da execução*
1654 *orçamentária e financeira do FNAS - exercício 2010. - 3º trimestre (Relatório Trimestral — LOAS,*
1655 *Art.19, item VII); - Reunião conjunta com a Comissão de Conselhos sobre promoção de*
1656 *capacitação/orientação a ser realizada pelo Conselho Federal de Contabilidade para os Conselhos*
1657 *Municipais, Estaduais e CAS/DF sobre o papel do contador no desempenho de sua função face ao*
1658 *orçamento da assistência social. Diante do processo eleitoral e de não existir previsão para que a*
1659 *reforma tributária seja discutida, ainda este ano, no Congresso Nacional, e priorizando a*
1660 *otimização do tempo, o debate acerca da Reforma Tributária, que foi deliberado nesta plenária que*
1661 *seria item de pauta, fica como indicativo de assunto a ser discutido no próximo ano. José Geraldo*
1662 *França Diniz. Coordenador da Comissão de Financiamento.” Colocado em discussão, a*
1663 *Conselheira Gisele referiu-se ao ponto um, sugerindo para todas as Comissões que no calendário se*
1664 *introduzisse, em um dos meses de consulta pública da NOB, o texto da sua proposta, especialmente*
1665 *no capítulo sobre gestão financeira. Que se poderia tentar incluir como um dos debates da*
1666 *Comissão e, na Resolução, propôs alteração na terceira consideração: “Considerando que para*
1667 *efetivamente se considerar a universalização da cobertura desta política” dando-se uma pausa e*
1668 *abrindo uma nova consideração, não mudando a idéia e facilitando o entendimento. O Conselheiro*
1669 *Clodoaldo indicando a recente aprovação da Resolução 23, indagou os motivos pelos quais essas*
1670 *informações haviam chegado apenas nessa oportunidade, pois na época da aprovação não faziam*
1671 *parte parte do orçamento proposto. Questionou se havia sido algum equívoco ou um novo estudo*
1672 *com nova proposta do Ministério. O Conselheiro José Geraldo explicou que conforme a*
1673 *representante do Ministério, uma vez apresentada a proposta orçamentária, haviam acontecido*
1674 *discussões internas, observando-se a necessidade de fazer essas alterações. A Conselheira Gisele*
1675 *concordando, falou que o debate realizado havia sido sobre a tentativa de atender algumas questões*
1676 *que estavam sendo identificadas nos instrumentos de monitoramento do SUAS, especialmente na*
1677 *questão da estruturação da rede, e sobre os resultados do Censo. Colocou, também, a tentativa de*
1678 *um aporte maior de recursos para que se pudesse pensar nos temas debatidos pelo Conselho: a*
1679 *acessibilidade e a melhoria das estruturas de atendimento e também os equipamentos necessários,*
1680 *como também a retomada da busca pelo cumprimento das metas, no caso do PETI. O Conselheiro*
1681 *José Araújo indagou se com a revogação pura e simples da Resolução não se perderia prazo, com a*
1682 *Secretária-Executiva informando que a Resolução 59 previa um prazo para o Conselho Nacional se*
1683 *pronunciar, o que havia acontecido com a Resolução 23, que estaria vigendo até sua revogação. O*
1684 *Conselheiro José Geraldo, solicitando questão de ordem, inquiriu se a aprovação seria feita com a*
1685 *proposta da Conselheira Gisele, sendo confirmada essa inclusão. A Conselheira Maria Luiza, como*
1686 *questão de ordem, informou a publicação nessa data da Portaria que a retirava como membro oficial*
1687 *do Conselho, esclarecendo o motivo de sua saída. Informou que a Conselheira Gisele assumia sua*
1688 *função como titular, e a Conselheira Socorro, o lugar da Conselheira Gisele. Considerando a*
1689 *situação, consultou à mesa com relação à exposição da Comissão que havia coordenado até o dia*

1690 anterior, indagando se faria o relato ou não. O senhor Presidente esclareceu que para fins de votação
1691 e leitura do relato, caberia à Conselheira Gisele, com a concordância do Pleno. A seguir, a
1692 Secretária-Executiva procedeu à chamada para votação: Conselheiros Titulares e na titularidade:
1693 Conselheiro Renato de Paula, “Pela aprovação”. Conselheira Simone Albuquerque: “Com o
1694 belíssimo e elegantíssimo relator”. Conselheira Gisele Tavares: “Vou começar qualificando meu
1695 voto, não sei nem se é qualificando, mas me manifestando e, realmente eu não tinha ficado sabendo
1696 ainda que a nomeação saiu e, é uma honra para mim ser titular neste Conselho. Eu voto também
1697 com o relator”. Conselheira Ana Cláudia: “Voto com o relator”. Conselheiro José Geraldo: “Pela
1698 aprovação”. Conselheira Fátima Rampin: “Pela aprovação”. Conselheira Rita de Cássia: “Pela
1699 aprovação”. Conselheiro Sérgio Wanderly: “Pela aprovação”. Conselheiro Irmão Pedro Ost: “Pelo
1700 orçamento aprovado”. Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite: “Aprovo, entendendo que nós não
1701 estaremos descumprindo prazos”. Conselheira Maria do Carmo: “Pela aprovação”. Conselheiro
1702 Carlos Ferrari: “Voto pela aprovação com muita alegria, sabendo que estamos efetivamente
1703 contribuindo para, cada vez mais avanços na Política de Assistência Social deste país”. Conselheiro
1704 Samuel Rodrigues: “Pela aprovação”. Conselheiro Carlos Rogério: “Voto com o relator”. O senhor
1705 Presidente considerou aprovado o item por unanimidade pelo Pleno. A seguir, o senhor Presidente
1706 passou para o item **Relato da Comissão de Política.** O Conselheiro Frederico observou não ter
1707 participado da votação, ao que o senhor Presidente esclareceu que ele não estava presente durante a
1708 verificação do quorum e que não poderia votar, mas poderia colocar suas impressões a respeito.
1709 Prosseguindo, o Conselheiro Frederico passou à leitura da “*MEMÓRIA DE REUNIÃO COMISSÃO*
1710 *DE POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMISSÃO DE FINANCIAMENTO. Data: 10 de*
1711 *agosto de 2010. Local: CNAS. Comissão de Política: Participantes: Ana Claudia Romano Pontes;*
1712 *Clodoaldo de Lima Leite; Frederico Jorge de Souza Leite; José Araújo da Silva; Leila Pizzato;*
1713 *Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Maria do Carmo Tourinho; Marisa Rodrigues da Silva;*
1714 *Marta de Oliveira Sales; Rita de Cássia de Freitas Coelho; José Ferreira da Cruz; Luíza*
1715 *Fernandes Machado. Convidados: Patrícia Souza de Marco — SNAS/MDS; Douglas Locateli –*
1716 *CONJURIMDS; José Luiz Teiles – CNDI; Apoio: Maria Antônia Pereira Valente; Maria*
1717 *Auxiliadora Pereira; Rosiely Alves de Brito Bomfim. 1. DISCUSSÃO CONJUNTA DA COMISSÃO*
1718 *DE POLÍTICA E DE FINANCIAMENTO: - Fundo Nacional do Idoso — Lei nº 12.213, de 20 de*
1719 *janeiro de 2010: As Comissões de Política e de Financiamento reuniram-se para discutir a Lei*
1720 *12.213/2010, que institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido*
1721 *pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e*
1722 *Nacional do Idoso; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. O FNI será gerido pelo*
1723 *Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e a lei passa vigorar em 1º de janeiro de 2011. O*
1724 *Artigo 1º dessa lei institui o FNI, que se destina a “financiar os programas e as ações relativas ao*
1725 *idoso, com vistas em assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua*
1726 *autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.” Conforme parágrafo único desse*
1727 *artigo, as receitas que constarão desse fundo são entre outras, “os recursos que, em conformidade*
1728 *com o art. 115 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, foram destinados ao Fundo Nacional de*
1729 *Assistência Social, para aplicação em programas e ações relativos ao idoso” A Lei 10.741/2003,*
1730 *que institui o Estatuto do Idoso diz que: “O orçamento da Seguridade Social destinará ao Fundo*
1731 *Nacional de Assistência Social, até que o Fundo Nacional do Idoso seja criado, os recursos*
1732 *necessários, em cada exercício financeiro, para aplicação em programas e ações relativos ao*
1733 *idoso”. Inicialmente os representantes da Secretaria Nacional de Assistência Social fizeram o*
1734 *relato das discussões internas e intersetoriais a respeito dessa Lei e apontaram as posições que*
1735 *vêm sendo debatidas pelos órgãos do Governo Federal. - A forma do dispositivo legal atual*
1736 *impacta, na leitura de alguns órgãos, no orçamento do FNAS, atingindo ações do Benefício de*
1737 *Prestação Continuada — BPC e da Renda Mensal Vitalícia — RMV para o atendimento à pessoa*
1738 *idosa. - O Benefício de Prestação Continuada concedido aos idosos e às pessoas com deficiência*
1739 *tem origem no capítulo da Assistência Social da Constituição Federal (Artigo 203) e está vinculado*

1740 à Política de Assistência Social, que tem como uma de suas diretrizes na LOAS o comando único
1741 das ações dessa política em cada esfera de governo. O fracionamento desse benefício entre o MDS
1742 e outro órgão representará, além de uma incoerência frente à natureza do benefício, o desmonte da
1743 infra-estrutura e logística de gestão desse benefício que envolve o MDS e o INSS; - O MDS
1744 reconhece a existência e a convivência de fundos setoriais e de defesa de direitos independentes,
1745 sem sobreposição de ação, mas não admite a transferência de responsabilidades da Assistência
1746 Social e reafirma o princípio de trabalho integrado entre políticas; - A Política Nacional de
1747 Assistência Social aprovada pelo CNAS em outubro de 2004 tem o seu orçamento vinculado ao
1748 Orçamento da Seguridade Social, que prevê diferentes níveis de proteções os quais incluem a
1749 população idoso na prestação dos serviços tipificados. - A regulamentação da Lei nº 12.213/2010
1750 não é considerada suficiente para solucionar o problema de definição das ações e dos recursos que
1751 cabem a cada um dos fundos; - A vinculação do Fundo Nacional do Idoso ao Conselho Nacional
1752 do Idoso distorce a natureza e a função de controle social deste, que passará a exigir do mesmo a
1753 atribuição de gestão financeira; - A regulamentação desta lei poderá representar descontinuidade
1754 e conseqüente prejuízo à população idosa. O Dr. Douglas Locatelli, da Consultoria Jurídica do
1755 MDS, indicou que a presente discussão foi tratada em diversas oportunidades no Governo e que a
1756 proposta final seria a apresentação de Medida Provisória devidamente justificada. Indicou que o
1757 Ministério do Planejamento também está trabalhando na questão. A reunião também contou com a
1758 presença do Dr. José Luiz Telles, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
1759 — CNDI, que parabenizou o CNAS pela iniciativa de pautar conjuntamente a questão. Sua opinião
1760 é de que a lei de criação do Fundo Nacional do Idoso teria como objetivo inicial a viabilização de
1761 recursos para ações de mobilização e articulação do segmento dos idosos na defesa de direitos.
1762 Enfatizou ainda que, de acordo com o Art. 40 da lei de criação do Fundo, é competência do CNDI
1763 gerir o FNI e fixar critérios para sua utilização. O CNDI já elaborou uma minuta de resolução com
1764 a fixação desses critérios e aguarda posição da Consultoria Jurídica da Secretaria Especial dos
1765 Direitos Humanos. Segundo o Dr. José Luiz Telles, há um entendimento no CNDI de que as
1766 agendas entre a política de defesa dos direitos do idoso e a política de assistência social não devem
1767 se sobrepor, não sendo da competência do CNDI executar políticas públicas, enfatizando,
1768 inclusive, que o mesmo não possui infra-estrutura para tal. **Encaminhamentos:** a) Criação de uma
1769 Comissão que irá elaborar minuta de resolução do CNAS e exposição de motivos para alteração da
1770 Lei 12.213/2010: - Gisele Tavares, José Araújo e Leila Pizzato. **Colaboradores:** Patrícia Souza De
1771 Marco e Dr. Douglas Locateli. b) Encaminhamento da Resolução ao MDS e SEDH para subsidiar
1772 encaminhamento da Medida Provisória. c) Encaminhamento da Resolução ao Ministério do
1773 Planejamento, com a solicitação de que não haja alteração na elaboração do orçamento de 2011
1774 — BPC e RMV. 2. **INFORME DO PROCESSO DE DEBATE PARA DEFINIÇÃO DOS**
1775 **TRABALHADORES DO SUAS.**”: A seguir, o Conselheiro Frederico procedeu à leitura da
1776 “RESOLUÇÃO Nº , DE 12 DE AGOSTO DE 2010. Propõe a alteração do artigo 10 da Lei no
1777 12.213/2010, que institui o Fundo Nacional do Idoso. O CONSELHO NACIONAL DE
1778 ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 10 a 12 de agosto de
1779 2010, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 18 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de
1780 1993, e, Considerando a Constituição Federal, por seus artigos: 195, parágrafo 2º, 203 e 204;
1781 Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social, por seus artigos 50, 12, inciso 1, 19, inciso III,
1782 20 e 28; Considerando as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social, estabelecidas pela
1783 Política Nacional de Assistência Social — PNAS/SUAS (Resolução CNAS nº 145/2004); e
1784 Considerando a exposição de motivos anexa. RESOLVE: Art. 1º Propor alteração no artigo 10 da
1785 Lei nº 12.213/2010 conforme segue: “Art. 10º. Fica instituído o Fundo Nacional do Idoso,
1786 destinado a financiar programas e ações relativas ao idoso não vinculadas à competência
1787 específica de políticas setoriais, com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições
1788 para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Parágrafo único. O
1789 Fundo a que se refere o caput deste artigo terá como receita: 1— orçamento da seguridade social.

1790 *Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. CARLOS EDUARDO FERRARI*
1791 *Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social”. A pedido, o Conselheiro Frederico não fez*
1792 *a leitura dos motivos. O Conselheiro José Geraldo propôs na Resolução, no Parágrafo Único, o*
1793 *Fundo a que se referia o caput desse artigo, inciso um, teria como orçamento não o da seguridade*
1794 *social, mas “recursos do orçamento da seguridade social”, proposta acatada pelo Pleno. O*
1795 *Conselheiro Clodoaldo sugeriu a inclusão do artigo 115 da lei 10.741, ao que o Dr. Douglas*
1796 *esclareceu que, até por uma questão de concisão, o grupo de trabalho havia optado por essa redação,*
1797 *porque os fundamentos da exposição de motivos também faziam parte das justificativas da*
1798 *Resolução. O Conselheiro Wagner indagou se era legal a proposta do Conselho de alterar um artigo*
1799 *de lei que sairia em forma de Resolução, com o Dr. Douglas esclarecendo que uma das*
1800 *prerrogativas conferida pela LOAS ao Conselho Nacional de Assistência Social era propor*
1801 *políticas, alterações legislativas no sentido de aprimorar as Políticas, no caso, a compatibilidade*
1802 *entre as Políticas Sociais desenvolvidas pelo Governo Federal. O Conselheiro Frederico relatou, na*
1803 *questão do encaminhamento, ter passado despercebida a criação de um grupo e não uma*
1804 *Comissão. O senhor Presidente encaminhou para aprovação a Resolução com a proposta de*
1805 *alteração do Conselheiro José Geraldo, sendo aprovada pelo Pleno. O Conselheiro Clodoaldo*
1806 *indagou se essa Resolução, antes de sua publicação, seria submetida ao Conselho Nacional do Idoso*
1807 *para considerações, ao que o Conselheiro José Geraldo esclareceu que havia sido acertado com o*
1808 *Presidente do Conselho do Idoso que o CNAS faria a sua Resolução e encaminharia para que*
1809 *colocasse em referendo pelo pleno do Conselho Idoso no dia 26, para que referendasse essa*
1810 *norma. Após diversas colocações sobre o assunto pelos Conselheiros, e sobre o fato de se*
1811 *encaminhar um documento já aprovado e publicado, o senhor Presidente esclareceu que a norma*
1812 *havia sido recebida com muita satisfação pelo Presidente do Conselho Nacional do Direito do*
1813 *Idoso, não havendo nenhum problema. O Conselheiro José Geraldo informou o recebimento de um*
1814 *ofício da SOF, encaminhado pela área de orçamento da Presidência da República, manifestando a*
1815 *mesma preocupação em relação ao orçamento, corroborada com a posição da Secretaria Especial de*
1816 *Direitos Humanos. A seguir, o Conselheiro passou à leitura do “Ponto dois. Informe do processo de*
1817 *debate para definição dos trabalhadores do SUAS. A construção desse processo de debate com os*
1818 *trabalhadores do SUAS vem sendo discutido no âmbito da Comissão de Política e do Colegiado do*
1819 *CNAS desde o início do ano, com a apresentação da proposta que abrange a realização do*
1820 *encontro de articuladores, dos cinco encontros regionais e o encontro nacional em maio passado.*
1821 *Neste momento o CNAS está coordenando, com o apoio do MDS, a realização da Reunião de*
1822 *Trabalho dos Articuladores Estaduais/Regionais, em 31 de agosto próximo, em Brasília. Esta*
1823 *reunião tem como objetivo estabelecer estratégias de mobilização dos trabalhadores nos estados e*
1824 *regiões e validar a proposta de programação dos encontros regionais e nacional, que subsidiarão*
1825 *o CNAS na definição dos trabalhadores do SUAS. O Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS,*
1826 *que foi criado durante a VII Conferência Nacional de Assistência Social, enviou a lista dos seus 54*
1827 *representantes (dois por Estado e DF). Foram recebidas as inscrições dos fóruns municipais dos*
1828 *Trabalhadores do SUAS já instituídos: Belo Horizonte, Porto Alegre e Divinópolis. Das 17*
1829 *entidades nacionais de categorias consideradas essenciais para o SUAS convidadas pelo CNAS,*
1830 *foram recebidas 8 inscrições. Dos 26 Conselhos Estaduais e Conselho de Assistência do Distrito*
1831 *Federal, foram recebidas 21 fichas, sendo que 11 estão pendentes, ou seja, falta verificar se o nome*
1832 *indicado pelo CEAS é representante dos trabalhadores no Conselho. Dos 26 Conselhos Municipais*
1833 *de Assistência Social da capital, foram recebidas 14 fichas, sendo que 7 estão pendentes pelo*
1834 *mesmo motivo. Foi informado sobre a convocação que o Presidente do CNAS fez aos*
1835 *representantes dos Trabalhadores com assento neste conselho para tratar das questões afetas aos*
1836 *eventos. A reunião será realizada dia 11 de agosto. O Conselheiro Frederico Leite trouxe uma*
1837 *reivindicação do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS para que o CNAS crie a categoria*
1838 *de “observadores” para participação na reunião de trabalho dos Articuladores*
1839 *Estaduais/Regionais, em 31 de agosto próximo. Encaminhamento: - A Comissão de Política*

1840 entende que não se deve criar a categoria “observadores” para a reunião do dia 31 de agosto, uma
1841 vez que a reunião de articuladores tem um caráter organizativo dos encontros regionais e nacional
1842 e, por outro lado, os trabalhadores terão a oportunidade de participar dos encontros regionais,
1843 além da possibilidade de acompanhar alguns encontros regionais e nacional on-line. 3.
1844 PROPOSTA DE PAUTA PARA SETEMBRO: - Processo de revisão da NOB/SUAS 2005; -
1845 Convidar o DGSUAS/SNAS; - A Secretaria Executiva preparará o quadro de monitoramento da
1846 agenda de prioridades e encaminhamentos da Comissão de Política, que será revisitada
1847 mensalmente”. O senhor Presidente indagou se havia algum questionamento sobre o item, em não
1848 havendo, o mesmo foi considerado aprovado pelo Pleno, com o voto desfavorável do Conselheiro
1849 Clodoaldo, por ser contrário à aprovação desta alteração do artigo primeiro da lei 12.213, enquanto
1850 não houvesse um aval do Conselho Nacional do Idoso. A seguir, o senhor Presidente passou para o
1851 item **Relato da Comissão de Acompanhamento de Conselhos**, pela Conselheira Fátima
1852 Rampin: “*Memória da Reunião da Comissão de Conselhos do Conselho Nacional de Assistência*
1853 *Social. Data: 20 de julho e 10 de agosto de 2010. Local: sala III /CNAS. Horário: 9h às 12h.*
1854 **Conselheiros presentes:** Maria Luiza Amaral Rizzotti (em 20/07 e 10/08); Fátima Aparecida
1855 Rampin (em 20/07 e 10/08); Renato Francisco dos Santos Paula (em 20/07 e 10/08); Clodoaldo de
1856 Lima Leite (em 20/07 e 10/08); Marisa Rodrigues da Silva (em 20/07 e 10/08); Renato Saidel
1857 Coelho (em 20/07 e 10/08); José Ferreira Crus (em 20/07 e 10/08); Brenda Ferreira Silva (em
1858 10/08); Samuel Rodrigues (em 20/07); Antônio Pereira Kbça da Silva Filho (em 20/07); Maria
1859 Auxiliadora Bezerra de Araújo (em 10/08); Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria (em
1860 10/08); **Apoio da Secretaria-Executiva:** Liliane Neves do Carmo; Fernanda Conceição da Silva;
1861 Giovanna Rocha Veloso; Rosana de Cássia Alves da Silva. 1. CALENDÁRIO PARA EXECUÇÃO
1862 DO PLANO DE AÇÃO DA COMISSÃO DE CONSELHOS. A Comissão definiu sua agenda de
1863 trabalho e apresenta abaixo a proposta de calendário para execução do Plano de Ação,
1864 destacando aqui algumas atividades a serem realizadas no ano de 2010, a saber: a) Fazer gestão
1865 junto aos Conselhos, FONACEAS, CONGEMAS e FONSEAS para a adequação das Leis de
1866 Criação dos Conselhos em conformidade com a LOAS e Sistema Único da Assistência Social -
1867 SUAS; b) Criar estratégias para garantir a dotação orçamentária destinada aos gastos com
1868 transporte, hospedagem e alimentação de conselheiros (inclusive da área rural) para participação
1869 em reunião e outras atividades inerentes ao controle social (Sugerir pauta reunião CIT); c)
1870 Estimular aos CEAS para criação da Comissão Temática para acompanhamento dos CMAS; d)
1871 Acompanhamento junto aos CMAS’s acerca da implantação da assessoria técnica — Secretaria
1872 Executiva, conforme preceitua a NOB/RH; e) Orientar aos CEAS para o cumprimento de suas
1873 atribuições, conforme NOB/SUAS no que tange à assessoria aos municípios acerca da aplicação de
1874 normas e resoluções fixadas pelo CNAS; f) Criar instrumentos que permitam ao aos CAS
1875 operacionalizar a competência de acompanhamento e avaliação de gestão de recursos (Pautar
1876 reunião conjunta com Comissão de Financiamento em outubro); g) Discutir junto aos CASes
1877 acerca de rotina institucional para procedimentos a serem adotados pelos conselhos quanto ao
1878 recebimento de denúncias e irregularidades; h) Estimular e orientar a realização de encontros
1879 entre os CEAS e Conselhos Municipais para capacitação; i) Acompanhar a implantação da rede
1880 SUAS pelo MDS. Estimular e orientar a realização de encontros entre o CEAS e Conselhos
1881 Municipais, para capacitação; e, j) Orientar aos CAS para criar a sistemática de acompanhamento
1882 de discussões sobre a Política de Assistência Social no Legislativo, em seu âmbito de atuação. 2.
1883 CRIAR ESTRATÉGIAS PARA O ACOMPANHAMENTO DA ATUALIZAÇÃO DAS LEIS DE
1884 CRIAÇÃO DOS CAS. CONFORME ORIENTAÇÕES DO CNAS. O CNAS aprovou as Orientações
1885 aos CAS para atualização das leis de criação e, tendo em vista a importância dessa matéria, a
1886 Comissão de Conselhos aponta a necessidade de acompanhar as discussões realizadas pelos
1887 conselhos acerca do assunto. Na reunião do dia 20 de julho a Comissão encaminhou por meio da
1888 Coordenação de Acompanhamento s Conselhos. Solicitação de informações junto aos Conselhos
1889 Estaduais e CAS/DF acerca das medidas adotadas por esses no que tange à aplicação das

1890 orientações ora mencionadas. A comissão discutiu ainda, a necessidade de criar estratégias para o
1891 acompanhamento da situação dos conselhos no que tange à infra-estrutura, funcionamento e
1892 condições para a implementação de suas atribuições legais. Diante disso, concluiu-se ser
1893 necessário conhecer e aprimorar os instrumentos de informações acerca de Conselhos já existentes
1894 e ter domínio desses dados. Diante disto, foram sugeridos os seguintes encaminhamentos: 1.
1895 Solicitar, novamente aos CEAS informações acerca do recebimento do documento, por parte dos
1896 CMAS e se esses estão adotando medidas para acompanhar a sua aplicação pelos conselhos
1897 municipais; 2. Pautar o assunto na reunião de setembro com os CEAS com o objetivo de criar
1898 estratégias para auxiliar os CEAS para o acompanhamento desse debate junto aos CMAS; 3.
1899 Contratar consultoria para diagnóstico das informações já existentes sobre os conselhos no
1900 CadSuas e posterior análise situacional dos CAS; 4. Discutir proposta para aprimorar o CadSuas
1901 visando incluir dados importantes para o acompanhamento desses pelo CNAS e, ainda, contemplar
1902 que as informações tenham acesso hierarquizado com os CEAS; 5. A Coordenação de
1903 Acompanhamento aos Conselhos realizará estudo acerca das leis de criação dos CEAS e CAS-DF e
1904 apresentará um relatório na reunião do mês de outubro; 6. Criar estratégias para aprimorar o
1905 diálogo do CNAS com os colegiados gestores. 3. CRIAR ORIENTAÇÕES PARA
1906 IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNAS Nº 16/2010. A Secretaria-Executiva apresentou à
1907 Comissão uma proposta de orientações a ser apresentada aos conselhos. Diante da complexidade
1908 da matéria, a comissão definiu por pautar o assunto na próxima reunião. A Coordenação de
1909 Acompanhamento aos Conselhos apresentou ainda, um documento contendo “perguntas e
1910 respostas” elaboradas a partir das solicitações de informações que chegam a esse conselho.
1911 Considerando a natureza técnica do citado documento, a Comissão definiu que os conselheiros da
1912 Comissão façam a leitura do documento e, tendo alguma sugestão, encaminhar à Comissão de
1913 Acompanhamento aos Conselhos para posterior divulgação na página eletrônica do CNAS e uso de
1914 seu conteúdo para orientações. façam a leitura do documento e, tendo alguma sugestão
1915 encaminhar à Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos para posterior divulgação na
1916 página eletrônica do CNAS e, uso do seu conteúdo para orientações. **Sugestões de**
1917 **encaminhamentos:** 1. Criar grupo de conselheiros da Comissão para análise do documento
1918 intitulado como “Orientações aos Conselhos para implementação da Resolução CNAS nº
1919 16/2010”, apresentadas pela Secretaria-Executiva e apresentará proposta na reunião de setembro.
1920 O grupo contará com a participação dos Conselheiros Renato Saidel, Maria Aparecida Clodoaldo
1921 Lima, José Crus e, como convidado o Dr. Douglas Locatelli, da CONJUR/ MDS. 2. Que o CNAS ao
1922 formular qualquer resposta acerca de demandas emitidas por CMAS encaminhe a mesma com
1923 cópia ao CEAS respectivo, tendo em vista potencializar a relação entre os conselhos. 4. CRIAR
1924 ORIENTAÇÃO AOS CONSELHOS PARA IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS GESTORES. Uma
1925 das deliberações da VII Conferência Nacional, no Eixo 1 (4) foi “Criar conselhos gestores locais e
1926 fortalecer nos Centros de Referência de Assistência Social CRAS e nas entidades da rede sócio-
1927 assistencial espaços para organização e mobilização dos usuários, incentivando-os ao debate e ao
1928 encaminhamento de propostas, bem como a participação nos conselhos setoriais, ampliando a
1929 garantia de direitos e o controle social no SUAS e assegurando a acessibilidade para as pessoas
1930 com deficiência, conforme legislação.” A Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos ao
1931 constatar que há conselhos já implementando tal deliberação apontou a necessidade desse
1932 conselho já definir os parâmetros nacionais para que não haja interpretações equivocadas acerca
1933 do papel a ser desempenhado pelos conselhos gestores. Importante ressaltar que os conselhos
1934 gestores apresentam-se como espaço de efetivação da participação dos usuários na execução dos
1935 serviços, programas, projetos e benefícios, exercendo, ainda, o controle social de toda a rede
1936 sócio-assistencial. A Comissão acatando a sugestão de pauta discutiu o assunto e aponta como
1937 diretrizes para a elaboração do documento: - Denominar esses como: Conselhos gestores da Rede
1938 Socioassistencial; - Objetivos; - Composição do conselho gestor; - Como participam e quem
1939 participa; - Mobilização a ser realizada pela Rede Socioassistencial; - Quem são os usuários da

1940 assistência social (acompanhar o debate sobre a revisão da Resolução CNAS nº24/2006 junto à
1941 Comissão de Normas); - Como esse conselho gestor participa dos CMAS e das conferências; -
1942 Garantir condições de participação (questão financeira).Diante da importância de que a Comissão
1943 tenha acesso a informações acerca desse tema, a Comissão encaminhou aos CEAS, por meio da
1944 Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos, solicitação acerca desse debate no âmbito dos
1945 estados. A Comissão designou os Conselheiros Samuel Rodrigues, José Crus, Renato dos Santos
1946 Paula e Antônio Pereira Kibça para discutir e apresentará Comissão uma proposta para
1947 apreciação no mês de setembro de 2010. A Coordenação de Conselhos encaminhou aos
1948 conselheiros desse grupo as legislações e/ou normas existentes para a criação desses Conselhos
1949 (Portaria que cria o Conselho Gestor de Guarulhos), as legislações da Política de Saúde acerca do
1950 assunto (Lei nº 8.142/1990 Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único
1951 de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da
1952 saúde e dá outras providências). **Sugestões de encaminhamentos:** 1. Dar continuidade ao
1953 levantamento dos municípios que já implantaram esse conselho e apresentar as experiências
1954 exitosas (verificar como esses conselhos gestores têm assento nos CMAS como participam das
1955 conferências); 2. Definir calendário de reunião do grupo. 5. FORMULAR UMA RESOLUÇÃO
1956 SOBRE A RELEVÂNCIA DO PAPEL DO CONSELHEIRO. A 179ª Plenária Ordinária deliberou
1957 que a Comissão de Conselhos pautasse o assunto e apresentasse uma proposta na próxima reunião.
1958 A Comissão discutiu a questão e, tendo em vista a complexidade da matéria e, a necessidade de
1959 conceituar e consolidar as atribuições e competências dos conselheiros como forma de orientar os
1960 outros conselhos - CEAS, CMAS e CAS/DF, com o objetivo de garantir respaldo nas ações do
1961 CNAS e embasar as ações frente às outras instâncias de governo, vêm sugerir a essa Plenária a
1962 prorrogação do prazo para a apresentação da proposta. Para disso, foram designados os
1963 conselheiros Mansa Rodrigues e Renato Saidel, membros da Comissão, para aprofundar sobre o
1964 tema e, posteriormente, apresentar urna proposta, inclusive sobre o formato da proposta de
1965 Resolução a ser apresentada. Considerando que o assunto já está retratado em vários documentos
1966 e regulamentações esses conselheiros irão, também, verificar o instrumento mais adequado para
1967 tratar dessa matéria e dar o respaldo necessário para que o conselheiro desenvolva com
1968 pertinência suas atribuições. A Secretaria-Executiva encaminhou aos conselheiros as Resoluções e
1969 documentos que tratam desse assunto, como a Resolução CNAS nº 237/2006; a Lei 8.429 que
1970 dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no
1971 exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou
1972 fundacional e dá outras providências Plano Decenal: Decreto 5.992 que dispõe sobre diárias e
1973 passagens; Código de Ética do CNAS; o Decálogo dos Direitos; a degravação da reunião Plenária
1974 j79a, deliberações da Vil Conferência Nacional de Assistência Social, dentre outros documentos. 6.
1975 ENCONTRO DO CNAS COM OS CONSELHOS ESTADUAIS. Está na agenda do CNAS um
1976 encontro com OS Conselhos Estaduais no mês de setembro a ser realizado no período da Plenária
1977 Ordinária. Para tal encontro a Comissão de Conselhos sugere a pauta de discussão. A saber: 1.
1978 Composição dos conselhos com ênfase na estruturação do SUAS e a participação dos usuários; 2.
1979 Sistema de comunicação e diálogo entre os conselhos e suas bases; 3. Orientações para
1980 implementação da resolução CNAS no 16/2010; 4. Discutir a criação da Comissão permanente nos
1981 CEAS para acompanhamento dos CMAS (item 1.6). **Sugestão de encaminhamento:** 1. Apresentar o
1982 assunto na Presidência Ampliada propondo encontro com os CEAS e CAS/DF na reunião com os
1983 conselhos para discussão sobre o Acórdão do TCU, agendada para novembro. 7. OFICINA DE
1984 TRABALHO: O CNAS realizará em novembro, em conjunto com a SNAS/MDS a Oficina de
1985 Trabalho com o objetivo de informar sobre as constatações apontadas pela Auditoria Operacional
1986 do TCU, as determinações e recomendações prolatadas e das ações elencadas no “Plano de
1987 Providência” entregue pela SNAS/CNAS à 4ª SECEX/TCU em março/2010. O evento contará com
1988 a participação de representantes dos CMAS citados no acórdão. Sendo representantes da
1989 sociedade civil, gestores municipais da assistência social desses municípios. CEAS e CAS/DF com

1990 *representantes da sociedade civil e secretários executivos, gestores estaduais de Assistência Social*
1991 *e do DF e representantes das Comissões Intergestores Bipartite de todos os estados. Sugestões de*
1992 **encaminhamentos:** (anotações da coordenação de conselhos:) 1. Confirmar data do evento para
1993 *emissão de convites. Já está previsto três dias: 08 e 09. A programação aprovada por esse conselho*
1994 *prevê três dias; 2. Acompanhar a tramitação do Termo de Referência junto à SNAS/MDS; 3.*
1995 *Providenciar orientações aos CAS para recepção da transmissão on-line (pauta da reunião de*
1996 *setembro); 4. Elaborar manual com orientações práticas sobre o funcionamento dos conselhos a*
1997 *ser encaminhada para as CIB's, gestores estaduais, do DF e municipais e CAS (para essa*
1998 *elaboração deve-se.... Ficou faltando aqui. 8. DEFINIR PAUTA DA REUNIÃO DA COMISSÃO*
1999 **EM SETEMBRO.** 1. Orientações para a implantação dos conselhos gestores: 2. Orientações para a
2000 *implementação da Resolução CNAS no 16/2010; 3. Resolução (documento) sobre a relevância do*
2001 *papel do conselheiro. Maria Luiza Amaral, Coordenadora da Comissão de Conselhos do CNAS".*
2002 A Conselheira Maria Luiza esclareceu, nas sugestões da última página, que eram dois dias, 8 e 9, e
2003 não três dias como estava escrito. Informou que a proposição da junção dos encontros já havia sido
2004 tratada e resolvida na Presidência Ampliada, voltando como seu informe. Destacou a preocupação
2005 da Comissão em aprimorar o sistema de informação dos Conselhos Municipais e Estaduais, criando
2006 um sistema informatizado com atualização de todos seus dados, sendo proposta a contratação de
2007 uma consultoria que permitisse analisar e conhecer a dinâmica dos Conselhos a partir dos
2008 documentos e informações, ação que deveria ser feita em parceria com os Conselhos Estaduais para
2009 que os mesmos, assim como o Conselho Nacional tivessem um retrato fidedigno do funcionamento
2010 e da composição dos Conselhos no Brasil. A Conselheira Gisele indagou sobre o evento de
2011 setembro, entendendo que havia sido mantido no dia 14 pela manhã, e que no relato da Comissão
2012 havia dois momentos em que o assunto era mencionado com proposta de pauta, não tendo aparecido
2013 essa proposta sobre qual seria a abordagem com os Conselhos no relato da Presidência Ampliada.
2014 Que estavam indicadas duas propostas parecendo diferentes no documento, uma, no item seis, que
2015 apresentava quatro pontos, e outra no item 8, com três pontos, indagando qual ficaria ou se seria
2016 feita junção dos mesmos. O Conselheiro Renato de Paula propôs que se deveria voltar para a ordem
2017 da leitura da memória e ir ponto a ponto, com o senhor Presidente acatando essa sugestão. A
2018 Conselheira Gisele sugeriu deixar o indicativo que alguns dos itens fossem tratados em possíveis
2019 encontros futuros com os Conselhos, onde estivessem reunidos todos os Conselheiros Estaduais. O
2020 Conselheiro Pedro Ost indicou a letra "g", sobre a rotina institucional para procedimentos a serem
2021 tratados quanto ao recebimento de denúncias, lembrando o que o Conselheiro Wagner havia
2022 recordado na parte da manhã sobre a Resolução 11, em seu primeiro artigo: "*deve-se estabelecer os*
2023 *procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas*". A Conselheira Leila Pizzato, no mesmo elenco,
2024 na letra "i", encontrou um um problema de digitação, repetindo o texto da letra "h" ao final.
2025 Solicitou esclarecimentos em relação à atribuição do Conselho com a agenda, de acompanhar a
2026 implantação da rede SUAS pelo MDS, parecendo-lhe que seria uma ação da Comissão de Política.
2027 A Conselheira Maria Luiza esclareceu que entendiam que o SUAS WEB trazia informações
2028 referentes à composição e funcionamento dos Conselhos. O Conselheiro Renato de Paula solicitou
2029 esclarecimentos sobre esse item, observando que a Comissão de Conselhos tinha um plano de ação
2030 aprovado pela Plenária anteriormente, e que deveria ter sido socializado com a nova gestão.
2031 Discorreu sobre o significado desse item onde alguns pontos já constavam do Plano de Ação da
2032 Comissão de Conselhos, ao que o senhor Presidente informou que esse Plano havia sido
2033 apresentado durante a posse dos Conselheiros. O Conselheiro José Crus, referindo-se aos itens um e
2034 dois, observou vários pontos que seriam discutidos e debatidos ou no encontro de setembro com os
2035 Conselhos Estaduais, ou na oficina do TCU em novembro, podendo se definir a pauta de setembro
2036 nesse momento. Após mais algumas observações, o Conselheiro Renato de Paula reiterou suas
2037 colocações sobre as ações serem afetas ao Plano de Ação da Comissão de Conselhos, tendo uma
2038 natureza de articulação com os Conselhos nas outras instâncias. Esclareceu que a Presidência
2039 Ampliada havia relatado que acataria a proposta da Comissão de Conselhos de manter o encontro

2040 em novembro e o de setembro com uma pauta ampliada e incluindo outros assuntos, reputados pelo
2041 senhor Presidente como maiores e mais macro, discorrendo sobre o que havia sido tratado sobre os
2042 assuntos para os dois eventos. A Conselheira Rita de Cássia esclareceu que o item chamado
2043 calendário era, na verdade, pontos do Plano de Ação. Com relação ao comentário do Conselheiro
2044 Pedro Ost sobre os procedimentos a serem adotados pelos Conselhos quanto ao recebimento de
2045 denúncias de irregularidades, a Resolução 11 tratava dos procedimentos do CNAS. Solicitou
2046 esclarecimentos à Conselheira Maria Luíza sobre o item “i”, de acompanhamento da implantação da
2047 rede SUAS pelo MDS no que concernia à composição e ao funcionamento dos Conselhos Estaduais
2048 e Municipais. Aparteando, o senhor Presidente comunicou que o Conselheiro Renato de Paula
2049 informou que a partir da publicação da Portaria, o que havia acontecido, a Conselheira Rita de
2050 Cássia passava para a titularidade e a Conselheira Maria Luíza passava para a suplência. A
2051 Conselheira Maria Luíza esclareceu que a preocupação da Comissão havia sido repassar o plano,
2052 considerando o calendário, relatando que havia problema no texto, com a sugestão de acompanhar a
2053 implantação da rede SUAS no que concernia às informações referentes aos Conselhos Municipais
2054 de Assistência Social. O Conselheiro Renato de Paula lembrou que na pauta havia sido aprovado o
2055 relato da Presidência SUAS, com a primeira iniciativa em relação a esse item sendo socializar com
2056 os Conselheiros, porque eles não conheciam os aplicativos e como funcionava a rede SUAS,
2057 apresentação que aconteceria na próxima reunião Plenária. O senhor Presidente destacou no item
2058 dois sobre pautar a reunião de setembro, indagando se essa data continuaria ou a reunião seria em
2059 novembro. A Conselheira Maria Luíza explicou que a Comissão não tinha governabilidade para
2060 decidir a realização ou não de evento, cuja decisão era dessa Plenária. Que haviam feito uma
2061 sugestão, indicando as duas datas a serem escolhidas pela Presidência Ampliada, ao que o senhor
2062 Presidente ressaltou que se manteria no texto o mês de setembro. O Conselheiro Clodoaldo solicitou
2063 a correção no texto que trazia Maria Aparecida Clodoaldo Lima, faltando uma vírgula. O senhor
2064 Presidente, no item 3.1, sobre a criação de um grupo de Conselheiros para estimular a Resolução
2065 16, observando se não seria interessante fazer esse trabalho juntamente com alguns Conselheiros de
2066 Normas. A Conselheira Maria Luíza ponderou que a Comissão não tenha óbice em relação ao
2067 reforço da participação de outros Conselheiros, ao que a Conselheira Ana Carolina esclareceu que
2068 poderia verificar se não haveria incompatibilidade, colocando-se à disposição e encontrando que o
2069 tema era interessante e seria pertinente, com a concordância do Conselheiro Wagner. O senhor
2070 Presidente indicou os Conselheiros Ana Carolina, Renato Saidel, Maria Aparecida, Clodoaldo, José
2071 Crus, Dr. Douglas e Wagner para compor esse grupo. A Conselheira Gisele lembrou como havia
2072 sido tratada a questão da NOB, sendo importante ter uma sintonia na pauta da reunião da Comissão
2073 de Conselhos, já colocada, e a proposta da Norma Operacional Básica, debatida no dia anterior nessa
2074 Plenária. Que havia sido tratada com bastante ênfase a questão do Conselho Gestor de Unidade,
2075 sendo que, na condução desse processo, talvez se pudesse casar as duas questões: a construção
2076 desse debate com o processo de consulta pública que a NOB estava realizando. O Conselheiro
2077 Clodoaldo, como reflexão, colocou que umas das deliberações da VII Conferência era criar
2078 Conselhos Gestores Locais, fortalecer os CRAS e nas entidades da rede socioassistencial, espaços
2079 para organização dos usuários, etc, com a Constituição Brasileira trazendo que era livre a
2080 associação e sem interferência estatal. Ponderou que no campo das entidades de Assistência Social
2081 talvez fosse interessante colocar como recomendação, solicitando ao Dr. Douglas que fizesse uma
2082 manifestação no sentido de complementar sua preocupação de não se estar ferindo preceitos
2083 constitucionais, ao que o senhor Presidente esclareceu que o título já falava que eram orientações. A
2084 Conselheira Leila, discorrendo sobre o item, encontrava não ser uma função da Comissão de
2085 Conselhos, mas sim da Comissão de Política cuidar desse tema, solicitando esclarecimentos. O
2086 senhor Presidente discorreu sobre o que trazia a Resolução 16, falando sobre o que trazia com
2087 relação aos Conselhos Gestores, tendo que se preocupar com a questão. Encontrava que o CNAS
2088 queria estimular a participação e o protagonismo efetivo do usuário dentro da Política de
2089 Assistência, o que deveria ser feito com muita maturidade para não se criar espaços de participação

2090 artificial. O Conselheiro Renato de Paula colocou que se estava trabalhando com a transcrição
2091 literal da deliberação da Conferência, com a denominação Conselhos Gestores sendo apenas um
2092 indicativo. Encontrava válido o questionamento do senhor Presidente, sendo uma atribuição do
2093 grupo pensar sobre essa questão da nomenclatura se isso fosse aprovado, caso contrário se poderia
2094 entrar em um debate e colocar em risco a deliberação da Conferência, com o senhor Presidente
2095 manifestando-se contemplado com essa colocação. A Conselheira Maria Luiza ponderou que nada
2096 era mais justo que a Comissão de Conselhos se ocupasse dessas questões, assim como as demais
2097 Comissões, sendo objeto do CNAS a ocupação da ampliação da participação. Colocou outro ponto
2098 com relação às Comissões, assunto tratado no dia anterior, ficando claro de que mesmo as entidades
2099 não governamentais estavam figuradas em um campo público da garantia de direitos. Que era
2100 atribuição do CNAS e do estado regular sobre as funções, a pertinência e a competência de tudo que
2101 atuava nesse campo, sendo passível de ser discutido, parecendo-lhe ser consenso nesse Conselho.
2102 Destacou a importância do aprimoramento, conforme colocado pelo Conselheiro Renato de Paula,
2103 com uma nomenclatura mais apropriada, orientação e composição, tema que estava em debate,
2104 proposto pela Comissão de Conselhos. O Conselheiro José Crus destacou ser uma realidade, tendo
2105 em vários municípios brasileiros a descentralização do controle social, discorrendo sobre o assunto.
2106 Observou que o nome não importava, com o principal debate sendo o avanço no aprimoramento da
2107 gestão do SUAS, querendo-se validade na oferta dos serviços, público e privados, sendo uma
2108 grande estratégia de potencializar a participação dos usuários na oferta dos serviços. Concluindo,
2109 observou que as estratégias usadas, citando Belo Horizonte, eram uma forma de se descentralizar
2110 nos municípios a participação popular, o controle social direto nos serviços, sendo ofertado nos
2111 CRAS, nos CREAS ou pelas entidades parceiras da rede socioassistencial. A Conselheira Gisele
2112 manifestando-se contemplada pela fala do Conselheiro José Crus, reforçou que a natureza desse
2113 Conselho não era estatal, mas sim pública e de colegiado, entendendo a orientação do CNAS como
2114 competência pública e não como competência de estado mesmo que fosse para a rede privada. Que
2115 gostaria de reforçar o entendimento de que esse Conselho deveria se colocar como orientador dessas
2116 questões provenientes da Conferência. Com relação ao sugerido pela Conselheira Leila que fosse
2117 matéria da Comissão de Política, colocou que poderia ser uma matéria conjunta, tratando de forma
2118 mais articulada entre as duas Comissões. O Conselheiro Samuel referiu-se à VII Conferência,
2119 destacando a presença de um grande número de usuários devido à mobilização que o CNAS havia
2120 feito para aquele momento, discorrendo, a seguir, sobre a participação do usuário nas diversas
2121 instâncias, considerando as dificuldades que eram colocadas. Discorrendo sobre suas atividades,
2122 colocou ser fundamental conhecer as experiências exitosas para se conseguir a participação do
2123 usuário. A Conselheira Lúcia Helena referiu-se à sua militância, com uma das questões sendo a
2124 defesa do protagonismo das crianças e adolescentes na construção das políticas a eles endereçadas.
2125 Colocou que do que havia escutado nessa reunião, havia sido essa deliberação criando os Conselhos
2126 Gestores que lhe havia chamado a atenção e sugerindo a permanência desse nome. Discorreu sobre
2127 a participação dos jovens em eventos, defendendo posições e fazendo-se ouvir, esclarecendo que
2128 isso vinha sendo feito, no caso dos Conselhos de Direito, de forma ainda não institucionalizada
2129 porque a composição do Conselho da Criança e do Adolescente em suas leis constitutivas não
2130 previa a participação desse usuário. Que essa discussão estava pautada nessa Política, encontrando
2131 ser um bom caminho porque dentro da Política de Assistência esse segmento estava sendo assistido,
2132 sendo fundamental sua presença para falar sobre o serviço que lhes era ofertado, indicando a efetiva
2133 existência de uma democracia participativa nesse país. A Conselheira Rita de Cássia defendeu essa
2134 idéia, trazendo o exemplo da educação, destacando que no item quatro se deveria elaborar
2135 orientação não apenas aos Conselhos, mas orientações gerais que subsidiassem os usuários, a
2136 comunidade e outros parceiros a defenderem a implantação dos Conselhos Gestores. O senhor
2137 Presidente, dirigindo-se ao Conselheiro Samuel, esclareceu que seu posicionamento não era contra,
2138 mas que a nomenclatura “Conselheiro Gestor” lhe preocupava, com esse título implicando em
2139 atribuir responsabilidade em direitos e deveres, querendo-se participação e a voz do usuário. O

2140 Conselheiro Samuel ponderou ter se dirigido ao Pleno e não ao senhor Presidente, observando haver
2141 um grupo para trabalhar com relação ao nome, que poderia ser trocado e se seguir em frente. O
2142 Conselheiro Clodoaldo discorreu sobre sua história de luta, devendo se esclarecer essa situação,
2143 discorrendo sobre o orçamento que era destinado aos municípios e a sua efetiva participação,
2144 colocando-se o nome correto e tendo que ter clareza do que de fato se estava construindo. O
2145 Conselheiro José Geraldo ressaltou que lhe angustiava nesse Conselho e o fato de se debater as
2146 ações, mas no momento de serem implementadas, encontrava uma desculpa para não o fazer, que
2147 defendiam o protagonismo, mas não executavam as medidas consensuadas. A Conselheira Ana
2148 Carolina colocou a necessidade de se fazer um encaminhamento em relação não só à participação
2149 do usuário, mas também de um vocabulário que fosse adequado, para que o mesmo se sentisse parte
2150 desse processo. A Conselheira Maria Luiza manifestou que gostaria de salientar que esse Conselho
2151 era a expressão pura de que as Políticas Sociais no Brasil estavam se fazendo democráticas a cada
2152 dia, discorrendo sobre a questão. Ponderou que a qualidade e o aprimoramento dessa participação
2153 deveriam ser colocados em pauta na hora de decidir pela ampliação dos espaços participativos,
2154 lutando-se pela qualificação dessa participação. Lembrou que havia dito que se podia ditar regras
2155 sobre descentralização e criação de Conselhos, mas a verdadeira construção da democracia se fazia
2156 pela via política, sendo pelo exercício da participação e pelo pressuposto democrático, inclusive dos
2157 Governos e das entidades não-governamentais. O Conselheiro Renato de Paula destacou que se
2158 deveria voltar ao encaminhamento e legitimar o grupo, dizendo que seria feito um estudo e
2159 apresentaria para o Conselho o levantamento das experiências exitosas, a partir daí se fazendo o
2160 debate. O senhor Presidente concordou com o encaminhamento, com a Conselheira Gisele
2161 colocando que a Comissão de Política deveria se envolver nessa discussão e se esse
2162 encaminhamento fosse aceito pela Plenária, se indicaria os nomes dos representantes da Comissão
2163 de Política nesse grupo. O Conselheiro Samuel procedeu ao seguinte encaminhamento, de que havia
2164 um trabalhador, um usuário e dois representantes governamentais, sugerindo a participação de um
2165 representante de entidades para compor esse grupo, com a Conselheira Leila Pizzato colocando seu
2166 nome. O senhor Presidente indicou a participação da Conselheira Gisele nesse grupo, passando ao
2167 item cinco: **Resolução sobre a relevância do papel do Conselheiro.** A Conselheira Marisa
2168 informou que gostaria de suporte de outros Conselheiros no grupo que participava juntamente com
2169 o Conselheiro Renato Saidel, para ajudar a formular esse documento com relação à relevância do
2170 papel do Conselheiro. O senhor Presidente ressaltou que a Comissão de Normas poderia participar
2171 desse grupo, assim como a Conselheira Marisa e Conselheiro Wagner. A seguir, passou para o Item
2172 seis: **Encontro do CNAS com os Conselhos Estaduais.** O Presidente em exercício, Conselheiro
2173 Renato de Paula discorreu sobre o item, sendo uma das atribuições da Comissão de Conselhos
2174 preparar a proposta do encontro de setembro com os Conselhos Estaduais, sugerindo a junção desse
2175 encontro com o TCU em novembro e que fosse remetido para a discussão na Presidência Ampliada,
2176 que achou por bem acatar parcialmente o encaminhamento da Comissão de Conselhos, mantendo e
2177 ampliando o encontro de novembro da oficina do TCU. Que se discutiria algumas questões nesse
2178 evento e manteria outras para o encontro de setembro, questões que deveriam ser revisadas para
2179 saber em qual evento seriam colocadas. A Conselheira Leila considerou os quatro itens muito
2180 importantes, mas podendo-se eleger o dois e o três como temas que não poderiam deixar de ser
2181 tratados, considerando a discussão sobre a Resolução 16 pelos municípios e que estaria ocorrendo
2182 com dificuldade, remetendo-se já para a discussão do 4º. A Conselheira Marta ponderou entender
2183 que a proposta da Comissão seriam os quatro temas. A Conselheira Gisele, citando exemplos
2184 anteriores, sugeriu que se fizesse um esforço ao final desse encontro de setembro para estabelecer
2185 uma mínima agenda comum entre o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais com mais
2186 experiência. Não sabia se seria o caso de, à luz dessa proposta, iniciar a reunião de setembro
2187 retomando um pouco do que havia sido a agenda comum, o que havia sido ou não alcançado, tendo
2188 sido um compromisso já firmado em conjunto pelos Conselhos. O senhor Presidente em exercício,
2189 dirigindo-se à Conselheira Marta, esclareceu que o encaminhamento era apresentar o assunto na

2190 Presidência Ampliada, propondo encontros com os Conselhos Estaduais e os Conselhos de
2191 Assistência e do DF, na reunião com os Conselhos para a discussão do acórdão do TCU, agendado
2192 para novembro, já trazendo os quatro itens. Colocou que a Presidência Ampliada, no relato feito no
2193 período da manhã, havia acatado parcialmente esse encaminhamento, sendo mantido o encontro de
2194 setembro com uma pauta que a Presidência Ampliada apresentaria além das quatro indicadas.
2195 Indagou à Plenária que dos quatro temas quais considerava importantes para serem mantidos no
2196 encontro de setembro, ressaltando que o evento de novembro estava mantido. A Conselheira Marisa
2197 referindo-se ao item um, indagou se as indicações de pauta estavam mantidas. O senhor presidente
2198 em exercício indicou o item um, que eram itens do Plano de Ação da Comissão de Conselhos,
2199 dentro do qual havia assuntos que poderiam ser trasladados para a reunião de novembro ou de
2200 setembro e cuja proposta poderia ser incluída. Manifestou que sua preocupação era que todo Plano
2201 de Ação da Comissão de Conselhos se referia a isso, com os pontos destacados sendo considerados
2202 prioritários pela Comissão, preocupando-lhe que fosse ressaltado algum fora do conhecimento do
2203 Plano como um todo, não sabendo se conseguiriam fazer isso nesse momento. A Conselheira Leila
2204 Pizzato ponderou que se o item um fosse deixado para novembro, estariam ainda mais subsidiados
2205 em função da discussão do item quatro, que trataria da participação do usuário. A Conselheira
2206 Marisa encontrava urgente e importante essa discussão em setembro com os Conselhos Estaduais
2207 com relação à adequação das leis de criação dos Conselhos. Manifestou sua preocupação, pois nesse
2208 período os municípios estavam mudando a paridade da Sociedade Civil, tendo na reunião do
2209 Conselho um indicativo para de solicitar aos Conselhos Estaduais como estava essa organização nos
2210 Conselhos Municipais. O senhor Presidente em exercício colocou terem sido duas discussões
2211 bastante intensas, solicitando o auxílio do senhor Presidente, tendo sido voto vencido na Presidência
2212 Ampliada. Que a proposta da Comissão de Conselhos de fazer parte dessas discussões em
2213 novembro, era porque dentre os vários assuntos para discutir com os Conselhos Estaduais haviam
2214 dois que lhe pareciam importantes, não alcançando até setembro maturidade suficiente para
2215 avançar: a implementação da Resolução 16, com a Comissão de Conselhos tendo várias propostas
2216 para sua implementação; e, a consulta feita para os Conselhos com relação às leis de criação.
2217 Relatou que essa consulta havia saído do CNAS no dia 20 de julho, mas que muitos dos Conselhos
2218 ainda não haviam feito reunião para atender essa solicitação, o que estava sendo pautado para
2219 setembro. Que não se poderia cobrar algo que não havia sido realizado, com a Comissão propondo a
2220 reunião para novembro, contando-se com as respostas e com condições de organizar melhor essa
2221 conversa com os Conselhos Estaduais, até para resolver suas dúvidas. Falou que essa preocupação
2222 havia sido levada para a Presidência Ampliada, onde se havia discutido algumas questões urgentes,
2223 para se para tratar com os Conselhos Municipais, que estavam batendo às portas dos Conselhos
2224 Estaduais. Que se manteria o encontro de setembro com uma pauta além dessas questões urgentes e
2225 cuja inclusão era urgente, com a Presidência Ampliada não tendo encaminhado a organização do
2226 encontro de setembro, e que se poderia resolver, porque o encontro de novembro estava sob
2227 responsabilidade da Comissão de Conselhos, que havia apresentado uma proposta. A Conselheira
2228 Maria Luiza encontrava que o mais importante era a solicitação da Comissão de Conselhos para
2229 considerar os temas a serem inclusos na pauta. O senhor Presidente colocou que a sugestão era que
2230 se trabalhasse a reunião de setembro a partir do debate da Presidência com a Comissão. O
2231 Conselheiro Renato de Paula colocou que havia que pactuar que a Presidência Ampliada
2232 encaminharia um grupo que apresentaria uma proposta, que seria levada ao conhecimento de todos.
2233 O Conselheiro José Crus informou que a programação para novembro estava pronta, podendo-se
2234 elencar na de setembro a reunião com os Conselhos Estaduais. O senhor Presidente observou ser a
2235 mesma proposta da Conselheira Maria Luiza, tendo colocado a questão de como se iria viabilizar a
2236 sua construção no Conselho. A Conselheira Maria Luiza entendia que a Presidência havia se
2237 ocupado dessa organização do evento, e que a preocupação do Conselheiro Renato de Paula era em
2238 que medida a organização vinha contemplar a expectativa desse Pleno. O senhor Presidente
2239 observou haver quatro encaminhamentos, tendo sido aprovado o relato da pauta da reunião da

2240 Comissão em setembro. A Conselheira Maria Luiza solicitou licença para se retirar, tendo outro
2241 compromisso, agradecendo ao Conselho pelo tempo que havia participado e informando a
2242 preocupação do Governo nessa substituição, com a Conselheira Gisele ficando como substituta, a
2243 Conselheira Rita de Cássia compondo o grupo como titular e da importância de a Conselheira da
2244 Saúde continuar frequentando esse Conselho como suplente. O Conselheiro Renato de Paula, em
2245 nome da Presidência, agradeceu à Secretária Maria Luiza, destacando sua colaboração, com as
2246 portas do CNAS estando abertas e desejando sorte nas empreitadas para além desse Conselho. O
2247 senhor Presidente ressaltou que a Secretária havia inaugurado uma nova relação desse Conselho
2248 com a Secretaria Nacional, manifestando orgulho pela sua participação. A seguir, o Conselheiro
2249 Carlos Rogério indagou se os Conselheiros haviam recebido duas memórias das reuniões da
2250 Comissão de Normas, procedendo à leitura da “**MEMÓRIA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
2251 **DA COMISSÃO DE NORMAS**. DATA: 21 de julho de 2010. HORARIO: 9h às 12h. LOCAL: Sala
2252 108, CNAS — Esplanada dos Ministérios, Bloco F - Anexo, Ala A. **Conselheiros titulares ou na**
2253 **titularidade presentes:** Antônio Celso Pasquini; Samuel Rodrigues; Carlos Rogério Carvalho
2254 Nunes; Renato Francisco dos Santos Paula; Simone Aparecida Albuquerque; Fátima Aparecida
2255 Rampin. **Conselheiros suplentes presentes:** Renato Saidel Coelho; Ana Carolina de Barros
2256 Pinheiro Carrenho; Brenda Ferreira Silva. **Ausência justificada dos conselheiros suplentes:**
2257 Wagner Carneiro de Santana; Mariana Menezes Santarelli Roverse. **Ausência do conselheiro**
2258 **suplente:** Caio Nakashima. **Apoio da Secretaria Executiva do CNAS:** Christianne Camargo
2259 Menezes; Ariane de Almeida Rodrigues; Maria das Mercês Avelino de Carvalho. Verificada a
2260 presença de quorum, teve início a reunião para debater as alterações ao Regimento Interno do
2261 CNAS — Resolução nº 53, de 31 de julho de 2008. Foi feita a leitura do Regimento, com as
2262 sugestões de alteração apresentadas pela Secretaria Executiva do CNAS — SE/CNAS, e
2263 apresentados os destaques. Em seguida, foram discutidos os destaques feitos até o art. 4º. O
2264 encaminhamento da reunião foi enviar a minuta de Regimento Interno proposta pela SE/CNAS aos
2265 Conselheiros do CNAS, com os destaques da Comissão Normas, para que todos lessem e fizessem
2266 as suas considerações (exclusões/inclusões/sugestões de nova redação) até o dia 3 de agosto de
2267 2010, para consolidação por parte da Secretaria Executiva e posterior discussão em Plenária. Essa
2268 minuta foi enviada por correio eletrônico, pela Secretária Executiva do CNAS, em 26 de julho de
2269 2010 (segunda-feira). Com base no texto consolidado, a discussão sobre o novo Regimento Interno
2270 do CNAS continuou na reunião seguinte da Comissão em agosto. Carlos Rogério de Carvalho
2271 Nunes.” A seguir, o Conselheiro Carlos Rogério passou à leitura da “**MEMÓRIA DA REUNIÃO**
2272 **ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NORMAS**. AGOSTO DE 2010. DATA: 10 de agosto de 2010.
2273 HORARIO: 14h às 18h. LOCAL: Sala 102, CNAS — Esplanada dos Ministérios, Bloco F - Anexo,
2274 Ala A. **Conselheiros titulares ou na titularidade presentes:** Antônio Celso Pasquini; Caio
2275 Nakashima; Carlos Rogério Carvalho Nunes; Fátima Aparecida Rampin; Renato Saidel Coelho;
2276 Simone Aparecida Albuquerque. **Conselheiros suplentes presentes:** Ana Carolina Barros Pinheiro
2277 Carrenho; Lúcia Elena Santos Junqueira; Wagner Carneiro de Santana. **Ausência justificada dos**
2278 **Conselheiros titulares:** Samuel Rodrigues; Renato Francisco dos Santos Paula. **Ausência da**
2279 **Conselheira Suplente:** Mariana Menezes Santarelli Roverse. **Convidado CONJUR/MDS:** Douglas
2280 Locateli, que participou em parte da reunião. **Apoio da Secretaria Executiva do CNAS:** Ariane de
2281 Almeida Rodrigues; Christianne Camargo Menezes; Liliane Neves do Carmo; Maria das Mercês
2282 Avelino de Carvalho. Verificada a presença de quorum, teve início a reunião. **I. ASSUNTO:**
2283 **Retificações de validade de CEBAS**. Correção de erros materiais nas validades dos Certificados
2284 de Entidade Beneficente de Assistência Social com base no poder de autotutela da administração
2285 pública, tendo em vista as orientações contidas no Parecer nº 158/2010/CONJUR/MDS, de
2286 25/03/2010, segundo o qual compete ao CNAS retificar os atos que praticou desde que viciados por
2287 erro material. **ENCAMINHAMENTO**. **I.1.** Em todos os casos em que houver retificação, deve ser
2288 enviada cópia da Resolução publicada aos Ministérios da Saúde, da Educação e do
2289 Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Eu vou pular os números e só falar os nomes das

2290 entidades. **1. Processo da ASSOCIAÇÃO CRIANÇA ESPECIAL DE PAIS COMPANHEIROS –**
2291 **CEPAC.** A entidade teve seu certificado deferido pela Resolução CNAS 116/2000 com validade de
2292 28/11/1999 a 27/11/2002 - processo n° tal. Por meio deste processo, formalizado tempestivamente
2293 em 08/11/2002, obteve a renovação do Certificado por intermédio da Resolução CNAS 15/8/2005,
2294 cuja validade deveria ser de 28/11/2002 a 27/11/2005, seguindo a validade do Certificado anterior
2295 a que veio renovar, uma vez que trata-se de pedido tempestivo. Todavia foi encaminhado à
2296 entidade o Certificado RCEAS 1016/2005, cópia às fis. 294 dos autos n° tal , com validade de
2297 28/11/2003 a 27/11/2006, ou seja, houve erro material na validade do certificado expedido à
2298 entidade de doze meses. Em 31/10/2006, por meio do processo tal, a entidade solicitou a
2299 Renovação de Certificado, que foi deferido pelo art. 37 da Medida Provisória n° 446/2008 e
2300 publicado no item 1364 da Resolução CNAS n° 03/2009, com validade de 07/10/2006 a
2301 06/10/2009. Portanto, levando-se em consideração a validade do Certificado encaminhado à
2302 entidade, isto é, 28/11/2003 a 27/11/2006, o pedido seria tempestivo. Porém, se for levado em
2303 consideração a validade correta do Certificado anterior, ou seja, de 28/11/2002 a 27/11/2005, o
2304 pedido seria intempestivo e a validade do certificado deveria ser retificada de 07/10/2006 a
2305 06/10/2006 para 31/10/2006 a 31/10/2009, conforme sugestão contida no Memorando n° 034/2010
2306 CP/SCAD/CNAS/MDS, do Serviço de Cadastro do CNAS. **ENCAMINHAMENTO: 1.1.1.**
2307 Encaminhar os processos à CONJUR/MDS para a emissão de parecer jurídico, fazendo constar o
2308 assunto “análise de revisão” no memorando de consulta. **1.2 Processos n° 44006.000348/2000-41,**
2309 **44006.002210/2002-28, 71010.001797/2005-12 e 71010.009800/2008-81, da entidade**
2310 **ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE HUMAITÁ, CNPJ:**
2311 **89.915.029/0001-07.** Por meio do MEMO n° 047/2010 CP/SCAD/CNASIMDS, de 19/07/2010, o
2312 Serviço de Cadastro do Conselho Nacional de Assistência Social comunicou erros materiais nas
2313 validades dos Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social — CEBAS remetidos à
2314 entidade, desde o processo n° 44006.000348/2000-41 até o processo 71010.009800/2008-81. A
2315 entidade possuía Certificado anterior com validade de 30/12/1996 a 29/12/1999 (processo n°
2316 44006.0002707/1996-64). Somente em 22/02/2000, portanto, intempestivamente em relação ao
2317 certificado a que veio renovar, a entidade requereu a Renovação do Certificado formalizado sob n°
2318 44006.000348/2000-41. Todavia foi encaminhado o CEBAS à APAE com validade de 30/12/1999 a
2319 29/12/2002, cópia às fls. 148 dos autos n° 44006.000348/2000-41, como se o pedido de renovação
2320 fosse tempestivo. A validade correta por se tratar de pedido intempestivo seria 22/02/2000 a
2321 21/02/2003. A partir desse erro material de validade de Certificado ocorrido no Processo n°
2322 44006.000348/2000-41, os processos seguintes n° 44006.002210/2002-28, 71010.001797/2005-12
2323 e 71010.009800/2008-81, todos tempestivos, seguiram a validade errada do Certificado
2324 encaminhado à entidade, ou seja, 30/12/2002 a 29/12/2005 (cópia do CEBAS às fls. 92 do processo
2325 n° 44006.002210/2002-28), 30/12/2005 a 29/12/2008 (cópia do CEBAS às fls. 150 do processo n°
2326 71010.001797/2005-12), e 30/12/2008 a 29/12/2011, (cópia da publicação do deferimento pelo art.
2327 37 da Medida Provisória, no item 2026 da Resolução CNAS n° 07, de 03 de fevereiro de 2009
2328 publicada no DOU de 04/02/2009, às fis. 199/200 do processo n° 71010.009800/2008-81), quando
2329 o correto seria, respectivamente, 22/02/2003 a 21/02/2006, 22/02/2006 a 21/02/2009 e 22/02/2009
2330 a 21/02/2012. **ENCAMINHAMENTO. 1.2.1. Publicar as retificações dos períodos de validade dos**
2331 **certificados emitidos, da seguinte forma: Processo n°44006.000348/2000-41: validade de**
2332 **22/2/2000 a 21/2/2003; Processo n°44006.002210/2002-28: validade de 22/2/2003 a 21/2/2006;**
2333 **Processo n° 71010.001797/2005-12: validade de 22/2/2006 a 21/2/2009; Processo n°**
2334 **71010.009800/2008-81: validade de 22/2/2009 a 21/2/2012. 1.3 Processos n° 44006.000433/2003-**
2335 **31 e 71010.003056/2007-20, da entidade LAR DA TERCEIRA IDADE DE ASSISTÊNCIA**
2336 **VICENTINA, CNPJ N° 54.231.691/0001-63.** A entidade teve seu certificado deferido pela
2337 Resolução CNAS n° 172/2004, com validade de 01/01/2004 a 31/12/2006 - processo n°
2338 44006.000433/2003-31. Todavia foi encaminhado o Certificado RCEAS 1057/2004, às fls. 401 dos
2339 autos n° 44006.000433/2003-31, com validade de 01/01/2004 a 31/12/2007, ou seja, houve erro

2340 material na validade do certificado expedido à entidade de doze meses. Em 17/12/2007, por meio
2341 do processo nº 71010.00056/2007-20, a entidade solicitou Renovação de Certificado, que foi
2342 deferido pela art. 37 da Medida Provisória nº 446/2008 e publicado no item 1130 da Resolução
2343 CNAS nº 07/2009, cópia às fls. 200 do processo nº 71010.003056/2007-20, com validade de
2344 17/12/2007 a 16/12/2010. Portanto, levando-se em consideração a validade do Certificado
2345 encaminhado à entidade, isto é, 01/01/2004 a 31/12/2007, o pedido seria tempestivo. Porém, se for
2346 levado em consideração a validade correta do Certificado anterior, ou seja, de 01/01/2004 a
2347 31/12/2006, o pedido seria intempestivo e a validade do certificado publicado na Resolução CNAS
2348 nº 07/2009 estaria correta. **ENCAMINHAMENTO.** 1.3.1. Encaminhar os processos à
2349 CONJUR/MDS para a emissão de parecer jurídico, fazendo constar o assunto “análise de revisão”
2350 no memorando de consulta. **1.4 Processo nº 44006.000075/2000-58 da entidade ASSOCIAÇÃO**
2351 **CRISTÁ FEMININA DE BELO HORIZONTE, CNPJ: 18.730.986/0001-10.** Pelo processo nº
2352 28944.012572/1993-05, a entidade teve seu certificado deferido pela Resolução CNAS nº 215/1996
2353 com validade de 24/12/1996 a 23/12/1999. Em 18/01/2000, portanto, intempestivamente, a entidade
2354 solicitou a renovação do Certificado que foi formalizado sob o nº 44006.000075/2000-80, e obteve
2355 a renovação do Certificado por intermédio da Resolução CNAS 211/2000, de 18/09/2000,
2356 publicada em 21/09/2000, sendo o período de validade dessa renovação 24/12/1999 a 23/12/2002,
2357 conforme cópia do Certificado encaminhado à entidade às fls. 65 dos autos. O Serviço de Cadastro
2358 do CNAS encaminhou a Pesquisa de Histórico da referida entidade, fls. 69, constatando que a
2359 validade do certificado possui erro material, posto que a validade correta, uma vez que se trata de
2360 pedido intempestivo, é 18/01/2000 a 17/01/2003. A entidade solicitou a renovação em 3/10/2007,
2361 formalizada no processo nº 7 1010.002446/2007-82, deferido pela Medida Provisória nº 446/2008,
2362 com período de validade de 3/10/2007 a 2/10/2010. **ENCAMINHAMENTO.** 1.4.1. Publicar a
2363 retificação do período de validade do certificado emitido, da seguinte forma: Processo nº
2364 44006.000075/2000-80: validade de 18/1/2000 a 17/1/2003. **1.5 Processos nº 71010.001259/2005-**
2365 **10 e 71010.000269/2008-81 da entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS**
2366 **EXCEPCIONAIS DE CAETÉ, CNPJ: 21.000.203/0001-58.** A referida entidade, pelo processo nº
2367 44006.003306/2001-22 teve seu certificado deferido pela Resolução CNAS 109/2002 com validade
2368 de 19/08/2002 a 18/08/2005. Por meio do processo nº 71010.001259/2005-10, formalizado
2369 tempestivamente em 01/07/2005, obteve a renovação do Certificado por intermédio da Resolução
2370 CNAS 051/2006 de 22/03/2006, publicada em 29/03/2006, sendo o período de validade dessa
2371 renovação 19/08/2005 a 18/08/2008. No entanto foi encaminhado para a entidade Certificado com
2372 validade de 01/07/2005 a 30/06/2008, cópia às fls. 190 do processo nº 71010.001259/2005-10. Em
2373 consequência ao erro material relatado, o processo 71010.000269/2008-81, formalizado
2374 tempestivamente em 29/02/2008, deferido pelo art. 37 da Medida Provisória nº 446, de 07/11/2008,
2375 publicizado pela Resolução CNAS nº 007/2009, de 03/02/2009, DOU de 04/02/2009, com a
2376 validade 01/07/2008 a 30/06/2011, enquanto o correto seria 19/08/2008 a 18/08/2011.
2377 **ENCAMINHAMENTO.** 1.5.1. Publicar a retificação dos períodos de validade dos certificados
2378 emitidos, da seguinte forma: Processo nº 71010.001259/2005-10: validade de 19/8/2005 a
2379 18/8/2008; Processo nº 71010.000269/2008-81: validade de 19/8/2008 a 18/8/2011. **1.6 Processo**
2380 **no 44006.005048/2000-94 da entidade LAR ESCOLA NOSSA SENHORA DO CALVÁRIO,**
2381 **CNPJ: 46.048.039/0001-80.** A referida entidade, pelo processo nº 44006.004009/1997-20, teve seu
2382 certificado deferido pela Resolução CNAS nº 029/2001 com validade de 01/01/1998 a 31/12/2000.
2383 Por meio do processo nº 44006.005048/2000-94, formalizado tempestivamente em 28/12/2000,
2384 obteve a renovação do Certificado por força do art. 39 da Medida Provisória nº 446/2008,
2385 publicada na Resolução CNAS 011/2009, de 09/02/2009, DOU de 10/02/2009, sendo o período de
2386 validade dessa renovação 01/01/2001 a 01/01/2004, conforme cópia do texto publicado no item 245
2387 da referida Resolução, às fls.108. O Serviço de Cadastro do CNAS encaminhou a Pesquisa de
2388 Histórico da referida entidade, fls. 105, constatando que a validade do certificado possui erro
2389 material, pois a validade correta é 01/01/2001 a 31/12/2003. **ENCAMINHAMENTO.** 1.6.1.

2390 *Publicar a retificação do período de validade do certificado emitido, da seguinte forma: Processo*
2391 *n° 44006.005048/2000-94: validade de 1/1/2001 a 31/12/2003. 1.7 **Processo n°***
2392 ***71010.000484/2007-09 da entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS***
2393 ***DE MIRANDÓPOLIS, CNPJ: 44.440.964/0001-26. Pelo processo n° 71010.000776/2004-91, a***
2394 *entidade teve seu certificado deferido pela Resolução CNAS n° 106/2006 com validade de*
2395 *12/04/2004 a 11/04/2007. Por meio do processo n° 71010.000484/2007-09, formalizado*
2396 *tempestivamente em 22/03/2007, obteve a renovação do Certificado por força do art. 37 da Medida*
2397 *Provisória n° 446/2008, publicada na Resolução CNAS 003/2009, de 23/01/2009, DOU de*
2398 *26/01/2009, sendo o período de validade dessa renovação 12/05/2007 a 11/05/2010, conforme*
2399 *cópia do texto publicado no item 3.779 da referida Resolução, às fls.91. O Serviço de Cadastro do*
2400 *CNAS encaminhou a Pesquisa de Histórico da referida entidade, fls. 88, constatando que a*
2401 *validade do certificado possui erro material, posto que a validade correta, uma vez que se trata de*
2402 *pedido tempestivo, é 12/04/2007 a 11/04/2010. ENCAMINHAMENTO. 1.7.1. Publicar a*
2403 *retificação do período de validade do certificado emitido, da seguinte forma: Processo n°*
2404 *71010.000484/2007-09: validade de 12/4/2007 a 11/4/2010. 2. **ASSUNTO: Alteração do***
2405 ***Regimento Interno. Foram discutidos os destaques feitos na última reunião, até o art. 25. Na***
2406 *última reunião já foi lida a memória. ENCAMINHAMENTO. 2.1. Realizar uma oficina de debate*
2407 *na Comissão de Normas com a Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do*
2408 *SUAS - Sra. Cláudia Saboia, a Assessora Especial de Controle Interno do MDS - Dra. Raildy*
2409 *Azevedo Costa Martins e o advogado e professor da UNISANTOS Luis Eduardo Regules, sobre a*
2410 *competência normativa do CNAS. A Sra. Cláudia Saboia será convidada para tratar da*
2411 *competência do MDS e do CNAS no acompanhamento e fiscalização das entidades certificadas*
2412 *pelos Ministérios da Saúde e da Educação, no que tange às suas ações na área da assistência*
2413 *social, referida no §2° do art. 15 do Decreto 7.237/2010. A Dra. Raildy será convidada para tratar*
2414 *das normas de controle interno que o CNAS deve elaborar e quais são as falhas na normatização*
2415 *do ponto de vista da fiscalização e dos órgãos de controle. O Dr. Luís Eduardo Regules será*
2416 *convidado para debater a competência normativa do CNAS face ao ordenamento jurídico. A*
2417 *oficina deverá ocorrer no período da tarde, no dia da Reunião Ordinária da Comissão de Normas,*
2418 *em setembro. 2.2. Continuar a discussão sobre as alterações no Regimento Interno na próxima*
2419 *reunião da Comissão, em setembro. 3. **ASSUNTO: Decreto n° 7.237, de 20 de julho de 2010 que***
2420 ***regulamenta a Lei n° 12.101/2009. O Decreto n° 7.237/2010 dispõe sobre o processo de***
2421 *certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das*
2422 *contribuições para a seguridade social. ENCAMINHAMENTO. 3.1. Foi criado o Departamento*
2423 *da Rede Socioassistencial Privada do SUAS no MDS, para cuidar das atividades regulamentadas*
2424 *pelo Decreto n° 7.237/2010 da área de assistência social. Ao CNAS compete estudar a*
2425 *aplicabilidade da 12.101/2009, que abrange o Decreto. Este tema será analisado após a oficina de*
2426 *setembro. 4. **ITEM DE PAUTA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO DA COMISSÃO. 4.1. Estudar as***
2427 *competências do CNAS definidas no art. 42 da Lei 12.101/2009, que deu nova redação aos incisos*
2428 *III e IV do art. 18 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993: “Art. 18 -...III - acompanhar e*
2429 *fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social no*
2430 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; IV - apreciar relatório anual que*
2431 *conterá a relação de entidades e organizações de assistência social certificadas como beneficentes e*
2432 *encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e*
2433 *do Distrito Federal.” Assinado pelo coordenador-adjunto.” O senhor Presidente indagou se havia*
2434 *alguma consideração sobre a memória da Reunião Extraordinária, de 21 de julho. Em não havendo,*
2435 *a mesma foi aprovada pelo Pleno.* Continuando, passou para a memória da Reunião Ordinária, de
2436 10 de agosto, Item 2. A Conselheira Gisele observou que no assunto do Regimento, na parte da
2437 manhã, no relato da Presidência Ampliada, haviam votado uma alteração na pauta de setembro.
2438 Sugeriu que quando se falasse da oficina não estabelecesse o período por entender que como
2439 concentrariam no dia 14 algumas atividades que estavam para dois dias, lhe parecia que a reunião

2440 das Comissões passaria para o dia 15 pela manhã. Com relação ao item 4, entendia que a pauta da
2441 Comissão em setembro incluía mais alguns itens ao final da oficina. O Conselheiro Pedro Ost
2442 referiu-se ao item 2.1. cujo tema era de suma importância, dando algumas indicações para as
2443 entidades, especialmente de Saúde e Educação, que precisavam fazer o plano de atendimento e não
2444 sabiam como usar os 5% que eram destinados para a Assistência Social. A Conselheira Marta
2445 observou que no encaminhamento do item 3.1 poderia estar alguma explicação sobre “*competete*
2446 *estudar a aplicabilidade do Decreto da Lei 12.101*”, como “*ao CNAS compete estudar a*
2447 *aplicabilidade que abrange o Decreto*”. O senhor Presidente passou para o Item 3, com a
2448 Conselheira Ana Carolina tendo lido no encaminhamento, a criação do Departamento da Rede
2449 Socioassistencial Privada do SUAS, com o MDS cuidando das atividades. Que gostaria de saber
2450 como seria o acesso do Conselheiro a essas informações, assim como acompanhar como seria feita
2451 essa regulamentação para o Decreto. O Conselheiro José solicitou esclarecimentos do item 3, que
2452 falava do Decreto 7237, com o encaminhamento “*Foi criado o Departamento da Rede para cuidar*
2453 *das atividades*”, retirando-se a criação do Departamento e o encaminhamento sendo “*Ao CNAS*”. O
2454 Conselheiro Wagner esclareceu fazer parte da Comissão que era somente de redação, lhe
2455 competindo executar o que estava no Decreto e esclarecendo o que havia sido discutido na
2456 Comissão de Normas, que por meio do CNAS acompanharia as instituições de certificação. Com
2457 relação ao Decreto era mais para tomar conhecimento sobre qual o posicionamento que o CNAS
2458 deveria adotar, tema que seria analisado após a oficina de setembro. Ponderou que a redação havia
2459 ficado meio confusa quando tratava dessa questão, mas logo em seguida vinha o artigo 18 da
2460 LOAS, que havia sido alterado e que falava que competia ao Conselho Nacional acompanhar a
2461 certificação, tema que era preciso avançar dentro da Comissão. A Conselheira Gisele encontrava
2462 que o termo informou que pensando não era “*aplicabilidade*” mas sim “*aplicação*”, solicitando
2463 ajuda da Conselheira Ana Carolina, tendo no site do MDS um link que daria acesso a todas as
2464 informações. A Conselheira Ana Carolina observou que gostaria de ter mais conhecimento sobre a
2465 existência de uma Comissão relacionada ao tema, querendo acompanhar a questão. A Conselheira
2466 Rita de Cássia sugeriu, apesar da extensão da pauta, de a Comissão de Normas ouvir também o
2467 grupo da Educação, que já vinha trabalhando com a emissão do CEBAS na sua área. O Conselheiro
2468 Carlos Rogério considerou que todos os encaminhamentos e sugestões não haviam sofrido conflito,
2469 a não ser sobre o estudo da efetiva aplicação da lei, sugerindo iniciar o parágrafo com: “*Ao CNAS*
2470 *competete acompanhar a efetiva aplicação da lei*” e colocar abaixo desse início, “*pois, foi criado o*
2471 *Departamento*”, invertendo a redação: “*Tendo em vista que foi criado*”. O Conselheiro José Araújo
2472 sugeriu a atualização do site do CNAS, que trazia informações desatualizadas, podendo colocar um
2473 link da consulta pública da NOB/SUAS, para facilitar o acesso. O senhor Presidente indagou se
2474 poderia considerar o relato da Comissão de Normas aprovado, com o Pleno manifestando sua
2475 concordância. O Conselheiro Renato de Paula solicitou a indicação nos membros da Comissão de
2476 Ética, com o Conselheiro Carlos Rogério indicando os nomes dos membros da Sociedade Civil:
2477 Conselheiros José Araújo, Wagner e Ana Carolina. O Conselheiro Renato de Paula indicou os
2478 membros do Governo: Conselheiros Renato de Paula, José Geraldo e Rita de Cássia. O Conselheiro
2479 Renato de Paula indicou a reformulação das perguntas dentro da proposta da Plenária de pensar as
2480 perguntas em torno dos grandes eixos, citando os mesmos: SUAS; financiamento;
2481 intersectorialidade; e, a questão da participação e do controle social, procedendo à leitura das
2482 perguntas: “*Senhores presidentiáveis, O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, órgão*
2483 *colegiado composto paritariamente por representantes do governo e sociedade civil, instituído pela*
2484 *Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993 – LOAS, tem como missão promover o controle social da*
2485 *Política Públicas de Assistência Social contribuindo para o seu permanente aprimoramento em*
2486 *consonância com as necessidades da população brasileira. O CNAS dirige-se aos senhores e*
2487 *senhoras, presidentiáveis, com o intuito de ressaltar a necessidade de compromisso de vossas*
2488 *senhorias com a compreensão da assistência social como política pública e como direito, em*
2489 *especial após os avanços alcançados com a instituição do Sistema Único de Assistência Social –*

2490 *SUAS. Seguindo seus preceitos democráticos e participativos o CNAS apresenta algumas questões*
2491 *com o objetivo de contribuir com o processo eleitoral em curso: 1. Sendo o SUAS o Sistema*
2492 *Descentralizado e Participativo de que trata o art. 203 da Constituição Federal de 88 e a Lei*
2493 *8742/93, cuja implantação se deu a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de*
2494 *Assistência Social em dezembro de 2003 inaugura-se um novo modelo de gestão da Política*
2495 *Pública de Assistência Social no país. Como o (a) senhor (a) entende este novo modelo de gestão e*
2496 *quais propostas aponta para a continuidade e aprimoramento dos avanços conquistados com a*
2497 *Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004 e o SUAS? 2. Historicamente as Conferências*
2498 *de Assistência Social têm deliberado pela vinculação orçamentária para a assistência social, a*
2499 *exemplo do que já ocorre para a saúde e educação. A continuidade do SUAS e o reconhecimento*
2500 *da assistência social como política e como direito pressupõe mecanismos efetivos de*
2501 *sustentabilidade orçamentária e financeira. Deste modo, como os senhores e senhoras pretendem*
2502 *tratar o financiamento da assistência social no âmbito federal e o estabelecimento de co-*
2503 *responsabilidades com os demais entes da Federação? 3. O Estado brasileiro tem obtido avanços*
2504 *significativos com a implementação de ações intersetoriais entre as diferentes políticas públicas,*
2505 *sobretudo as de caráter social. Qual é o entendimento expresso em seu plano de governo acerca da*
2506 *articulação e integração entre as políticas públicas? 4. O CNAS entende o controle social com*
2507 *ampla participação popular como conquista civilizatória e mecanismo democratizante da*
2508 *sociedade brasileira. Ainda, reafirma o papel dos Conselhos como instâncias de deliberação e*
2509 *fiscalização das políticas públicas. Neste sentido, qual a disposição de sua candidatura no sentido*
2510 *de contribuir para o fortalecimento e aprimoramento das instâncias de controle social fomentando*
2511 *a participação popular e tornando-a cada vez mais ampla e efetiva?”. Colocado em discussão, a*
2512 *Conselheira Marta sugeriu que ficasse claro no 1º parágrafo, deixando a sigla LOAS por extenso,*
2513 *assim como a PNAS. O Conselheiro José Geraldo indicou o item 4, quando se dizia “o CNAS*
2514 *entende o controle social com ampla participação popular, com conquistas civilizatórias e*
2515 *mecanismos democratizando a sociedade brasileira”, colocando a seguir “ainda, reafirma o papel*
2516 *dos Conselhos e entende a importância do papel dos Conselhos como instância de deliberação e*
2517 *fiscalização das políticas públicas”. A Conselheira Anna Cláudia sugeriu que nesse mesmo ponto*
2518 *se poderia colocar o papel de formulação dos Conselhos. O Conselheiro Renato de Paula observou*
2519 *ter dois sentidos no item 4, tendo que tirar um “o CNAS entende o controle social com ampla*
2520 *participação popular como conquista civilizatória e mecanismo democratizante da sociedade*
2521 *brasileira, e entende ainda a importância do papel dos Conselhos como instâncias de formulação,*
2522 *deliberação e fiscalização das políticas públicas.”, indo direto “qual a disposição de sua*
2523 *candidatura”. A Conselheira Anna Cláudia sugeriu colocar “o papel dos Conselhos e das*
2524 *Conferências, porque se estava falando do controle social e não se falava das Conferências nesse*
2525 *trecho, com o Conselheiro Renato de Paula esclarecendo que a Conferência não era de fiscalização.*
2526 *O Conselheiro José Crus sugeriu, depois do ponto de Políticas Públicas “e também das*
2527 *Conferências como instâncias máximas de deliberação desta Política”. A Conselheira Leila Pizzato*
2528 *encontrava que na segunda linha, onde haviam feito a correção de redação, colocar “reafirma” no*
2529 *lugar de “entende”. O Dr. Douglas esclareceu que a idéia de “reafirma” era exatamente essa que a*
2530 *Conselheira estava colocando, concordando com sua sugestão. O Conselheiro José Geraldo*
2531 *procedeu à leitura do item 4: “O CNAS entende o controle social com ampla participação popular*
2532 *como conquista civilizatória e mecanismo democratizante da sociedade brasileira e reafirma a*
2533 *importância do papel dos Conselhos como instâncias de formulação, deliberação e fiscalização das*
2534 *políticas públicas e também das Conferências como instâncias máximas de deliberação. Qual a*
2535 *disposição de sua candidatura no sentido de contribuir para o fortalecimento e aprimoramento das*
2536 *instâncias de controle social fomentando a participação popular e tornando-a cada vez mais ampla*
2537 *e efetiva?” A Conselheira Gisele sugeriu que fosse colocado “em seu governo, como pretende*
2538 *contribuir para o fortalecimento”, com o senhor Presidente propondo “projeto de governo”. O*
2539 *Conselheiro José Geraldo ponderou que todos trabalhavam na hipótese de ser o presidente, sendo*

2540 “em seu governo, como será tratado este assunto?”. O senhor Presidente chamou a Conselheira
2541 Marisa para apresentação, com a Conselheira Leila esclarecendo que ela estava fazendo a redação
2542 final. Prosseguindo, o senhor Presidente cumprimentou e agradeceu ao grupo que havia conseguido
2543 condensar as sete questões em quatro, reforçando a importância de que todos se envolvessem para
2544 que esse encontro tivesse sucesso.**ENCERRAMENTO**. Nada mais havendo a tratar, o senhor
2545 Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os
2546 debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a
2547 fazer parte integrante desta Ata, aprovada em Reunião de de 2010.